



Revista da
Academia
Mineira
de Letras

ANO 95º - VOLUME LXXIII - 2015

ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Fundada em 25 de dezembro de 1909
 Rua da Bahia, 1466 – Telefax (31) 3222-5764
 CEP 30160-011 – Belo Horizonte-MG
 www.academiamineiradeletras.org.br
 atendimento@academiamineiradeletras.org.br

DIRETORIA AML

Presidente: Olavo Romano
 1º Vice-presidente: Amílcar Vianna Martins Filho
 2º Vice-presidente: Yeda Prates Bernis
 Secretário Honorário: Oiliam José Guimarães, licenciada
 1º Secretária: Elizabeth Rennó, no exercício da Secretaria Geral
 2º Secretário: Patrus Ananias
 Tesoureiro: Márcio Garcia Vilela
 1º Tesoureiro: Manoel Hygino dos Santos
 2º Tesoureiro: Ângelo Machado

REVISTA DA ACADEMIA MINEIRA DE LETRAS

Publicação trimestral

Diretor: Olavo Romano
 Editor: Manoel Hygino dos Santos
 Revisão: Pedro Sérgio Lozar
 Digitação: Marília Moura Guilherme
 Capa: Liu Lopes
 Diagramação: Raquel de Moraes Mariani
 Impressão: Imprensa Oficial de Minas Gerais

Ficha Catalográfica

Revista da Academia Mineira de Letras – Ano 95º
 Academia Mineira de Letras/LXXIII
 Revista da Academia Mineira de Letras / Academia Mineira de Letras/LXXIII
 2015
 Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 2015.
 Fundada em 1922
 1. Literatura – Periódico. 2. Obras Literárias, 1. Academia Mineira de Letras

ÍNDICE

JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES <i>Patrus Ananias de Souza</i>	11
PAGODES E IGREJINHAS NA MONTANHA <i>Angelo Oswaldo de Araújo Santos</i>	19
RUBÉN DARÍO E O BRASIL <i>Pe. José Carlos Brandi Aleixo</i>	25
O PODER DAS LETRAS <i>Fábio Lucas</i>	39
AVENIDA AFONSO PENA. UM PASSEIO <i>Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuzza</i>	43
A RIQUEZA DA CULTURA MINEIRA <i>Manoel Hygino dos Santos</i>	45
A TROMBETA DE ALARICO <i>Pedro Rogério Moreira</i>	47
RACHEL DE QUEIROZ <i>Carmen Schneider Guimarães</i>	51
TÔNIA, SEUS OLHOS AZUIS E UM JOVEM REPÓRTER <i>Fábio Doyle</i>	55
ALBERTO DEODATO, DE MAROIM PARA O MUNDO <i>Daniilo Gomes</i>	59
Discursos Acadêmicos EM LOUVOR DE CARLOS LACERDA <i>Paulo Pinheiro Chagas</i>	63
UM ESPETÁCULO CHAMADO ROMA <i>José Maria Couto Moreira</i>	67

GUIMARÃES ROSA, POETA ANAGRAMÁTICO <i>Adriano Espínola</i>	71
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUE MEU CORAÇÃO SABE DA SEMENTE <i>Lina Tâmega Peixoto</i>	85
VIDA DE ÍNDIO. OU “DE COMO VIVER” DIANTE DAS AMEAÇAS À CULTURA NACIONAL <i>José Renato de Castro Cesar</i>	89
DOIS GRANDES JORNALISTAS MINEIROS: TEÓFILO OTTONI E JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS <i>Maria de Lourdes Costa Dias Reis</i>	93
HÁ 226 ANOS, ERA ASSASSINADO CLÁUDIO MANOEL DA COSTA, POETA E INCONFIDENTE <i>Roque José de Oliveira Camêllo</i>	97
PAMPULHA PARA A HUMANIDADE, UM NOVO PARADIGMA DA HISTÓRIA MINEIRA <i>Mauro Werkema</i>	103
EM LOUVOR A NÉLIDA <i>Eugênio Ferraz</i>	111
ADVOGADO É DOUTOR <i>Petrônio Braz</i>	115
AINDA O DIREITO À PRÓPRIA IMAGEM <i>José Raimundo Gomes da Cruz</i>	119
AS 200 FACES <i>Amanda Lopes / Pe. Germano Cord Neto SJ</i>	123
ARISTIDES RABELO E “O HOSPEDE” <i>Antônio de Paiva Moura</i>	125
BIBLIOTECAS COLONIAIS E LIVROS NO SETECENTISMO MINEIRO <i>Paulo Roberto Pereira</i>	127
Artes Plásticas	
PARA QUE SERVE A ARTE? <i>Carlos Perktold</i>	141

LENÇOL PERFUMADO <i>Yeda Prates Bernis</i>	145
CARIDADE <i>Milton Reis</i>	147
ESCASSAMENTE <i>Gérson Cunha</i>	149
MULHER (1) <i>Zanoni Neves</i>	151
VISÕES DO ITACOLOMI <i>Anderson Braga Horta</i>	153
ECLÍPSE <i>Fernando Armando Ribeiro</i>	155
SOBRE VIVER <i>Flávia de Queiroz Lima</i>	157
REMEDIADOS <i>Emanuel Medeiros Vieira</i>	159
NOTURNO <i>Maria Lúcia Simões</i>	161
OBRAS RECEBIDAS	163

APRESENTAÇÃO

Este é o terceiro número de nossa *Revista*, este ano, assinalando o centenário da transferência da sede da Academia Mineira de Letras para Belo Horizonte. Empenha-se nosso sodalício em manter os propósitos que determinaram a publicação da *Revista*, que acolhe em suas páginas os vultos mais ilustres das letras, do jornalismo, do pensamento e da cultura de nosso estado e do país. Este escopo, de quase cem anos, é luz que ilumina o caminho a ser percorrido.

Ao ensejo, agradecemos as manifestações de leitores de várias regiões brasileiras, que indicam estarmos trilhando vias seguras, percorridas a serviço da cultura e da inteligência.

João Camilo de Oliveira Torres

Patrus Ananias de Sousa

João Camilo de Oliveira Torres, eu o vi e ouvi uma única vez, em 1972, em um seminário sobre Previdência Social promovido pela Revista Brasileira de Estudos Políticos, sob a liderança do saudoso Professor Orlando Magalhães de Carvalho. Para meu grande pesar, que cresce à medida em que mais conheço a sua obra e a sua vida, nunca nos encontramos na boa conversa, na grande prosa do mundo que supera fronteiras territoriais, culturais, religiosas e ideológicas.

Tivemos, em tempos diferentes, dois grandes amigos comuns: Alceu Amorooso Lima e Edgar de Godói da Mata-Machado. Podemos falar ainda de Leonardo Boff, que lhe dedicou uma de suas primeiras obras teológicas: *Vida Além da Morte*, do Padre Henrique Cláudio de Lima Vaz.

Alceu prestou-lhe justa homenagem, logo após a sua morte prematura, na sua inesquecível coluna no *Jornal do Brasil*, no artigo intitulado "A Utopia Camiliana".

Edgar o sucedeu nesta Casa e prestou-lhe justa e enternecida homenagem no seu discurso de posse. Não encontrei nas andanças por sebos, livrarias e bibliotecas a obra então inédita "O Homem Interino" a que o Professor Edgar se refere com tanto carinho.

Henrique de Lima Vaz, seguramente o maior filósofo católico brasileiro e um dos maiores em todos os tempos, é um interlocutor presente em sua obra voltada para os temas religiosos e tinham em comum o apreço e a compreensão da obra do Padre Pierre Teilhard de Chardin.

Além da obra vasta e admirável, focada, sobretudo, na teoria da História, na história de Minas, do Brasil e de questões religiosas, a obra do mestre João Camilo abrange territórios outros como a literatura infantil, o ensaísmo sobre questões políticas e filosóficas. Passeava fácil pelos caminhos da literatura como se depreende das referências a poetas, ficcionistas e memorialistas ao longo de sua obra.

Hoje aqui, considerando os limites do tempo, focalizaremos aspectos de sua rica produção como historiador e pensador cristão-católico.

* Discurso proferido na Academia Mineira de Letras no dia 19 de novembro de 2015, quando da comemoração do Centenário de João Camilo de Oliveira Torres.

** Prof. da PUC MG, homem público, escritor. Ministro do Desenvolvimento Agrário; ex-prefeito de Belo Horizonte e ex-ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Da Academia Mineira de Letras, cadeira nº 39. ananiaspatrus@gmail.com

João Camilo de Oliveira Torres legou-nos a alentada História de Minas Gerais – que tenho bem lida, em cinco volumes, adquirida há anos, em muito boas condições em velho e conhecido sebo de Belo Horizonte, a Livraria do Amadeu – obra essencial para a compreensão da trajetória através dos tempos da boa e acolhedora gente mineira.

Na parte introdutória dessa obra, João Camilo aborda uma questão que se estende aos nossos dias. Trata-se do “complexo de inferioridade nacional”, que Nelson Rodrigues, também numa linha crítica, chamou de o nosso “complexo de vira-latas”. Ouçamos o defensor da gente brasileira:

“Vinha em primeiro lugar a raça. O Século XIX foi muito mais racista do que geralmente pensamos. Como as ideias de superioridade racial passavam por normais e tranquilas, ninguém as punha em dúvida. Estavam, por assim dizer, no subconsciente de todos. A “raça eleita” para todos os efeitos era a “anglo-saxônica” (...)

Mas não somente a Inglaterra e os Estados Unidos se beneficiaram de semelhante posição; a Alemanha, que entrava impetuosamente pela História, depois de vencer a França (...) também era um país da raça eleita (...)

Ora, o Brasil sobre ser de uma raça inferior, ou, antes de um ramo inferior da raça branca, era um país de mestiços e com a colaboração de raças primitivas e bárbaras, o que, afinal, produziria um precipitado universal de todas as calamidades – a mestiçagem passava como um fator de degenerescência. Ora, a mestiçagem com raças “inferiores” somente podia ser funesta. Era a desgraça completa...

Como se não fosse um *handicap* desfavorável suficientemente trágico o de ser um povo de mestiços com portugueses com pretos e índios havia mais o clima.”

Ainda hoje, se já não são tantos, são poderosos os que operam, ainda que de forma subliminar, para manter e ampliar o sentimento de impossibilidade nacional.

Ainda sobre Minas, O Homem e a Montanha, que tanto agradava a Edgar e que bem merece um ensaio confrontando-o amorosamente com A Voz de Minas, do seu e nosso amigo Tristão de Athayde.

A contribuição de João Camilo de Oliveira Torres à História do Brasil tem como referência fundamental o Império que ele tão bem estudou em obras como A Democracia Coroada e Os Construtores do Império. Um dos motivos pelos quais sinto pesar de não o ter conhecido pessoalmente diz respeito à sua capacidade, como bem percebeu a fina sensibilidade de Milton Campos, de pensar por conta própria e de surpreender o leitor com ideias e posições que podem parecer contraditórias ou antagônicas, mas que se integram e harmonizam na sua inteligência ampla e generosa, no seu profundo amor a Minas e ao Brasil.

Assim, para a perplexidade de muitos, o autor de Estratificação Social no Brasil permaneceu fiel às suas concepções monárquicas; monarquia, é claro, constitucional e democrática. Acolhia, inclusive, o modelo dos países escandinavos, na perspectiva de uma monarquia democrático-socialista.

O tema do Poder Moderador, adotado pela Constituição de 1824, era um dos seus preferidos. Buscava na Idade Média – hoje, em boa medida, recuperada pelos estudos de historiadores como Jacques Le Goff, de filósofos como Etienne

Gilson e, sobretudo, em face dos desvarios do Mundo Moderno ou Pós-Moderno, como querem alguns – os fundamentos do Poder Moderador, dando-nos uma visão própria e instigante do exercício do poder no período medieval:

“A Constituição de 1824, ao tratar do Poder Moderador, reproduziu em suas linhas mestras o conceito tradicional de realeza medieval. O Imperador, como Chefe de Estado, continuava gozando das prerrogativas de seus antepassados. E, ao contrário do que se pensava na época, a máxima *le roi règne et ne gouverne pas* não é original em Thiers: atravessa toda a história da Europa. A Administração Pública, na Idade Média, estava a cargo das câmaras municipais e de outros órgãos locais; ao rei cabia a guerra e a justiça: era o fator de unificação nacional (...) O rei medieval não ‘fazia’ a lei, nem estava acima do direito”.

A concepção monárquica camiliana, no que se refere ao Poder Moderador, sempre vinculada às exigências fundamentais das liberdades públicas e democráticas e do Estado de Direito, referencia-se na ideia de um poder que se coloque acima de posições partidárias, dos interesses de classe, dos conflitos ideológicos. Um ponto superior de equilíbrio. Evidente que é uma concepção sujeita a questionamentos, passível mesmo, como disse Tristão de Athayde em seu artigo de homenagem póstuma, de uma certa idealização do passado imperial brasileiro, mas o que mais realça e permanece é a fidelidade dialogante de João Camilo às suas convicções.

A sua posição é a dos notáveis conservadores que defenderam o Poder Moderador: Bernardo Pereira de Vasconcelos, Paulino José Soares de Souza – o Visconde do Uruguai, Euzébio de Queirós, Joaquim José Rodrigues Torres – o Visconde de Itaboraí; Honório Hermeto Carneiro Leão – o Marques de Paraná, o constitucionalista José Antonio Pimenta Bueno – o Visconde de São Vicente.

Explícita – no seu apreço e respeito às posições diferentes, com respeito e até mesmo admiração – a posição de liberais que questionavam o Poder Moderador. Refere-se com especial atenção a Zacarias de Góis e Vasconcelos:

“Destruindo mais de uma vez a lógica de Uruguai, Zacarias defende a vigência e predomínio do sistema parlamentar. Uruguai dissera que não havia o sistema de gabinete por dois motivos: ausência de partidos definidos e mocidade e inexperiência da Câmara dos Deputados. Zacarias prova a falsidade relativa da primeira com o exemplo do próprio Visconde, homem de partido desde a mocidade, quando fora ministro e tomara parte nas reformas de 1841 e, agora, jurista e idoso, defende os mesmos princípios. Quanto ao valor da Câmara, lembra os casos de serem os deputados os melhores elementos de muitos ministérios. E com as palavras que acabamos de citar, mostra que a Constituição é essencialmente parlamentar” (A Democracia Coroada, p. 133).

Mas a admiração maior era mesmo para os conservadores, como fica bem claro em Os Construtores do Império – Ideias e Lutas do Partido Conservador Brasileiro. Homem com os olhos atentos ao passado pela sua condição própria de historiador, tinha também os olhos voltados para o presente e o futuro, em decorrência, entre outros motivos e leituras, de sua profunda religiosidade e de

sua interlocução com as obras de autores como Henrique de Lima Vaz, Jacques Maritain e Pierre Teilhard de Chardin, com o ensino social da Igreja.

Buscava, então, no pensamento e nas práticas conservadoras, as positivas e anunciadoras contradições que os faziam muitas vezes abrir as portas do futuro.

Na sua abalizada compreensão, foi assim o Regresso, a reforma do Código de Processo Penal e a Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834; com o Gabinete de Conciliação chefiado pelo Marquês do Paraná e anunciado pelo discurso de Nabuco de Araújo, intitulado "A Ponte de Ouro", que garantiram, na sua visão, a unidade nacional.

Joaquim Nabuco considera em O Estadista do Império este discurso, A Ponte de Ouro, a mais perfeita oração parlamentar de seu pai.

"não há uma frase que não seja pensada, nenhuma que seja perdida, quase nenhuma que não seja de efeito. Esse discurso dá ideia exata do que eram, nessa época, as inclinações, as previsões do orador, e é talvez a peça que se deveria de preferência sujeitar a quem quisesse estudar-lhe a fisionomia intelectual e a individualidade política"

O filho, após esta apresentação, passa então a palavra ao pai na passagem que deu nome e permanência ao discurso que anunciou a Conciliação:

"Qual é a política a que me refiro? Não penseis que nesta época, em que todos os espíritos generosos e patrióticos mostram tendências para a conciliação, eu viesse hoje queixar-me do governo do país porque não oprime, porque não persegue os nossos adversários políticos. Nesta Tribuna ainda não proferi, desde que tenho a honra de pertencer ao corpo legislativo, uma só palavra de intolerância contra meus adversários políticos na província da Pernambuco; sempre entendi que era pouco generoso feri-los estando eles ausentes; sempre entendi que era um obstáculo, para a pacificação moral da província revolver esse passado que produziu as cenas sanguinolentas que nós todos deploramos [Nabuco de Araújo referia-se à Revolução Praieira]. (...) Se é possível, digo, fazer alguma concessão ao espírito da reforma para chamar a nós os homens honestos, inteligentes e moderados do partido adversário, eu estou pronto a concorrer com o meu voto para esse grande fim".

Segundo o nosso historiador, o passado se abriu para o futuro com Euzébio de Queirós, ministro da Justiça no gabinete liderado pelo Marquês de Olinda, abolindo o tráfico negreiro. Assim ocorreu também no gabinete liderado por José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, o mais longo do Império, com a Lei do Ventre Livre. Considera o nosso autor, agora centenário, que a abolição se deu basicamente em decorrência de dois pressupostos derivados da obra regressista: a centralização e a afirmação da soberania do Poder Moderador. Sem tais pressupostos a Princesa Isabel não teria promovido a queda do Gabinete chefiado por João Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe, cada vez mais escravocrata, e convocado o abolicionista João Alfredo Correia de Oliveira.

É o que João Camilo chama de 'os paradoxos dos conservadores'. Seguramente não lhe eram indiferentes as posições libertárias de Castro Alves, Joaquim Nabuco, Luis Gama, José do Patrocínio.

Em Estratificação Social do Brasil, encontramos as reflexões sobre o Brasil durante o regime da Constituição de 1891, marcada em boa medida pelo gênio de Rui Barbosa.

João Camilo não acolhe as críticas que Oliveira Viana faz a Rui Barbosa, por considera-lo apartado da realidade nacional, embora respeitando sua fenomenal erudição:

"Fora da literatura propriamente jurídica e parlamentar, o Brasil lhe interessa pouco como povo – isto é, como civilização, como psicologia coletiva, como estrutura. Em boa verdade, nunca o estudou".

Nosso historiador fica com a linha mais acolhedora de Aliomar Baleeiro e San Thiago Dantas que:

"Souberam pôr em evidência, de maneira clara e conclusiva, que Rui Barbosa, em sua atuação política, principalmente quando no Ministério da Fazenda, visava claramente objetivos econômicos determinados (...) Rui não era indiferente às razões de ordem puramente econômica, que sabia ser objetivo e que não se mostrava tão exageradamente vítima daquele 'marginalismo' de que falava Oliveira Viana".

Na abordagem do Coronelismo, fenômeno histórico, político e social brasileiro tão bem estudado por Victor Nunes Leal na sua obra de referência 'Coronelismo, Enxada e Voto' com quem a obra camiliana dialoga, as lições são precisas e didáticas:

"A essência, portanto, do compromisso coronelista – salvo situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais. Embora conhecendo modalidades regionais, a técnica era a mesma e o fenômeno surgiria igualmente em toda parte. E articular-se-ia na 'política dos governadores', reflexo no plano nacional do mesmo fenômeno.

Em Minas, o coronelismo surgiu com Silviano Brandão, Secretário do Interior de Afonso Pena. Manobrando as nomeações de delegados de polícia e de professores, não foi difícil ao titular da 'pasta política' fixar as bases de um sistema que duraria quase meio século: quem estivesse fora do esquema não teria meios de viver politicamente.

(...)

O Coronelismo foi, portanto, o sistema fundado na base do domínio político do chefe do clã rural. A sua posição natural de senhor das terras – e dos homens – criaria fatalmente as condições que lhe permitiriam atuar no domínio político" (Estratificação Social no Brasil, pp. 88/9).

Parece-me fácil desdobrar esse contexto histórico e claramente perceber que a apropriação do Estado levaria fatalmente à apropriação econômica dos recursos públicos pelos interesses particulares em um processo de privatização do Estado e de suas riquezas.

A outra dimensão da obra de João Camilo com a qual dialogo há anos refe-

re-se aos seus estudos e reflexões sobre os temas religiosos e afins, o positivismo por exemplo, e sua fidelidade à Igreja e à sua doutrina social.

Uma de suas principais obras nessa vertente de reflexão sobre a tradição cristã é *Desenvolvimento e Justiça: em torno da Encíclica Mater et Magistra*. A obra sobre a carta do inesquecível Papa João XXIII é dedicada à JUC – Juventude Universitária Católica que, no contexto mais amplo da Ação Católica, marcou forte presença no cenário espiritual, político e social de Minas e do Brasil nos anos que antecederam à ruptura democrática em 1964. Teria sido seguramente um dos temas dos nossos diálogos.

Assim como o notável historiador e ensaísta, eu também me debrucei sobre a *Mater et Magistra* e participei de um número comemorativo dos 50 anos da Encíclica, da revista do Instituto Humanitas Unisinos – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul.

Convergemos em muitos pontos em torno da Carta que, assim como a *Pax in Terris*, publicada dois anos depois, e o Concílio Ecumênico Vaticano II marcaram definitivamente o curto, mas vigoroso pontificado de João XXIII.

O Ocaso do Socialismo – à margem do Populorum Progressio, não obstante o título, segundo o próprio autor, com certo ar provocativo, é, para usarmos a expressão de Raymundo Faoro quando escreveu sobre a Encíclica *Laborem Exercens* do Papa João Paulo II, um diálogo cortês com Marx. Resgatemos suas palavras no prefácio do livro:

“Agora duas palavras sobre o título que talvez cause desgosto a muitas pessoas. Uma das lições úteis de Marx é a de que as classes e ideologias são mortais: o socialismo e o marxismo, como realidades históricas, existirão enquanto as condições históricas que lhes deram origem perdurarem. Depois, irão para o triste cemitério de ideologias, regimes e instituições. Assim, da mesma forma que no tempo de Marx já se podia vislumbrar o ocaso do capitalismo, hoje, quando se está mais à frente, podemos sentir que o socialismo desce para o poente. Por certo que ainda há um belo trecho da História entregue a seus cuidados, como ainda há capitalismo. Aliás, quando Marx escreveu *O Capital*, o capitalismo estava entrando na sua maturidade – os profetas costumam ver as coisas com muita antecedência...”

O diálogo cortês com Marx se estendia a Freud, a Duns Scott, a Francisco Suárez, tantos. Jacques Maritain, um pensador que seguramente o aproximava de Alceu e Edgar, se foi duramente criticado, diria mesmo rejeitado, pelos setores mais conservadores do catolicismo e dos adeptos de um capitalismo sem freios e sem normas, teve a sua acolhida formalizada na Igreja com o Concílio. É citado expressamente na *Populorum Progressio* e foi amigo pessoal de Paulo VI que, no seu tempo de Bispo Montini, traduziu para o italiano a sua obra maior: ‘Humanismo Integral’.

Diferente foi a trajetória de Teilhard de Chardin – e daí a importância da relação profunda de João Camilo com a sua obra. As suspeitas, inclusive do próprio Maritain, sobre a obra de Teilhard de Chardin, especialmente em relação a ‘O Fenômeno Humano’, permaneceram e chegam aos nossos dias, não obstante

a acolhida que encontrou na esplêndida Encíclica do Papa Francisco *Laudato Si* – sobre os cuidados com a casa comum.

A franca e generosa acolhida que as obras de Teilhard de Chardin encontraram na vida e nos textos de João Camilo atestam os valores profundos de sua fé e de sua mineiridade, sempre conformadas pela abertura de espírito e pela inteligência atenta aos sinais dos tempos, pela fidelidade ao passado com as suas melhores tradições e conquistas civilizatórias, articuladas com uma serena acolhida às coisas novas.

Coisas novas que trazem, como a Boa Nova de Jesus de Nazaré, novos horizontes e possibilidades ao desenvolvimento das relações humanas – na perspectiva da justiça e da paz, da nossa respeitosa harmonia com a natureza e do nosso compromisso inolvidável com as gerações futuras, com as meninas e meninos do amanhã.

Testemunho que foi a vida de João Camilo de Oliveira Torres; a sua dimensão dialogante e ecumênica expandiu-se no testemunho efetivo e afetivo, nas manifestações concretas de solidariedade – que ocorreu, por exemplo, quando acolheu em sua casa a historiadora Maria Adalgisa Vieira do Rosário, a Baiana, então perseguida pelos que se julgavam donos da verdade e do Brasil nos tristes tempos subsequentes ao golpe de 31 de março / 1º de abril de 1964, a nos lembrar com Plutarco que a tirania pode atrair como uma bela praça iluminada mas sem saída.

É a democracia que permite o diálogo dos contrários, a convivência dos diferentes e que abre as possibilidades para que se manifeste, ainda que de forma sofrida e condicionada, o mais humano em nós. Como se manifestou em João Camilo de Oliveira Torres!



PAGODES E IGREJINHAS NA MONTANHA

*Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

O pintor Alberto da Veiga Guignard nasceu em 1896, em Nova Friburgo, RJ, cidade encravada na Serra do Mar. A montanha esteve sempre no seu horizonte. Neto de um *pâtissier* suíço-francês, fornecedor da nobreza do Segundo Reinado, era filho de uma brasileira descendente de família tradicional, com ramificações fluminenses, paulistas e mineiras. No Rio de Janeiro, a partir de 1929, quando retornou de longa temporada na Europa, Guignard vivenciou o espetáculo cotidiano do diálogo entre a montanha e o mar, que se faz presente em inúmeras de suas obras. Destacam-se os painéis em que ele enfatiza a flora exuberante do trópico, em meio à qual se descortina uma visão encantada do Rio. (Coleção Sérgio Fadel).

Na Serra da Mantiqueira, em Itatiaia, RJ, teve oportunidade de pintar paisagens montanhosas (Acervo MNBA), e se comprazia em demorar na região, que guarda um pequeno chalé inteiramente ornamentado pelo artista, para o qual o suporte da pintura poderia ser um forro, uma porta, um biombo, uma cama ou um violão (Acervo Museu Casa Guignard, Ouro Preto). A montanha sempre foi uma paixão, e esta iria abraçá-lo por inteiro, quando tomou a decisão de deixar o Rio. Importa frisar que Guignard partiria para Minas Gerais com uma ideia de montanha arraigada no seu sentimento e no seu gesto criador.

A Serra dos Órgãos, com o impactante Dedo de Deus, por entre picos e píncaros pontiagudos, braço da Serra do Mar em que se aninha o berço natal do artista, o relevo aguçado das agulhas negras da Mantiqueira, na região de Itatiaia – em tupi, ensina o vocabulário de Silveira Bueno, quer dizer a montanha de pedras agudas, eriçadas como pontas – e os volumes cônicos do litoral, como o Pão de Açúcar, os Dois Irmãos e o Corcovado, deram ao artista os ícones da montanha que se projetariam para o resto da vida em sua pintura. Montanhas vertiginosas, escorrendo do céu, precipitadas por entre brumas e névoas, formas expressionistas do espaço mágico em que flutuavam outros signos emblemáticos do autor, como igrejinhas e balões juninos. O espectro gasoso do ambiente da

* Secretário Estadual da Cultura de Minas Gerais, ocupa a cadeira nº 3 da Academia Mineira de Letras. angelo.oswaldo@cultura.mg.gov.br

serra fluminense impregnou-se na pintura. Fundem-se as construções de nuvens e montanhas. A paisagem poética integra os montes na atmosfera vaporosa das névoas e neblinas, confundindo céu e terra.

Em 1944, Guignard mudou-se para Minas, que já visitara antes, no curso de rápidas viagens. A convite do prefeito de Belo Horizonte, o futuro presidente Juscelino Kubitschek, por sugestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do IPHAN, ele criou uma escola de arte, que funcionava no Parque Municipal, no centro da capital mineira. Os poetas paulistas Mário e Oswald aplaudiram a iniciativa, escrevendo rasgados elogios ao artista e ao prefeito. Guignard gostava de lecionar ao ar livre, pelas alamedas do Parque, e utilizava, como apoio, os escombros do Teatro Municipal, uma construção abandonada, que só seria concluída em 1971, com o nome de Palácio das Artes. As árvores do Parque exerciam grande fascínio sobre o mestre, assim como já o encantara o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Belo Horizonte se havia dividido, sob o impacto da arquitetura inovadora de Oscar Niemeyer e da pintura de Cândido Portinari, às margens da lagoa da Pampulha, ousada empreitada do prefeito Kubitschek, logo no início de sua gestão (1940-45). Uma escola de arte moderna serviria para educar o olhar dos mineiros para o modernismo que, se ali produzira a poesia de Carlos Drummond de Andrade, no campo das artes plásticas até então permanecera praticamente sem referências que tivessem familiarizado o gosto local com as estéticas do século 20. A presença em Belo Horizonte aproximou Guignard das cidades históricas. Em companhia da escritora Lúcia Machado de Almeida e de Antônio Joaquim de Almeida, criador do Museu do Ouro – tendo morado certo tempo na residência do casal, na Rua Tomé de Souza –, passou a frequentar a cidade vizinha de Sabará, logo entregando-se a Ouro Preto, onde viria a ser sepultado, em 1962.

A paisagem montanhosa de Minas seduziu Guignard, ao ponto de seu desenho prescindir da linha da montanha, para surpreendê-la nos contrapontos edificados que se espalham sobre o papel, como as palavras na constelação poética de Mallarmé. A montanha se vê sem ser vista. Não era ao que aspirava Cézanne, diante da Sainte-Victoire, no sul da França, conforme argumenta Merleau-Ponty? O “mar de montanhas” é uma expressão da geografia que designa o relevo do Quadrilátero Ferrífero, no centro de Minas Gerais. São zonas em que as ondulações azuis das serranias, observadas de altos cumes que dominam a paisagem, proporcionam ao olhar a sensação de um oceano cujas vagas se agitam em sensual movimento. Guignard fundiu céu e montanha, ao tratar as nuvens e os morros com a técnica do esfumado leonardesco. Tomou as serras como mar, singrado pelas naves das igrejinhas que navegam na imagem, tal como os balões juninos se elevam para chamar as nuvens e entregá-las aos serros (capa do “Passeio a Diamantina”, de Lúcia Machado de Almeida, Martins, 1960).

Essa percepção da montanha revela que a ótica de Guignard já se afeiçoara a sensações semelhantes às que o artista oriental experimenta ao captar a energia estética dos maciços orográficos na composição da paisagem e nos cenários recortados pelo gesto criador.

montanha vazia	não se vê ninguém
ouvir só se ouve	um alguém de ecos
raios do poente	filtram na espessura
um reflexo ainda	luz no musgo verde

Wang Wei, pintor e poeta clássico chinês (701-761), nesta obra “reimaginada” pelo poeta e transcriador Haroldo de Campos, pode ser tomado como tradutor do clima de uma pintura guignardiana, na qual a montanha é nuvem, é cambraia, é luz. Guignard trouxe da Europa o conhecimento e o gosto da arte oriental. Dela acercou-se nas lições que recebeu e na visita a museus e coleções, de tal modo que é possível cotejar algumas de suas criações com grafismos e elementos da tradição da pintura chinesa, como fez Paulo Herkenhoff em estudo para a primeira mostra sobre o tema em Guignard.

Os orientalismos presentes no acervo colonial de Minas estimularam, intensamente, essa propensão do artista fluminense. Os galbos do contrafeito, que conferem ao telhado mineiro delicado e elegante caimento das águas, à maneira dos pagodes levantinos, guiam o desenho de Guignard. Com o lápis de ponta grossa ou o pincel, ele risca, de um só gesto, o espigão do telhado, assim como levanta o coqueiro, em linha contínua, prontamente ereto. Os pequenos balões de São João, leves como os pagodes, soltam-se na folha branca. Atravessam o espaço pictórico e fazem flutuar o mundo mágico que ali se instala. (Coleção Priscila Freire).

Na cidade de Sabará, em especial, registram-se expressões admiráveis das *chinoiseries* que encheram de magia a imaginação dos mineradores setecentistas. A capela do Ó, dedicada a Nossa Senhora da Expectação do Parto, e assim denominada em alusão às exclamações da Ladainha – *O Maria semper Virgine, O Maria mater Dei...* –, foi construída como um ex-voto, no início do século 18. Além do aspecto de pagode figurado pela arquitetura, a ornamentação do curioso templete, em vermelho de Macau e douramento, constitui a mais rica e original manifestação da influência oriental na arte colonial de Minas Gerais, igualmente marcante na Matriz de Sabará.

Na Sé Catedral de Mariana, precisamente no respaldo do cadeiral dos Cônegos e no armário do órgão Arp-Schnitger, bem como na igreja de Santo Amaro do Brumal, em Santa Bárbara, encontram-se notáveis decorações com chinesices, mas a chamada igrejinha do Ó não tem similar. Guignard a desenhou para ilustrar o “Passeio a Sabará”, de Lúcia Machado de Almeida, publicado pela Martins, em

1952, no qual se esclarece que a construção de 1719 se deveu a uma promessa do capitão-mor Lucas Ribeiro de Almeida.

Sete painéis de madeira emoldurados no arco-cruzeiro, três de cada lado e um sobre o fecho do arco, são apresentados em forma de cartela, sendo decorados com pintura a ouro sobre fundo vermelho. Pequenos pássaros e pagodes aparecem nas cartelas, tal como as igrejinhas e balões nos desenhos guignardianos. Segundo Sylvio de Vasconcellos, “conhecidas como ‘chinesices’, estas pinturas talvez tenham sido recolhidas da louça de Macau, bastante usual no Brasil de então, sendo de observar-se sua ocorrência frequente em Minas Gerais, ao passo que no resto do país não são encontradas”.

Cabe lembrar que o órgão alemão da Sé marianense saiu de uma das capelas reais do antigo Paço de Lisboa, em 1753, quando Dom José I resolveu presentear com ele o primeiro bispo de Minas, Dom Frei Manuel da Cruz, já trazendo as *chinoiseries* policromadas nas portas do “bifê”. O modismo era recorrente em todo o império português, sendo completado pela influência indiana das artes de Goa, especialmente a estatuária de marfim, que caracterizou a iconografia brasileira da Senhora da Conceição na segunda metade do século 17, como se verifica na própria imagem da padroeira do Brasil, a Conceição Aparecida, encontrada por três pescadores, em 1717, no rio Paraíba do Sul.

Uma escultura em madeira policromada, que representa Santa Cecília, padroeira dos músicos, por isso segurando uma lira, lembra uma mulher chinesa, no acervo do Museu Arquidiocesano de Mariana. No Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, duas figuras de presépio, atribuídas ao Aleijadinho, ostentam penteados à maneira oriental, assim como chinesices podem ser identificadas na Santa Luzia que o mestre esculpiu para a Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso, em Caeté. Os olhos amendoados de inúmeras esculturas decorrem do gosto oriental que prevaleceu na arte do século do ouro.

A contemplação desses curiosos motivos terá causado forte efeito sobre a maneira lúdica pela qual Guignard recria a paisagem mineira. Muitas vezes, ele próprio insere-se na cena, junto a seu cavalete e uma bandeirinha do Brasil, tornando-se partícula do mundo montanhoso no qual – significantes históricos de Minas – trezinchos saem de túneis, balões sobrevoam encostas e igrejinhas celebram a vida serena nas alturas (Coleção Ângela Gutierrez). Há uma sugestão de presépios como o do Pípiripau, criado pelo marceneiro Raimundo Machado, na Belo Horizonte do início do século 20, hoje tombado pelo estado, tema de um poema de Drummond, quando ainda se assinava sob o pseudônimo de Antônio Crispim.

São ideogramas que caracterizam uma escrita pictórica e a temática que levou Guignard a dar o título de “Fantasia” e “Paisagem imaginária” a várias de suas obras. Numa relação prazerosa com a paisagem, o pintor absorve a montanha em seu universo onírico, brincando com os signos sobre o fundo dramática-

mente construído de nuances esvanecentes, entre o céu e a terra. Comprazia-se tanto com as paisagens de sonho que sempre as descortinava no fundo de seus retratos. O poeta Drummond contestou a artista plástica Madu (Maria do Carmo Vivacqua Martins), ao dizer-lhe que “Minas não é uma palavra montanhosa”, por ser “palavra abissal”. As montanhas de Guignard são verticais, abandonam a horizontalidade, deslizam. Abissais, são portadoras de alcantis dissolutos e abismos, entre cúmulos e cumes.

Pesquisa realizada pelo Centro de Conservação e Restauração de Obras de Artes, CECOR-UFMG, e publicada sob organização de Claudiana Maria Dutra Moresi, contribui para que se possam investigar, em pormenores científicos, as cores, técnicas e materiais da obra de Guignard. São informações que permitem uma leitura clara do estilo do artista e das possibilidades de conservação e restauro de seus trabalhos. Nessa perspectiva, acentuam-se as qualidades criativas do desenhista e pintor, com pleno domínio de seu *métier*.

O desenho e a pintura de Guignard referem a atmosfera das *chinoiseries* que ele apreciava com tanta satisfação, mas encontram ligações mais aprofundadas com os orientalismos. De início, pode-se evocar a delicadeza com que pintava, quase aquarelando camadas diáfanas, como se buscasse o ar rarefeito das altitudes, a brisa suave e o jogo de luzes, tal como de certo modo revela o mexicano Luís Nishizawa, de ascendência japonesa, ao pintar as montanhas de seu país. Mas Guignard entrega-se ao sonho e ao devaneio, não se atém à paisagem observada, porque invariavelmente a subverte, recriando-a. Essa surpresa, entre o encantamento e a magia, a ingenuidade e a fantasia, faz com que a obra do mestre tenha tanto o fascínio quanto o alumbramento de uma pintura sobre papíro de antigas dinastias do Oriente.

Priscila Freire, que trouxe para o século 21 o Museu de Arte da Pampulha, em Belo Horizonte, conheceu Guignard, que fez o seu retrato e lhe deu um lindo desenho, no qual ele, junto ao cavalete, admira um panorama de Ouro Preto. Deve-se à sensibilidade de Priscila Freire a sugestão de se levantar e apresentar ao público o colóquio entre Guignard e o Oriente. Ao lado de Paulo Herkenhoff, ela realizou plenamente a esplêndida ideia, para o privilégio dos visitantes da mostra que ocorreu no MAR, no Rio de Janeiro, em 2014.



RUBÉN DARÍO E O BRASIL

*José Carlos Brandi Aleixo**

O centenário do falecimento do insigne poeta Rubén Darío, ocorrido em 6 de fevereiro de 1916, é excelente oportunidade para evocar traços de sua luminosa vida e de seu estreito relacionamento com o Brasil.

Na nossa história, ele tem sido preiteado de várias formas.

Em 1952, no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil, sob a Reitoria do notável professor Pedro Calmon, iniciou-se uma galeria de homens ilustres com medalhão do preclaro vate nicaraguense. Na Academia Brasileira de Letras há um poema de Darío, dedicado a Machado de Assis, gravado em bronze.¹

Em numerosos municípios, há logradouros com seu nome. Na ex-capital do país, no bairro do Leblon, há praça com o nome de Rubén Darío e nela monumento seu inaugurado em 1956. Na cidade de São Paulo, Rubén Darío é designação de rua no bairro de Brasilândia e de praça no bairro de Socorro, na zona sul. Com o nome de Rubén Darío, há: Colégio Estadual em Salvador, capital da Bahia; e Escola Estadual de 1º e 2º Graus em Sapucaia do Sul, Rio Grande do Sul.

Os Correios do Brasil emitiram selo postal seu em 1966. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, houve entrega de 14 medalhões de bronze de Rubén Darío ao embaixador da Nicarágua, com as respectivas placas, destinados às regiões administrativas (Departamentos) da Nicarágua.

Em 1960 a Embaixada da Nicarágua no Brasil lançou a Coletânea de artigos de Rubén Darío intitulada *Algo de Rubén Darío sobre Brasil*, de 48 páginas. São eles: “El Brasil Intelectual”, “Don Pedro”², “Fontoura Xavier”, “Graça Aranha”, “Machado de Assis” e “Balada de la Bella Niña del Brasil”.

* Professor Emérito da Universidade de Brasília, membro da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 19. brandialeixo@ccbnet.org.br

¹ “Visitantes Ilustres. Sessão de 3 de setembro de 1964”. *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, ano 64, vol. 108, p. 2 e 3 jul./dez. 1964. Anais de 1964.

² Trata-se de primorosa apologia do Imperador brasileiro Dom Pedro II, escrita após seu falecimento em Paris, em 1891. No início, escreve o autor: “Al caer Don Pedro en la tumba, no puedo menos que recordar al poeta: ‘O, soleils disparus derrière l’horizon’. Ao final diz Darío: “Será admirado en la historia humana como el último de los marco aurelios”.

Em 1966 a Embaixada da Nicarágua publicou *Homenaje a Rubén Darío en el 50º Aniversario de su Muerte*, com a participação de 20 escritores, entre os quais o Chanceler do Brasil Vasco Leitão da Cunha e o renomado Manuel Bandeira.

De particular importância para o nosso estudo é o livro, de 1985, *Presença do Brasil na Obra de Rubén Darío*, todo em português, organizado e introduzido pelo Embaixador da Nicarágua no Brasil, Ernesto Gutiérrez. Ele editou textos do egrégio poeta centro-americano sobre: O Brasil Intelectual; Machado de Assis; Fontoura Xavier; Graça Aranha; Joaquim Nabuco; e Santos Dumont.

Dentro da vastidão da matéria, esse estudo enfatiza dois ilustres brasileiros: Antonio Vicente da Fontoura Xavier (1856-1922) e Paulo Mendes Campos (1922-1991). O primeiro foi contemporâneo e grande amigo do Príncipe dos Poetas da língua espanhola. O segundo, de outra geração, consultou ampla bibliografia para dissertar sobre ele.

Em 1896, em seu livro *Los Raros*, Darío publicou "Eugênio de Castro y la Literatura Portuguesa". Nele afirmou: "Hay en el Brasil una literatura digna de la universal atención y del estudio de los hombres de pensamiento y de arte".³ Já então o idioma lusitano não lhe era estranho. Sua residência em Buenos Aires, de 1894 a 1898, facilitou os contatos com o Brasil.

A primeira viagem de Rubén Darío ao Brasil ocorreu em julho de 1906. Escreveu ele em sua autobiografia:

Una vez vuelto de ese largo viaje me tomé algún tiempo de reposo en París. Inesperadamente recibí cablegrama del Ministerio de Relaciones Interiores [Exteriores] de Nicaragua en que se me comunicaba mi nombramiento de secretario de la delegación nicaragüense a la Conferencia Panamericana de Río de Janeiro. Debería reunirme en Francia con el jefe de la delegación señor Luis F. Corea [1864-1932], que era ministro en Washington.⁴

Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil junto ao governo dos Estados Unidos, com apoio do ministro Barão do Rio Branco, empenhou-se, com sucesso, para que o Rio de Janeiro fosse a sede da Terceira Conferência Internacional Americana. A Primeira Conferência ocorrera em 1889-1890, em Washington, D.C., e a Segunda no México em 1901-1902. Veio a ser chefe da Delegação do Brasil e do próprio conclave. Seu relacionamento com Rubén Darío, já grande na viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro, cresceu durante o Congresso.

Participaram da Conferência 18 nações, entre as quais: Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá. Com esses países, o Brasil começou relações diplomáticas pelo decreto 1.561, de 22 de novembro de 1906, assinado pelo presidente Afonso Pena. O fato ilustra a interação entre as relações multilaterais e as bilaterais dos Estados.

Em elogioso artigo sobre Graça Aranha, Rubén Darío registra que muitas delegações hispano-americanas viajaram juntas no vapor inglês "Thames" para a Conferência Pan-americana no Rio de Janeiro.⁵ Joaquim Nabuco informa que, em Lisboa, antes da partida, elas foram homenageadas por autoridades lusitanas. Fala Nabuco também das escalas em Cabo Verde, Recife e Salvador.⁶

Ao chegar à baía da Guanabara, os delegados receberam as boas vindas de intelectuais brasileiros, entre os quais Graça Aranha.⁷

A cidade do Rio de Janeiro gozava de ótimas condições para ser anfitriã da Terceira Conferência Internacional Americana. Estava saneada graças a Oswaldo Cruz e à sua equipe, que conheciam e admiravam o pioneirismo no combate à malária do médico e cientista cubano Carlos Finlay.⁸ Reformas urbanísticas tornaram a hospedagem mais prazerosa.⁹

Fruto, em grande parte, do trabalho do chanceler Barão do Rio Branco, as 10 fronteiras do Brasil estavam bem definidas. No consistório de 11 de dezembro de 1905 o Papa Pio X criou cardeal arcebispo do Rio de Janeiro D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti. Foi o primeiro prelado na América Latina a receber tão elevada investidura.¹⁰

É muito relevante o comentário do renomado autor mexicano Jaime Torres Bodet: "Rio de Janeiro fue un oasis para Darío. Nabuco, Fontoura Xavier, Elysio

⁵ 1) GUTIÉRREZ, Ernesto (Org.). *Presença do Brasil na Obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 31. Introdução do organizador; 2) CAÑAS-DINARTE, Carlos. "La Tercera Conferencia Panamericana, Río de Janeiro, julio-agosto de 1906". In: *100 años de relaciones diplomáticas entre Brasil e y Centroamérica*. San Salvador: Centro de Estudios Brasileños, [2006], p. 15, de 50 p. Apresentação de Vanda Pignato.

⁶ VIANA FILHO, Luís. *Três Estadistas: Rui-Nabuco-Rio Branco*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora / INL-MEC, 1981, p. 711-730, capítulo IX "Viagem ao Brasil".

DARÍO, Rubén. "Graça Aranha". In: *Cabezas Pensadores y Artistas Políticos. Administración*, Madrid: Editorial "Mundo Latino", s.d., volumen XXII de las Obras Completas, p. 17.

⁷ Após a independência em 1822, a primeira grande epidemia de febre amarela chegou ao Rio de Janeiro quando um navio norte-americano, depois de passar por Havana, atracou no porto da capital do Brasil, em fins de 1849. Mas em 14 de agosto de 1881, o grande médico cubano apresentou à Academia de Ciências de Havana um mosquito chamado "Culex", depois "Stegomii fasciata" e finalmente "Aedes Aegypti" como responsável intermediário necessário na transmissão da febre amarela. Em 1900 a tese científica de Finlay foi comprovada por rigorosas experiências. Ver: TEIXEIRA, Luiz Antonio. "Da transmissão hídrica à Culicidiana: a febre amarela na sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo". *Revista Brasileira de História, Ciência e Sociedade*. São Paulo, vol. 21, nº 41, p. 217-241, 2001. Um exemplo concreto ilustra como o temor da febre amarela dificultava a presença de diplomatas estrangeiros no Rio de Janeiro. Em julho de 1890 o governo do México nomeou Juan Sánchez Azcona como representante do país ante as repúblicas sul-americanas do lado atlântico. Estando em Buenos Aires, retardou sua viagem ao Rio de Janeiro por causa da notícia de que nesta cidade grassava epidemia de febre amarela. PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflictos e Reconciliações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 84. (Coleção Ensaio Latino-Americanos).

⁸ SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Rodrigues Alves: Estadista de dois regimes, 1902-1906*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983, p. 97-101. (Coleção Os Presidentes).

⁹ Em 1907, o Brasil recebeu, durante o Congresso Sanitário realizado em Berlim, medalha de ouro oferecida pela Imperatriz da Alemanha, Augusta Vitória de Schleswig-Holstein.

¹⁰ CARVALHO, Afonso de. *Rio Branco: sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995, p. 217-218.

³ *Los Raros*, 501 apud ELLISON, Fred P. Rubén Darío and Brasil, Hispania, 1964, vol. XLVII, nº 1, p. 24-34, note 2. Obras Completas (5 volumes) de Rubén Darío foram publicadas em Madri, 1950.

⁴ DARÍO, Rubén. *Autobiografía*. Manáguá: Ediciones Internacionales, 2002, p. 126.

de Carvalho y otros escritores brasileños lo acogieron no solo con fraternal simpatía sino con respeto y con entusiasmo”.¹¹

Rubén Darío escreveu belo artigo sobre Fontoura Xavier. Nele se lê:

Conheci-o no Rio de Janeiro, na reunião da segunda Conferência Pan-Americana.¹² Estava nesse meio intelectual brasileiro, que com justiça orgulhava, perante os estrangeiros, o nome Embaixador Nabuco. No âmbito oficial foi dos meus amigos mais íntimos, juntamente com o grande novelista Graça Aranha e do ativo, vibrante, cordial e harmonioso Olavo Bilac. Fontoura Xavier ocupava na época o cargo de cônsul geral em Nova Iorque e acompanhava o Embaixador [Joaquim Nabuco] à Conferência [...] Afável, garboso, cerimonioso como quase todos os seus compatriotas cultos, o poeta granjeou de imediato a minha simpatia. Depois soube, e isto me cativou ainda mais, que o correto funcionário e o impecável diplomata, que prestou verdadeiros serviços a seu país, “foi, quando estudante, um rapaz endiabrado” [...] Opalás é um livro de elegância e harmonia e que mostra a inutilidade e a inconsciência das modas literárias. Escrito em grande parte antes das moderníssimas correntes estéticas, que com tanto acerto estudou em seu país Elysio de Carvalho, lê-se hoje com o mesmo prazer que quando apareceu pela primeira vez. É que a forma e a maneira valem pelo que encerram do poder criador do poeta, pelo que vem de dentro, do fundo da alma. No verdadeiro poeta prevalece a vontade de eternidade. Por isso é que Luciano de Samosata [125-192 d.C.], Píndaro [518-438 a.C.], o Arcipreste de Hita [1280-1350], Villon [1875-1963], Heine [1797-1856] e tantos outros, no plano superior da arte, serão sempre contemporâneos.¹³

Comentando designação de Graça Aranha para representar sua pátria “em Cuba e nas Repúblicas da América Central”, escreveu Rubén Darío: “Onde o Brasil já teve um enviado tão eficaz e merecedor de todas as simpatias. Refiro-me a Antônio Vicente da Fontoura Xavier, tão bem acolhido no Protocolo como no Olimpo”.¹⁴

Episódio relacionado com uma das agruras financeiras de Rubén Darío demonstra a admiração do amigo Fontoura Xavier por ele. Amigo do General José Santos Zelaya, Rubén Darío foi nomeado por seu sucessor na presidência da Nicarágua, doutor José Madriz, para representar seu país nas festividades do centenário da Declaração da Independência do México, em setembro de 1910. Após a deposição do presidente, apoiada pelo governo dos Estados Unidos, a designação foi cancelada. Darío viajou de Havana à cidade mexicana de Vera Cruz, mas não pôde ir à capital do país. Regressou a Havana. No dia 8 de novembro de 1910, véspera de seu embarque em Havana no navio alemão Ipiranga, com destino ao porto francês do Havre, Darío encontrava-se em apuros para o pagamento

¹¹ TORRES BODET, Jaime. Rubén Darío: *Abismo y Cima*. Primera edición en español. México: Fondo de Cultura Económica – Letras Mexicanas, Universidad Nacional de México, 1966, p. 192.

¹² Trata-se da 3ª Conferência Internacional Americana.

¹³ DARÍO, Rubén. “Fontoura Xavier”. In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 26-30. Angel Augier, no livro *Cuba en Darío y Darío en Cuba*, informa que “Darío le dedicó un artículo encomiástico *Diplomáticos Poetas*: Fontoura Xavier, que publicó El Figaro. La Habana, [Cuba], año XXVII, n. 14, p. 214, 1911” (AUGIER, Angel. *Cuba en Darío y Darío en Cuba*. La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas, 1989, p. 239). DARÍO, Rubén. “Fontoura Xavier”. In: *Semblanzas*. Madrid: Ediciones de Afrodísio Aguado, 1950, p. 865. (Obras Completas, tomo II, p. 857-865, de um total de 5 tomos).

¹⁴ GUTIÉRREZ, Ernesto. Op. cit. p. 33.

da passagem. Conta Osvaldo Bazil, cônsul da República Dominicana na capital de Cuba:

[Darío] pule admirablemente una breve carta para Fontoura Xavier, como Cellini su joya predilecta [...]. A las nueve de la mañana lo encontré en *El Figaro*¹⁵, esperando nervioso, intranquilo, la llegada de Carrasquilla¹⁶, portador de la carta de Fontoura Xavier. El pasaje estaba ya apartado para el Vapor en puerto, que debía partir a las dos de la tarde. Como Carrasquilla tardaba, Rubén disparaba nuevos cables a Europa, con el carácter de urgentísimos. Aparece, por fin, el cordial y talentoso Carrasquilla vencedor, en toda la línea. Fontoura remitía al poeta quinientos dólares y una fina esquila, lamentando no ser más extenso en la dádiva que tanto honor le proporcionaba.¹⁷

Diz Rubén Darío em sua autobiografia:

Se me concluyeron en aquella ciudad carísima los pocos fondos que me quedaban y los que llevaba el enviado del mismo Sierra¹⁸... pude, después de dos meses de ardua permanencia, pagar crecidos gastos y volverme a Paris, gracias al apoyo pecuniario del diputado mexicano Pliego, del ingeniero Enrique Fernández, y, sobre todo, a mis cordiales amigos Fontoura Xavier, ministro del Brasil, y general Bernardo Reyes, que me envió por cable, de Paris, un giro suficiente.¹⁹

Conhece-se o amigo certo na hora incerta.

Outra manifestação do apreço de Rubén Darío por Fontoura Xavier é a bela poesia intitulada *La Niña Anna Margarida da Fontoura Xavier, hija del Ministro del Brasil*,²⁰ composta em Paris em 1912.

Na primeira semana de junho em 1912, Rubén Darío, diretor literário das revistas publicadas em Paris, *Mundial Magazine* e *Elegância*, e o administrador proprietário delas, Alfredo Guido, desembarcaram do paquete *Holanda* no Rio de Janeiro.²¹ Ponto alto de sua estada na então capital do país foi a conferência que escreveu sobre Joaquim Nabuco. Por razão de enfermidade sua, foi lida por outra pessoa. Para ouvi-la, compareceram o presidente da República, General Hermes Rodrigues da Fonseca, e outras altas autoridades.

¹⁵ Nome de importante jornal cubano da época.

¹⁶ Eduardo Carrasquilla Mallarino nasceu em Bogotá, em 1887, e faleceu em Buenos Aires, em 1925. Para Darío, ele era “el Quevedo Americano”. Cônsul do Panamá em Cuba em 1910, era casado com a escritora cubana Mercedes Borrero y Pierrá (1892-1980).

¹⁷ AUGIER, Angel. Op. cit. p. 242 e 243. O autor cita: BAZIL, Osvaldo. “Como era Rubén Darío”. In: *Vidas de iluminación*. Habana, Cuba: J. Arroyo, 1932, 76 p. Conferência pronunciada en el Lyceum de Señoritas el día 11 de marzo; y en: *Rubén Darío y sus amigos dominicanos*. Bogotá: Ed. Espiral, 1948, p. 163.

¹⁸ Justo Sierra (1848-1912) foi notável escritor, pedagogo e político mexicano.

¹⁹ DARÍO, Rubén. *Autobiografía*. Managua: Ediciones Internacionales, 2002, p. 136.

²⁰ *Revista Americana*. Rio de Janeiro, Tomo II, Fasc. 1, p. 641. abr. 1912. Com o título de *Balada de la Bella Niña del Brasil*, encontra-se em: DARÍO, Rubén. *Obras Completas – Poesias*. Buenos Aires: Ediciones Anaconda, 1948. Manuel Bandeira traduziu essa poesia como “Balada da Linda Menina do Brasil”. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1941. Pensamento da América: Suplemento Pan-Americano, p. 7.

²¹ *Mundial Magazine*, vol. II, nº 12, abr. 1912. No *Jornal do Brasil* dos dias 10, 11, 16 e 18 de junho de 1912, e no jornal *O Estado de S. Paulo* dos dias 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 25 de junho de 1912, houve ampla cobertura das atividades de Darío no Brasil.

Mário Mendes Campos distinguiu-se pelo conhecimento exponencial da literatura de língua castelhana. Apreciou, sobremaneira, autores do nosso continente. Comprovam-no suas publicações: *Atenea e as Letras Chilenas* (1934); *Letras Venezuelanas* (1943); *Três Itinerários Líricos na Poesia Colombiana* (1964); *Porfirio Barba Jacob: Poeta da Angústia e da Morte* (1969); e, particularmente, *Rubén Darío e o Modernismo Hispano-Americano* (1968).

Cavalcando sobre os séculos XIX e XX (1867-1916), em menos de dez lustros de luminosa existência, Rubén Darío legou-nos mais de mil páginas em verso e mais de quatro mil em prosa²². Sua estatura internacional manifesta-se pela acolhida que teve, em vida, em diversos países e, postumamente, pelos estudos a ele dedicados, não só em castelhano, mas também em alemão, francês, inglês, italiano, português e russo. Publicou, no exterior, em países diferentes, três dos seus principais trabalhos: *Azul*, no Chile (1888); *Prosas Profanas*, na Argentina (1896); e *Cantos de Vida y Esperanza, na Espanha* (1905). A boa acolhida de sua obra na Espanha lembra o Retorno dos Galeões, que transportavam ouro e prata da América para a Espanha.

É essa figura planetária que Mendes Campos analisa magistralmente em seu livro *Rubén Darío e o Modernismo Hispano-Americano*²³. Discorreu o autor sobre esse tema em sessão especial, intercalada em Curso de Literatura, de feliz inspiração da Academia Mineira de Letras, em 1967, ao ensejo do transcurso do centenário de nascimento do nune nicaraguense. Mário apresenta dois motivos essenciais para sua participação: primeiramente sua antiga afeição às letras hispano-americanas e, em segundo lugar, sua preocupação no sentido de contribuir, como cidadão da América, para o constante e cada vez mais amplo intercâmbio intelectual e socioeconômico dos povos americanos.²⁴

Demonstra ele familiaridade não apenas com a vasta obra de Darío, mas, outrossim, com os estudos a respeito, citando mais de cinquenta autores de variadas procedências.

Mendes Campos enuncia, com numerosos exemplos, a dimensão internacional presente na vida e na obra de Darío. Foi correspondente, em Santiago do Chile, do jornal *La Nación*, de Buenos Aires (1889); dirigiu, em San Salvador, o diário *La Unión*, arauto da integração centro-americana (1889); exerceu as funções de Cônsul-Geral da Colômbia em Buenos Aires (1894); atuou como enviado especial de *La Nación* de Buenos Aires na Espanha e na França; nestes dois países serviu como diplomata da Nicarágua.

²² GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na Obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 3.

²³ CAMPOS, Mário Mendes. *Rubén Darío e o Modernismo Hispano-Americano*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1968.

²⁴ Idem, *ibidem*.

Pode-se dizer que Darío foi eminentemente cidadão das Américas e mesmo do Mundo. Na verdade, seu entusiasmo pelo nosso continente não excluía grande apreço pela Europa e, particularmente, pela pátria de Cervantes. É conhecido seu verso em *Los Cisnes*: “*Soy un hijo de América, soy un nieto de España*”.

Propugnou o entendimento entre os povos, como aparece em sua *Ode Unión Centroamericana*:

¡Los Pueblos tienen Fe!
Quien no desea la unión de estas naciones,
Obra que las eleva y endiosea?
Que se acaben los odios y ambiciones,
Pues sobre todo está la gran idea²⁵

As peregrinações de Darío pela América lembram as de Simón Bolívar, cujos ideais integracionistas enalteceu em seus inspirados versos.

Com muita propriedade, Mendes Campos ressaltou os numerosos vínculos entre Darío e o Brasil. Lembrou que seu primeiro texto como correspondente de *La Nación*²⁶, no Chile, versou sobre a chegada do navio brasileiro *Almirante Barroso* ao porto de Valparaíso. Destacou as expressões de apreço pelo nosso país na *Epístola a la Señora de Leopoldo Lugones*.²⁷ Recordou elogiosa página na *Revista Mundial*, onde diz que Graça Aranha: “Honra não somente a pátria em que nasceu, mas também a sua língua, que é uma pátria maior”²⁸. Salientou a amizade entre Darío e o poeta diplomata brasileiro Fontoura Xavier. Assinalou o artigo “El Brasil Intelectual”, em *Letras*, 1911, onde Darío nomeia figuras representativas de nossa literatura. Registrou, também, a homenagem que José Veríssimo rendeu, em 1912, ao ilustre visitante centro-americano, na Academia Brasileira de Letras.²⁹

Caberia acrescentar outras presenças do Brasil na obra de Darío. Dedicou versos carinhosos a Machado de Assis. Exaltou a perseverança e o gênio de Santos Dumont, inclusive com palavras proféticas:

Ícaro há de ser finalmente dono do elemento com que há tanto tempo luta... Hoje surge um filho da terra americana, que representa a antiga estirpe e que talvez seja o marcado pela sorte para o êxito definitivo. Deve-se notar que o novo continente é quem dá hoje esses homiêns à glória. E Severo morto³⁰ e Santos Dumont na obra que o arrebatam são glória e orgulho não só para o Brasil, mas também para toda a América. Ou melhor para toda a humanidade.³¹

²⁵ Declamada em 19 de dezembro de 1883 em saudação ao General Justo Rufino Barrios e publicada em: *Diario de Centroamérica*. Guatemala, 24 ene. 1884; A la Unión Centroamericana. León: Tipografía de J. Hernández, 1883.

²⁶ CAMPOS, Mário Mendes. Op. cit. p. 22.

²⁷ *Ibidem*, p. 100.

²⁸ *Ibidem*, p. 33.

²⁹ *Ibidem*, p. 39.

³⁰ Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (Macaíba, 11 de janeiro de 1864 — Paris, 12 de maio de 1902). Faleceu quando seu dirigível explodiu no ar. Augusto Severo é o nome da avenida no Rio de Janeiro onde está o prédio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

³¹ DARÍO, Rubén. “Sobre Santos Dumont”. In: GUTIÉRREZ, Ernesto. Op. cit. p. 57.

E, finalmente, *last but not least*, soube retratar, com rara perspicácia, a excelência literária e a grandeza interior e religiosa de Joaquim Nabuco em trabalho de 1912. Sublinhou seu patriotismo, desinteresse e tolerância. E reproduziu, entre outras, estas joias do pensador pernambucano:

A ciência é em verdade o espelho do infinito, mas um espelho quebrado em mil pedaços que só a religião pode juntar... O mistério não estreita o horizonte, antes o alarga... O super-homem é o asceta, o santo... A mais bela das profecias divinas: bem-aventurados os mansos porque eles possuirão a terra... A doçura constrói por todas as partes muito mais que a violência... ela é a maior força em ação no mundo.³²

E comenta Darío:

E em sua alma privilegiada havia uma cadência de ouro puro, que o fazia refratário tanto à palustre indiferença, como ao desesperante pessimismo; por sua religiosidade, compreendia... o valor da vida e o preço da morte... Poucos entraram como ele nos corações dos poetas; poucos penetraram mais fundo no destino dos homens.³³

Mendes Campos reservou importante espaço à presença da Religião na obra do grande fautor do modernismo, reproduzindo vários de seus versos de inspiração cristã. Anota, outrossim, que “antes da marcha definitiva teve a consoladora assistência da Igreja Católica e pôde sentir em sua morada interior a presença de Cristo”.³⁴

Dedicou o autor importante parte de seu trabalho aos Fundamentos e aspectos do modernismo hispano-americano. Observou:

É certo que o marco histórico inicial do Modernismo, em termos de cronologia, tem sido fixado em 1888, data de publicação do livro *Azul*; não se pode, todavia, considerar o movimento subitamente criado naquela data. A verdade é que o poeta nicaraguano, pela pujança de seu gênio inovador atuou como decisivo elemento de catalise, acelerando e configurando em bloco definitivo os esboços indecisos e os ensaios mais ou menos tímidos de reforma poética.³⁵

O ensaio de Mendes Campos teve ampla ressonância na crítica literária. Entre outros, escreveram a respeito os conceituados Danilo Gomes, Alberto Deodato, Oscar Mendes, Edgar de Vasconcelos e José Geraldo Pires de Mello. Eis algumas das apreciações. Disse Danilo Gomes:

Seu comércio diário com os autores hispanos lhe tem proporcionado vasto acervo de conhecimentos especializados... concorre para diminuir a distância que nos separa dos escritores de língua espanhola de nosso continente.³⁶

³² DARÍO, Rubén. “Conferencia sobre Joaquim Nabuco”. In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na Obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 46, 47 e 51.

³³ Idem, *ibidem*, p. 48 e 51.

³⁴ CAMPOS, Mário Mendes. Op. cit. p. 48.

³⁵ Idem, *ibidem*, p. 59.

³⁶ GOMES, Danilo. “Dário Visto por um Escritor Mineiro”. , 28 abr. 1968, seção 3ª, p. 5.

Oscar Mendes elogia a riqueza de noções e conhecimentos, disfarçada pela amenidade da escrita e ordenação das ideias. E pondera:

Com este seu ensaio tão lúcido, tão compreensivo, tão cheio de justa admiração por uma das figuras mais geniais de nosso continente, Mário Mendes Campos forja mais um elo dessa cadeia que deveria unir todos quantos na América se dedicam ao labor da criação de uma literatura que se destaque pela sua mensagem de beleza, de fraternidade e de exaltação dos verdadeiros valores espirituais, que torne os homens mais fraternos...³⁷

Edgar de Vasconcelos louva o trabalho do paciente pesquisador. E adiciona:

Conhecedor seguro da literatura hispano-americana, Mário Mendes Campos reúne, nesse livro, com o fino labor de seu estilo, um copioso acervo de fatos interessantes sobre o poeta, dando-nos a justa dimensão do seu valor e da poderosa influência que exerceu sobre a chamada América Espanhola...³⁸

No Brasil, Rubén Darío continua sendo estudado em numerosos cursos de ensino superior e em centros culturais, como o Instituto Cervantes. Em Brasília, na Associação Nacional de Escritores (ANE), são atualmente grandes conhecedores do nome nicaraguense: Anderson Braga Horta, José Jeronymo Rivera e Santiago Naud.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, José Carlos Brandi. “Antônio da Fontoura Xavier: Diplomata e Escritor”. Revista *Historia Caribe*. Atlântico (Departamento de Colombia), Volumen VI, N° 18, pp. 31-49, ene/jun. 2011. La Revista es una publicación de la Universidad del Atlántico. Disponível também em: <http://investigaciones.uniatlantico.edu.co/revistas/index.php/Historia_Caribe/issue/view/5>. Acesso em: 30 abr. 2012.

AUGIER, Angel. *Cuba en Darío y Darío en Cuba*. La Habana, Cuba: Editorial Letras Cubanas, 1989.

BANDEIRA, Manuel. “Em Louvor das Letras Hispano-Americanas”. In: MIRANDA, Marta Elba. *Três Conferências sobre Cultura Hispano-Americanas*. Rio de Janeiro: MEC / Departamento de Imprensa Nacional, 1959, p. 15-18.

_____, “Rubén Darío”. In: *Literatura Hispano-Americana*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960, p. 159-164.

³⁷ MENDES, Oscar. “Um Ensaio de Boa Têmpera”. *Estado de Minas*, 13 mar. 1969, p. 5.

³⁸ VASCONCELOS, Edgar. “Rubén Darío e o Modernismo”. *Estado de Minas*, 11 nov. 1968, p. 5.

BAZIL, Osvaldo. "Como era Rubén Darío". In: *Vidas de iluminación*. Habana, Cuba: J. Arroyo, 1932, 76 p. Conferencia pronunciada en el Lyceum de Señoritas el día 11 de marzo.

_____, *Rubén Darío y sus amigos dominicanos*. Bogotá: Ed. Espiral, 1948.

CAMPOS, Mário Mendes. *Rubén Darío e o Modernismo Hispano-Americano*. Belo Horizonte: Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, 1968.

CARVALHO, Afonso de. *Rio Branco: sua vida e sua obra*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

CARVALHO, Elysio. "Rubén Darío: Príncipe dos Poetas de Língua Castelhana". In: *Obras de Elysio de Carvalho: Ensaíos*. Brasília: Fundação Casa do Penedo; Editora Universa, 1997, vol. I, p. 135-170.

_____, *Darío*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1906, 54 p.

DARÍO, Rubén. "El Crucero Brasileño Almirante Barroso en Valparaíso". *La Nación*. Buenos Aires, 3 fev. 1889.

_____, "Santos Dumont". *La Caravana Pasa*. Paris: Garnier Hermanos, 1902, 8 vol., 296 p.

_____, *La Vida de Rubén Darío Escrita por el Mismo*. Barcelona: Maucici, 1910.

_____, "La Niña Anna Margarida da Fontoura Xavier, hija del Ministro del Brasil". *Revista Americana*. Rio de Janeiro, Tomo II, Fasc. 1, abr. 1912.

_____, "Conferencia sobre Joaquim Nabuco em 1912". *O País*. Rio de Janeiro, 18 jun. 1912, p. 4;

_____, "Santos Dumont". *La Caravana Pasa*. Administración, Madrid: Editorial Mundo Latino, 1917, Libro III, cap. V, p. 195-202, de 296 p. Prólogo de Alberto Ghiraldo.

_____, "Graça Aranha". In: *Cabezas*. Madrid: Imprenta de Galo Sáez, 1929.

_____, "Graça Aranha". In: *Cabezas: pensadores y artistas, políticos*. Madrid: Editorial Mundo Latino, vol. XXII, p. 15-19.

_____, "Balada da Linda Menina do Brasil". *A Manhã*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1941, "Pensamento da América: Suplemento Pan-Americano", p. 7. Tradução de Manuel Bandeira.

_____, "Balada de la Bella Niña del Brasil". *Obras Completas – Poesias*. Buenos Aires: Ediciones Anaconda, 1948.

_____, "Fontoura Xavier". In: *Semblanzas*. Madrid: Ediciones de Afrodisio Aguado, 1950.

_____, "Fontoura Xavier". In: SANSÓN BALLADARES, Justino (Org.) *Algo de Rubén Darío sobre Brasil*. Rio de Janeiro: Embaixada da Nicarágua, 1960, p. 23-33. Obra de 48 páginas.

_____, "Don Pedro I [Don Pedro II]". In: SANSÓN BALLADARES, Justino (Org.) *Algo de Rubén Darío sobre Brasil*. Rio de Janeiro: Embaixada da Nicarágua, 1960, p. 15-21. Obra de 48 páginas.

_____, "O Brasil Intelectual". In: SANSÓN BALLADARES, Justino (Org.) *Algo de Rubén Darío sobre Brasil*. Rio de Janeiro: Embaixada da Nicarágua, 1960, p. 7-14. Obra de 48 páginas.

_____, "Conferencia sobre Joaquim Nabuco em 1912". *Revista Iberoamericana*. s.l., XXVII, n° 52, jul./dic. 1961, p. 329-356. Introducción y Notas de Fred P. Ellison.

_____, *Autobiografía*. San Salvador: Ministerio de Educación, 1962, 226 p.

_____, "Graça Aranha". *Jornal de Letras*. Rio de Janeiro, fev./mar. 1967.

_____, "Conferencia sobre Joaquim Nabuco" em 1912. In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na Obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 43-52.

_____, "Fontoura Xavier". In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 25-30

_____, "O Brasil Intelectual". In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na Obra de Rubén Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 21-24.

_____, "Sobre Santos Dumont". In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na Obra de Ruben Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 53-57.

_____, "Epístola à Senhora de Leopoldo Lugones". In: GUTIÉRREZ, Ernesto. *Presença do Brasil na Obra de Ruben Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985, p. 14-20.

_____, *Autobiografía*. Managua: Ediciones Internacionales, 2002.

_____, "Brasil". In: *Prosa Política. Las Repúblicas Americanas*. Madrid: Editorial Mundo Latino, s.d., vol XIII, de las Obras Completas, p. 71-81.

"Graça Aranha". In: GHERALDO, Alberto (Org.). *SEMBLANZAS*. Obras Completas de Rubén Darío. Ávila, España: Biblioteca Rubén Darío, s.d., vol. XV, p. 175-176. Obras ordenadas y prologadas por Alberto Gheraldo.

ELLISON, Fred P. "Ruben Darío y Portugal". *Hispanófila*. Madrid, II, 4, sept. 1958, p. 23-33.

_____, "Rubén Darío and Brazil". In: *Hispania*, 1964, vol. XLVII, nº 1, p. 24-35.

GERALDO, José [José Geraldo Pires de Mello]. "Martí, Darío e Lugones". In: *Ensaíes Literários*. Brasília: Thesaurus, 2005, p. 35-50.

GOMES, Danilo. "Darío Visto por um Escritor Mineiro". *Estado de Minas*, 28 abr. 1968, seção 3ª, p. 5.

GUTIÉRREZ, Ernesto (Org.). *Presença do Brasil na Obra de Ruben Darío*. Brasília: Embaixada da Nicarágua, 1985. Introdução do organizador.

HORTA, Anderson Braga. "Rubén Darío". In: *Traduzir Poesia*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 81-110.

MANZOLILLO DE MORAES, Victor. "Encontro de Gigantes: Rubén Darío visita Machado". *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros*. Brasília, ano XI, nº 44, p. 31-32, set./dez. 2003.

NABUCO, Joaquim. *Cartas aos amigos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, vol. II.

_____, *Diários*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi Produções Literárias; Editora Massangana, 2005 vol. II (1889-1910).

PALACIOS, Guillermo. *Intimidades, Conflitos e Reconciliações*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Coleção Ensaíes Latino-Americanos.

"RUBÉN Darío". *Revista Americana*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, abr. 1917, p. 156-164.

"RUBÉN Darío. Cantos de Vida e Esperança". *Jornal Livros*. Lisboa, México, Rio de Janeiro: O Globo, 1992, 36 p. Tradução de José Bento. Ilustrações de Alfredo Sinclair.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Rodrigues Alves: Estadista de dois regimes, 1902-1906*. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 1983. Coleção Os Presidentes.

TEIXEIRA, Luiz Antonio. "Da transmissão hídrica à Culicidiana: a febre amarela na sociedade de medicina e cirurgia de São Paulo". *Revista Brasileira de História, Ciência e Sociedade*. São Paulo, vol. 21, nº 41.



O PODER DAS LETRAS*

*Fábio Lucas***

Nas comemorações dos cinquenta anos de estudos literários promovidos pelo Instituto de Letras da Universidade de Brasília, permito-me desenvolver algumas reminiscências de minha trajetória no meio universitário da Capital Federal.

No fundo, palmilhei o caminho das Ciências Humanas. Meu primeiro contrato referiu-se à disciplina Cultura Brasileira, que ministrei por breve tempo. Em dezembro de 1968, uma crise dentro da ditadura proporcionou o AI-5. Um golpe dentro do golpe. Além de injustos afastamentos de intelectuais e professores, ecos daquela nação que preparava a deposição do mais democrático Presidente que o Brasil tivera, a Universidade passou a ser foco de ajustamento do trabalho, reflexivo aos objetivos das multinacionais e de seus aliados internos. Deste modo, cuidou-se de amesquinhar o preparo das Humanidades e de transformar o ensino público em viveiro de mão de obra qualificada para as empresas. Os recursos públicos, fruto da contribuição de todos, se particularizavam. Oficializava-se a mais-valia e a direcionavam aos beneficiários de juros e lucros.

Naquele tempo, quem eram os alunos que deveriam cursar a disciplina Cultura Brasileira? Eram todos os que buscavam as Ciências Humanas como a Sociologia, a Economia, a Psicologia, a Antropologia, a Política, o Direito, a História, a Geografia Humana. Uma superclasse.

Preparei-me para desenvolver devidamente a parte conceitual da Cultura, particularizando seu ponto de vista brasileiro. Eu havia distribuído, entre os alunos, resumos e esquemas de estudos, cronometrando a minha passagem pela UnB. Levantei vasta bibliografia de assuntos brasileiros. Vigente o AI-5, fui atingido em 1969 e forçado ao desligamento da UnB e de qualquer trabalho profissional no Brasil.

Tudo em nome da segurança. Os militares, equivocadamente, adotaram uma lei que os afastaram do povo brasileiro, pois cumpria a eles garantir a segurança dos interesses das multinacionais, há muito já instaladas no país, e a

* Palavras comemorativas dos 50 anos do Instituto de Letras da UnB.

** Escritor, crítico literário, tem vários livros publicados. Ocupa a Cadeira. nº 22 da Academia Mineira de Letras. professorfabiolucas@gmail.com

formarem a opinião nacional, ocupando todos os veículos de comunicação e informação. As ditaduras e seu cortejo de bajuladores amam o silêncio, odeiam o diálogo e, muito mais, suprimem a controvérsia. Adoram a atmosfera propícia a negociatas e corrupção. Assim, as Forças Armadas, fruto da contribuição de todos os brasileiros, prepararam-se para o combate aos dissidentes brasileiros.

Após a anistia, a UnB me classificou no Curso de História, outra Ciência Social. No passado, defendi tese no campo da História das Doutrinas Econômicas. Mas possuía igualmente título de especialização em Teoria da Literatura. Entretanto, os estudos da História foram ventilados para extrair deles a marca de relato das glórias dos vencedores e dos poderosos. Seguem-se a Escola dos Annales, Lucien Febvre, a descrição do Cotidiano, a História das Mentalidades. O relato dos acontecimentos aproximou a História da Literatura à narrativa. O mito da Ciência rendeu-se à Mitografia literária. Dois sub-gêneros emergiram: o romance histórico e a História romanceada. Sem falar, hoje, do Biografismo, ramo da historiografia, frequentemente impregnado de Mitografia.

Deste modo, graças à compreensão do Conselho Departamental e da Diretoria de Recursos Humanos, fui colocado à disposição da Delegacia Regional do Ministério da Educação no Estado de São Paulo, após terem reconhecido ser eu credor de períodos sabáticos e de Licença Especial.

Decorrido o tempo, e tendo havido, em certa ocasião, greve geral na UnB, fui convidado a lecionar cursos de Teoria da Literatura e de Estudos da Narrativa no Instituto de Letras. Pude, então, conviver com meu velho amigo e companheiro de resistência à ditadura, o Professor Hermenegildo Bastos.

Sempre fui defensor da ideia de que a Literatura, mesmo colada ao campo diegético, entre as artes, passara a cuidar do discurso constitutivo do ser. Dadas as suas características, tornou-se aquela arte mais intimista, a moldar as questões profundas que assolam o ser humano, no processo de lidar com as riquezas fundamentais do espírito.

Hoje floresce o princípio de superação da História da Literatura, cujo método cronológico apaga os sinais da recepção da obra e os juízos de valores da leitura. Há quem sustente que cada leitura vem a ser uma interpretação. O campo da recepção da obra literária sobrepujou a supremacia do autor na determinação do significado insito de texto.

Naquele território transcendente da exorbitação das palavras, da polivalência de sentidos, o escritor ampliou a cosmovisão e adotou fortes poderes críticos e visionários. O poeta, como sabemos, não teria assento garantido na *República* de Platão. E de então até hoje, distante das cortes e do discurso apologético, constitui alvo das mentes utilitárias ou da zombaria dos apedeutas.

Mas, enquanto houver poetas e prosadores, a luz do espírito não se apagará e a humanidade não se curvará diante das armas ensandecidas do despotismo.

E enquanto não houver leitores em quantidade, capazes de formar poderosa massa crítica, a democracia não vingará e a Ciência estará circunscrita aos processos de destruição, ao invés de instrumentada para desenvolver a índole associativa e a paz entre os povos. A vida é breve, mas vale a pena vivê-la intensamente. A expressão humana somente ultrapassa o ciclo biológico do autor na medida em que adote como veículo a mais elevada arte da palavra, a escrita artística.

A Arte é o campo da memória intensificada pela imaginação. A realidade recordada, propiciadora da catarse, energiza-se mediante o processo comunicativo do escritor, mediante o seu engenho criativo. Torna-se a obra parcela decifrável da totalidade intensiva, a que lida com as propriedades lógicas e mágicas intuitivas e cognitivas do ser humano, infunde neste o desvendamento das zonas ocultas da mente. Dizia Fernando Pessoa, em versos que "entre mim e o que sou há escuridão." Pois bem: a Arte literária se propôs, sempre, atirar luzes naquele intervalo de escuridão.

Ouçõ que as Humanidades regressam aos poucos ao núcleo da Universidade brasileira. Nada mais justo. O que caracteriza a Universidade é, obviamente, a Universalidade. Cumpre a ela: fazer circular o Saber, transmitir a sabedoria cristalizada ao longo dos tempos; promover a pesquisa, a fim de aclarar os capítulos da experiência humana; e suscitar a Descoberta, no sentido de estimular a Invenção. No campo das Ciências, abre-se com a pesquisa e a investigação rigorosas o campo da Tecnologia; esta, sim, a serviço das civilizações e jamais para alvejar e destruir contingentes de seres humanos.



AVENIDA AFONSO PENA. UM PASSEIO.

Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza*

Estou no topo da Avenida Afonso Pena, à sombra da heroica Serra do Curral, perto da Praça do Papa, e de lá vejo a bela vista da Cidade de Belo Horizonte. Desço, pois, a pé, a admirar o que está e a lembrar-me do que já esteve na grande artéria da Capital. Por lá ficava o campo do “Pela Égua”, prestigioso time da várzea. À esquerda, um pouco atrás, no cume de um morrete está ainda a velha caixa-d’água da Serra, rodeada de pinheiros, e, nas ladeiras, as casinhas do “Pindura-a-Saia”.

Praça Milton Campos e nela, escondido em sua modéstia, no meio dos arbustos, a estátua do Grande Governador de Minas. Continuo a descer e chego à Praça ABC (a padaria que lhe deu esse apelido já não existe, mas a alcunha continua). Mais abaixo, depois de passar pelo antigo e temível DOPS, chego à Praça Tiradentes, com o “animoso Alferes” em eterna vigilância.

Agora estou no Parque Municipal, que, verdadeiramente, toma dois quarteirões de frente para a avenida. Salvou-se, não por inteiro, mas salvou-se, da insânia de algum alcaide. No seu início, o Palácio das Artes de tantos espetáculos e da lembrança do Mestre Guignard.

À esquerda, em frente ao Parque, vejo o simpático Conservatório Mineiro de Música, de estilo bem parisiense, e o magnífico Palácio de Justiça, neoclassicamente desenhado. Ao lado, o “britânico” Automóvel Clube, de saudosos carnavais. Vejo logo, com prazer, a bela arquitetura *art-déco* da Prefeitura Municipal. Mas não consigo evitar, como fazia em menino, de achar que aqueles três homens em alto relevo, sustentando, agachados, três colunas, são os contribuintes debaixo dos impostos...

Cruzo agora a tradicional Rua da Bahia, onde Giacomo vendia a sorte grande, sigo a avenida, lembro-me da chiquíssima Casa Sloper, vejo, à esquerda, no alto da escadaria, o gótico da igreja de São José, lindamente decorada em seu interior.

* Jornalista, professor universitário, ocupa a cadeira nº 7 da Academia Mineira de Letras. editoradjunto@delreyonline.com.br

Em frente, do alto do edifício, dois severos índios da tribo Acaiaca, já não se assustam mais com o movimento da avenida. Logo atinjo a Praça Sete, centro nervoso de BH. No meio da outrora praça (hoje é um cruzamento) desponta, o obelisco monolítico que comemora o Centenário da Independência do Brasil. Ninguém mais jovem acredita que um prefeito doidivanas o removeu, em certa época, para a Praça da Savassi! O Cine Brasil, em ainda moderna arquitetura (1930), impressiona bem o passante.

Vejo então, fechando a avenida, em desconforme construção, a já obsoleta Rodoviária, que tomou o lugar do Edifício da Feira de Amostras, outro exemplo de *art-déco* que a cidade perdeu. À noite, no alto de sua torre central, um possante holofote circulante lançava rajadas de luz sobre o Centro.

Chego ao fim da caminhada, um bom e rico passeio aos olhos e ao coração.



A RIQUEZA DA CULTURA MINEIRA

*Manoel Hygino dos Santos**

Não foi apenas acontecimento social o lançamento, na Capital, em setembro, de uma importante obra produzida em Minas nos últimos anos. A capa tem um título enorme em preto e vermelho: "Livreria Mineira – Catálogo da Notável e Preciosa Biblioteca Mineiriana do Instituto Cultural AMILCAR MARTINS", contendo mais de dez mil referências bibliográficas sobre a História e a Cultura de MINAS GERAIS. Organizado pelo seu curador, o bibliófilo e professor Amílcar Martins Filho, natural da capital de Minas. – Belo Horizonte, na Oficina da Rona Editora, debaixo da proteção de Santo Antônio de Lisboa. MMXIV com todas as licenças necessárias."

Editado pelo Instituto Cultural Amílcar Martins, nome do conceituado mestre da medicina e cientista, e pela entidade presidida pela sra. Lúcia Martins Flecha de Lima, a obra foi realizada com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura. Em resumo: 428 páginas, com ilustrações e fotografias em cores, eis um trabalho que vale a pena conhecer e guardar com carinho e respeito.

Neste período em que outros interesses prevalecem, é alentador saber como Amílcar Martins Filho se devota aos livros. São como filhos, e o excelente acervo bibliográfico da Rua Ceará, quase esquina de Contorno, nos Funcionários, exalta sua devoção à palavra escrita.

Na época dos computadores, da internet e da eletrônica, pareceria fora de moda Amílcar, homem do magistério, membro da Academia Mineira de Letras, de que é vice-presidnete, apaixonar-se pelo que há escrito. Usa os mesmos argumentos, contudo, de Norman Fiering, da John Carter Brown Library, de Providence, Long Island.

Para os que já sabem o que procuram, a pesquisa em uma base de dados *on-line* é perfeita e insubstituível. Mas, para quem não tem um projeto de pesquisa definido e deseja folhear o catálogo, de modo a se informar e fazer nova

*Jornalista e escritor, ocupa a cadeira 23 da Academia Mineira de Letras. manoelhygino@santacasabh.org.br

descobertas, o catálogo é claramente superior. Observa Amílcar: para bibliotecas ou coleções especializadas, com conjuntos de obras mais reduzidos, o catálogo impresso delimita, com mais clareza, a abrangência e o escopo do acervo, apresentando também grande portabilidade e facilidade de acesso e manuseio.

O lugar apropriado para construção desta obra é Minas Gerais, maior do que a França, com mais de vinte milhões de habitantes em 853 municípios. Assim se programou e gerou esta obra, que sintetiza o que há de melhor no estado e que o organizador quer ampliar mediante novas aquisições.

A propósito, o professor H.P.R. Finder, da Universidade de Leicester, explicaria as razões do ICAM e da "Coleção Mineira": "As comunidades locais têm uma história que merece ser pesquisada por seu próprio mérito. São estudos diferentes: um não é parte do outro. A história local não é (apenas) parte ou fragmento da história nacional. Na verdade, ela lida com outra entidade social que tem uma razão perfeitamente legítima para ser estudada".

Amílcar afirma que, para além dos estereótipos e do folclore, parece certo que Minas representa na opinião de muitos, inclusive muitos não mineiros, a síntese da nacionalidade e o ponto de convergência do país.

Modestamente, o organizador da Coleção cita os numerosos que o ajudaram a cumprir a nobre missão, inclusive o interesse, o apoio, a paciência e o carinho de sua mulher e do filho Chico. Em verdade há muito de belo na produção, como a reprodução da capa de livros que fizeram a nossa história pessoal e a própria vida.



A TROMBETA DE ALARICO

Pedro Rogério Moreira*

Neste momento em que o Ocidente assiste com horror e misericórdia à maior onda migratória forçada desde a empreendida pelos povos perseguidos pelo nazismo, é oportuno visitar (ou revisitar, como fez este redator), a magistral obra do historiador inglês Edward Gibbon, *Declínio e queda do Império Romano*. Gibbon colocou o ponto final em seu estudo, o mais completo da historiografia romana, no dia 27 de junho de 1787. Portanto, há 228 anos. E quanta atualidade o livro escancara aos olhos espantados do leitor do século 21! Mais: o quanto Gibbon adverte para o futuro, que afinal chegou.

Ao contrário do que muitos pensam, o Império Romano, em diversos momentos de sua grandiosa existência, foi de uma liberalidade leviana que rivaliza com seus piores momentos de intensa crueldade. Tal qual hoje se comportam os Estados Unidos e as nações europeias que no século 19 e 20 mantinham sob seu tacão nações inteiras da África e do Oriente. Maus ali, bonzinhos aqui. Maus com crueldade. Bonzinhos com leviandade.

A política externa de Roma, sob o imperador Valente (365), pressionada pelo huno Átila, abriu as fronteiras do Norte ao acolhimento dos godos, chamados "bárbaros" pelo Império. Afinal, é preciso demonstrar boa vontade, misericórdia com os vencidos. Fala mais alto a alma latina.

Foi o marco do declínio imperial, assinala Gibbon. Os godos foram admitidos no exército romano, até como oficiais! Prosperaram no magistério e na administração pública, sem falar nos serviços domésticos.

Até que, no início dos anos 400, a trombeta de Alarico soou pelo Império Romano, despertando de um aparente sono toda a ira, humilhação, recalques e barbárie dos homens do Norte que viviam sob o acolhimento romano. O grande guerreiro queria conquistar o mundo. E, sobretudo cobrar o tributo de séculos de governantes romanos ímpios, embora, de vez em quando, bonzinhos...

*Jornalista, escritor, ocupa a cadeira nº 38, da Academia Mineira de Letras. pedrorogeriomoreira@gmail.com

Gibbon revive assim este momento: “O rei dos godos, que não mais dissimulava sua sede de pilhagem e vingança, surgiu em armas sob as muralhas da capital, e o trêmulo Senado, sem nenhuma esperança de socorro, preparou-se para, através de uma desesperada resistência, retardar a ruína de sua pátria. Mas nada pôde fazer contra a secreta conspiração de seus escravos e criados, os quais, por nascimento ou interesse, perfilhavam a causa do inimigo. Após 1163 anos de sua fundação, Roma, que subjugara e civilizara parte tão considerável da humanidade, viu-se entregue à fúria licenciosa das tribos da Germânia e da Cítia”.

Nada havia sido esquecido, naqueles povos antes oprimidos pela bota imperial. O que se deu, então? Oficiais godos matavam seus colegas de farda, oficiais romanos; soldados godos saqueavam os quartéis onde serviam. Alunos godos matavam seus mestres romanos! Criados godos matavam patrões romanos que os tinham como fiéis servidores.

Prosegue o historiador inglês: “É lícito perguntar-nos, com ansiosa curiosidade, se a Europa ainda está ameaçada da repetição das calamidades que afligiram as armas e as instituições romanas”.

Ele mesmo responde: “Novos inimigos e perigos ignorados podem possivelmente surgir de algum povo obscuro, mal visível ainda no mapa do mundo”.

Ora, 228 anos depois de Gibbon proferir a advertência, estamos nós, no Ocidente, espantados com o Estado Islâmico, o Boko Haran e outros povos cruéis que barbarizam a civilização.

O caráter do Ocidente cristão ou mesmo dos ocidentais sem crenças, está felizmente impregnado das virtudes da misericórdia e do sentido ético do humanitarismo. É exatamente isto que nos diferencia da barbárie. Não podemos dar as costas a crianças mortas no Mediterrâneo nem à onda de esfomeados que trilham hoje a Europa tentando uma nova existência digna. É o nosso evangelho, sejamos por Cristo ou não.

Pois o mundo civilizado espera, ou quer acreditar, que essa Hégira do século 21, a que assistimos pela televisão, seja inspirada naquela empreendida por Maomé em 622: pela construção da paz.

Mas, depois de ler o Gibbon, eu cá me pergunto e passo a pergunta ao leitor: – Por que países ricos, imensamente ricos, e cultural e religiosamente afinados com a onda migratória, como a nababa Arábia Saudita, a bela Turquia, os Emirados endinheirados de petróleo – porque tais países de teocracia muçulmana não acolhem seus irmãos muçulmanos? O Egito, ali pertinho, com grandes áreas do Nilo ainda a agriculturar, por que não chama a si, ou pelo menos partilha com a Europa, a responsabilidade moral de amparar os refugiados?

E a pergunta de Gibbon permanece: e se ressoar a trombeta de um novo Alarico?

Um sucesso editorial em todo o mundo, este ano, é o romance “Submissão”, do escritor francês Michel Huelebequec (Prêmio Gouncourt). Ele ficciona

de modo perturbador: em 2022, é eleito presidente da República da França o candidato do (inexistente hoje) Partido da Irmandade Muçulmana, que vinha pregando o bolsa-família para quem tivesse mais filhos. Desentendimentos internos (como sempre estúpidos) na Esquerda e na Direita tradicionais francesas, consagram o candidato popularíssimo da burca.

É mais um aviso da trombeta de Alarico?



RACHEL DE QUEIROZ

*Carmen Schneider Guimarães**

Era uma vez uma certa mocinha corajosa. De repente, ela virou gente famosa porque escreveu um livro. Esta história é forte e comovente e durou quase cem anos para ser escrita. Não a do livro, que vai repetir-se para sempre lembrada, mas a história da moça escritora. É verdade que a palavra da protagonista agora se calou, mas sua obra, e ela própria, são imortais.

Rachel – este, o seu nome – era artesã, da idéia e das palavras. Tinha o raro dom de enxergar ao redor de si: o chão, os animais, o tempo, o rio seco, o céu limpo, o viver triste e o sofrer das pessoas. Rachel possuía um coração no olhar que pulsava forte e doía, a ponto de fazê-la gritar com a pena e o sentimento de revolta. E acontecia quando a estiagem esturricava a terra; que era a sua, a de sua gente, pobre gente sofrida e calada, caminhante sedenta e esfomeada, por entre animais sedentos e esfomeados, pastos crestados, árvores esqueléticas, ares irrespiráveis, rios apenas lembrados. Mas Rachel tinha o brado solto na garganta do livro: *O Quinze*. Sua voz foi tão poderosa, brotada de um sertão esqualido, no enxugo mais despropositado do Nordeste brasileiro, que varou o território de cima abaixo e nos flancos, acordando lembrança sobre o castigo do povo irmão. E deu-se que a história de Rachel ficou mais vibrante. E começaram a pôr tento na mocinha destemida que dizia verdades. Uns grandes descobriram os valores reais da denúncia fantasiada de romance da nordestina do Quixadá: Augusto Frederico Schmidt, Graça Aranha, Agripino Grieco e Gastão Cruis, quando lhe foi conferido o prêmio da Fundação Graça Aranha, concedido em 1931, na primeira distribuição oficial.

Daí para diante, a escritora sentiu-se amparada por gente de escrita gigante, como Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Jorge Amado, José Américo de Almeida, em sequência regionalista de alto valor social e literário.

Justamente dava-se um tempo de modernidade nas letras pátrias com a Semana de Arte Moderna de São Paulo, e Rachel aparecia imbuída de tais novidades. Essa independência na escrita aguçou o espírito da jovem intelectual, que

* Escritora, ocupa a cadeira de n. 5 da Academia Mineira de Letras; Presidente emérita da Academia Feminina Mineira de Letras. carmenschneiderguimaraes@yahoo.com.br

ancorada na boa crítica, lançou, na mesma década, *João Miguel, Caminhos de Pedra* e *As Três Marias*, conquistando, este último, o prêmio Sociedade Felipe d'Oliveira. O romance *As Três Marias* foi transformado em novela, em 1981, na Rede Globo de Televisão, cuja adaptação pertence a Wilson e Walther Negrão.

A partir daquele agosto de 1930, ainda com 19 anos de idade, começou a trajetória de uma criatura apaixonada pelas letras e pelas gentes. Antes disso, diplomada no curso normal com apenas 15 anos, não só lecionava, como escrevia para o jornal *O Ceará*, onde estreara com a publicação de poemas modernistas e cartas assinadas com o pseudônimo de Rita de Queluz, ou simplesmente, RQ, em 1927. Com o sucesso alcançado, e tendo seu nome revelado, dentro em pouco passou a redatora efetiva do diário. Em forma de folhetins, como aconteceu a outros escritores, publicou o romance *História de um nome*. Rachel de Queiroz trazia no sangue o gene da literatura e no espírito o marco de batalhadora, herdado, o primeiro, dos Alencar paternos e o segundo, da tataravó, líder da revolta republicana de 1817, Bárbara Pereira de Alencar.

Já no Rio de Janeiro, além do constante mister literário, dedicou-se com entusiasmo à atividade de cronista, especialmente no *Diário de Notícias*, n' *O Cruzeiro* e n' *O Jornal* (ultimamente colaborava com o "Caderno Feminino" do *Estado de Minas*). Sua palavra reproduzia as diligências do ser humano em seu meio ambiente, os fatos do dia a dia a respeito do próximo, onde quer que ela estivesse: no Ceará, que visitava periodicamente, na Ilha do Governador – para onde se transferiu – ou no bairro do Leblon, na zona sul do Rio de Janeiro, onde passou a residir até a sua morte. Com a idade avançada, costumava ditar para a irmã Maria Luíza verdadeiros memoriais a respeito da vida na fazenda, lá para os lados de Beberibe e Quixadá, terra dos ancestrais paternos, onde foi criada. Em 1998, publicou, com a participação desta sua irmã, o livro *Tantos Anos*. Sobre um certo cardápio de petiscos em uso restrito no sertão cearense, no tempo de sua mãe, dona Clotilde, que foi sua conselheira literária além de incentivadora, muito se comentou nas rodas de preservação da fauna, especialmente de pássaros brasileiros (até sabiá constava das iguarias!).

Rachel de Queiroz diversificava na literatura. A pena forte e rústica e a criatividade sobre a vivência histórica da escritora levaram os seus escritos às mãos hábeis de adaptadores para seriados de televisão. Assim aconteceu com *Memorial de Maria Moura*, sucesso com a riqueza expressiva, social e de farto conteúdo dramático em seu trabalho.

A nordestina não negou as origens quando se aventurou no texto de dramaturgia. Escreveu peças, entre as mais conhecidas: *Lampião* e *A Beata Maria do Egito*, que encantou Glauber Rocha, e a montou.

No entremeio da sua escrita, convertia obras para o português, de: Dostoiévski, Cronin, Samuel Butley, Emile Brontë, Charles Chaplin, entre muitos. Editou cerca de quarenta livros, como *Dôra*, *Doralina*, transformado em filme, *O Galo*

de ouro, *O Homem e o tempo*, *Andira*, *A Casa do morro branco*, *O caçador de Tatu*, *Cem Crônicas Escolhidas*, *Falso Mar*, *falso mundo*, *Xerimbabo*, *Memórias de Menina*, lançado em 2003.

Com a eleição de Rachel de Queiroz, finalmente quebraram-se as barreiras. No dia 4 de outubro de 1977, que entrou para a história da literatura brasileira, a cearense, mais uma vez pioneira, franqueou as portas da Academia Brasileira de Letras às mulheres escritoras. Encerrava-se uma dinastia de discriminação e machismo na casa de Machado de Assis. Somente depois de oitenta anos, a Academia Brasileira de Letras completou-se, realmente. As costelas que lhe faltavam ajustaram-se, por fim, ao corpo acadêmico, para melhor equilíbrio democrático da ilustre casa dos imortais. Não é certo que o Gênesis fala da inconveniência de o homem "estar só"?

Jamais deparei, na obra de Rachel de Queiroz, com uma palavra mal-empregada ou supérflua, como ressalta Gilberto Amado. Parece que o viver e o conviver com a escassez de parte notável da natureza, de envolta com a parcimônia que o sertão impõe à sua gente, além da aridez ambiente, forçavam-na ao peso certo e à medida precisa do que ela escrevia. Não que Rachel intelectualizasse poucas palavras para expressar-se. Ao contrário, parecia ter o domínio de todas elas, tão especialmente as escolhia e delas se servia.

Depois de representar o Brasil na 21ª Sessão da Assembléia Geral da ONU, como sua delegada, trabalhando especialmente na Comissão dos Direitos do Homem, Rachel de Queiroz dá uma guinada imprevista, estreando com um livro infantil: *O Menino Mágico*, na versatilidade literária.

Esperamos poder encontrar outra cidadã brasileira que venha, ao menos, ocupar a vaga da heroína desta história, que ao contrário da Bela Adormecida, não acordou para a vida, no dia 4 de novembro de 2003.



TÔNIA, SEUS OLHOS AZUIS E UM JOVEM REPÓRTER

Fábio Doyle*

Um encontro muito antigo que gerou uma entrevista, um gesto carinhoso e uma doce recordação. E confissões românticas do velho Braga nos fins de tarde e de uísque no alto das colinas de Tanger.

Em lugar de horrores, vamos falar de flores? Em lugar de lava-jatos, de mensalões, de corruptos e corruptores, que tal falarmos de inesquecíveis olhos azuis iluminando um rosto rosa-pálido emoldurado por cabelos louros cacheados de uma das mulheres mais bonitas de sua geração? Uma mulher que já tendo ultrapassado a casa dos noventa conseguiu vencer, com sua beleza eterna, o tempo e o vento que tudo destroem por onde passam. E como passaram agitados e alegres na vida da dona dos olhos azuis!

Quem é ela? Somente poderia ser Tônia Carrero. Leio nos jornais que alguém anunciou na semana passada sua falsa, felizmente, partida definitiva. Para alegria de todos nós, seus admiradores, ela continua viva e linda, aos 92 anos, em seu apartamento de Ipanema, que trocou, por ser mais prático, pela mansão enorme do Jardim Botânico, em que viveu a maior parte de sua vida. Sempre acompanhada pelo único filho, Cecil Thiré, pelo afilhado do coração, Leonardo, e pelos quatro netos e cinco bisnetos, ela permanece lúcida, participante, buscando manter a postura e a atividade com suas aulas de pilates e de fisioterapia. Tem dificuldades de fala, mas participa, com sorrisos e demonstrações de compreensão, do que acontece em seu entorno e das histórias que netos e bisnetos gostam de contar. Com os eternos olhos azuis sempre iluminados e iluminando.

Tônia, ou Maria Antonieta de Farias Portocarrero, Mariinha para os muito íntimos, queria ser atriz desde criança. Pediu à mãe para estudar balé. Não foi atendida: “Deus me livre. Essa menina, se eu descuido, acaba no palco”, foi o comentário da mãe, conforme ela conta. Estudou educação física, daí o corpo escultural que soube manter a vida toda. Sua primeira participação artística não foi no teatro, mas no filme *Querida Suzana*, em 1947, aos 24 anos. Sua beleza arrebatou todos, diretores, colegas, o público em geral. Em 1949, aos 26 anos, finalmente

* Jornalista, da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 10.
fabio.doyle@uai.com.br

fez sua estreia no palco, cumprindo o vaticínio de d. Zilda, sua mãe, com a peça *Um Deus dormiu lá em casa*. Daí em diante, dominou a cena, os palcos, com seu talento, sua beleza, seus olhos azuis.

Podem, os que me acompanham nos escritos que faço, indagar: afinal, o que é que ele tem com isso tudo, que consta das biografias da Tônia? Pergunta procedente. Mas tem uma explicação, bem antiga. Que guardo com muito carinho. Eu conheci Tônia quando ela ainda engatinhava nos palcos da vida, para ser mais preciso, no palco do velho “teatro de emergência”, como era chamado pelo seu idealizador e executor, o prefeito Octacílio Negrão de Lima, depois batizado de *Teatro Francisco Nunes*, ali no Parque Municipal. O rapaz, recém formado em Direito, trabalhava como “foca” (alguém ainda se lembra da denominação dada aos que se iniciavam no jornalismo?), na redação do grande *Estado de Minas*, lá na rua Goiás. E foi escalado pelo redator-chefe Geraldo Teixeira da Costa para fazer uma entrevista com a nova artista que estava se apresentando no “Chico Nunes”.

A entrevista foi marcada por Tônia para ser feita na casa em que se hospedava, da família Marschner, tradicionais incentivadores das artes. A casa, uma mansão, ficava lá no alto, que não era tão alto como hoje, da avenida Afonso Pena. O jovem repórter partiu para cumprir a missão que lhe foi dada. Chegou, algo tímido, no horário marcado. Foi recebido, se a memória não falha, por João Marschner. Tônia o esperava na sala grande e o levou para o seu quarto. Fechou a porta, sentou na cama, convidou o jovem naquela altura já totalmente deslumbrado pela beleza e pelos olhos da entrevistada, para sentar-se ao seu lado. Com a caneta nas mãos, certamente trêmulas pela emoção e pelo deslumbramento, o rapazinho fez as perguntas usuais, anotou tudo, e se surpreendeu ao ser também entrevistado por ela, que carinhosamente perguntou pelo seu nome, se era casado (era, recém casado e apaixonado), se tinha filhos (tinha, a primogênita com nome parecido com o da artista, Tânia). A conversa foi no mesmo tom carinhoso, até que o rapaz percebeu que era o momento de voltar para o jornal. Levantou-se, ela também, e aí a surpresa, que nunca esqueceu: Tônia pegou com uma das mãos o queixo do rapaz, apertou com carinho, e disse apenas: “Você foi um amor”. Quem pode esquecer isso? Ele saiu, voltou para a rua Goiás, cogitando que aquelas palavras e aquele gesto carinhoso demonstravam o reconhecimento da mulher belíssima, naturalmente sempre perseguida pelos admiradores, pelo comportamento elegante, respeitoso, do rapaz alguns anos mais novo do que ela.

Terminou a hora da recordação? Ainda não. Na saída, na sala, Tônia indagou do jovem repórter se ele não gostaria de levar sua mulher e sua filha ao espetáculo infantil que ela iria apresentar na manhã de domingo (ou seria sábado?), no mesmo teatro Chico Nunes. Lógico que aceitou, e ganhou dela, ali mesmo, os convites. Foi ao teatro com sua filha. Na peça, não há como recordar o nome, Tônia fazia o papel de um coelhinho, com direito a rabinho, duas orelhas grandes

e tudo mais. Teatro cheio, muitas crianças, todos gostaram, bateram palmas. O rapaz já ia saindo com a filha no colo quando foi surpreendido por Tônia, ainda com a roupa de coelhinho, que descera do palco, deu a ele um beijo no rosto, pegou sua filha no colo e o acompanhou até a porta de saída, diante dos olhares surpreendidos de todos os espectadores.

Eles se encontraram muitos anos depois, no apartamento de José Aparecido, no Rio. O ex-rapaz, já maduro, mas ainda tímido, não mencionou aquele dia tão marcante na sua mocidade. E ela não deve ter se lembrado mais do episódio, nem do rapaz que ele fora. Sobre Tônia eram as conversas dos fins de tarde, e de uísque, de Rubem Braga, em Tanger, ao lado de Gilbratar, com mesmo ex-jovem repórter. Rubem, que começou sua carreira como jornalista no Diário da Tarde de Belo Horizonte, era então embaixador do Brasil no Marrocos. A casa do embaixador, que hospedou o ex-jovem reporter e sua eterna Rachel, ficava no alto de uma colina junto ao mar, entre o Mediterrâneo e o Atlântico. Rubem, todos sabem, ela inclusive, e ele nunca escondeu, foi apaixonado por Tônia. Um amor, suponho, platônico, como tantos por aí. Depois do segundo uísque, a paixão ressurgia em recordações do maior cronista brasileiro de todos os tempos. Conta-se que quando o velho Braga conheceu Tônia, numa roda de amigos em um bar boêmio do Leblon, no Rio, ela dominou a conversa, falando sobre tudo e sobre todos. Ao voltar para seu apartamento, Rubem, já tomado pela paixão, comentou: —“Ela fala pelos cotovelos. Mas que cotovelos...”



ALBERTO DEODATO, DE MAROIM PARA O MUNDO

Danilo Gomes*

(Ao escritor Pedro Rogério Moreira, que conviveu com Alberto Deodato na Livraria Itatiaia, em Belo Horizonte)

Perambulo pelos sebos de Brasília há 40 anos, desde o finado Antiquário. Vou sempre à Livraria Pindorama, ao Armazém do Livro Usado e ao Sebinho de Livros. Numa esplendorosa manhã azul de agosto deste 2015, um azul digno dos anjos e de Guignard, num desses sebos, buquinando daqui e dacolá, deparei-me com um exemplar (em ótimo estado!) do livro “Nos Tempos do João Goulart”, de Alberto Deodato, edição da Itatiaia, BH, 1965. Um livro publicado há meio século!

São notáveis 225 páginas, em que o autor tempera comentários políticos com refinado humor, ironia e chistoso sarcasmo. Professor de Direito na UFMG e jornalista no Rio desde a década de 20, Alberto Deodato foi, em Minas, Deputado Estadual e Federal, pela UDN—União Democrática Nacional, que fazia feroz oposição a Getúlio, Juscelino e todos os militantes e aliados do PSD - Partido Social Democrático.

Sergipano de Maroim, Alberto Deodato, depois da agitada vivência no Rio, como jornalista e boêmio, passou a morar em Belo Horizonte. Em Minas casou-se. Um de seus filhos, Alberto Deodato Maia Barreto Filho, foi também, como o pai, professor na Faculdade de Direito da UFMG.

Alberto Deodato foi promotor de Justiça, assinou o corajoso *Manifesto dos Mineiros*, de 1943, contra a Ditadura Vargas (ao lado de Pedro Aleixo e outros próceres) e participou da fundação da UDN. Foi atuante radialista e cronista aclamado. Pertenceu à Academia Mineira de Letras e ao Conselho Federal de Educação. Deixou um louvado *Manual de Ciência das Finanças* e outras obras de cunho jurídico. Tive a satisfação de ser seu aluno no curso pré-jurídico da UFMG, em 1968.

* Jornalista, escritor. Da academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira nº 2. cronistadanilogomes@gmail.com

No campo literário, publicou *Senzalas e Canaviais* (contos), *Doce Filha do Juiz* (romance), *Flor Tapuia* (teatro), *A Pensão da Nicota* (comédia) e *Apuros* (comédia). Mas foi na seara da crônica que encontrou seu caminho glorioso. De saborosas crônicas são seus livros *Roteiro da Lapa* e *Outros Roteiros, Políticos e Outros Bichos Domésticos, Novaiorque, Paris e Maroim* e o mencionado *Nos Tempos do João Goulart*. Viajou muito. Andou por Ceca, Meca e olivais de Santarém, Oropa, França e Bahia... Mas fazia sempre praça e gabo de haver nascido em Maroim (Maruim, ele nos dizia, sorridente, peito estufado).

Nosso ilustre confrade acadêmico, ministro Fontes de Alencar, escritor e pesquisador, sergipano de Estância, conheceu Alberto Deodato e sua família. Aos 82 anos, Alberto Deodato faleceu em BH (ele nascera em 1896), onde hoje dá nome a um dos logradouros do centro da cidade, Praça Alberto Deodato, perto da Praça Afonso Arinos.

Voltemos a *Nos Tempos do João Goulart*. Valha repetir que, na crônica, no texto leve mas substancioso, o autor sergipano-mineiro (de Maroim, sim, senhor!) era um mestre consumado. Seu público leitor tinha, em Minas (escrevia no jornal *Estado de Minas* diariamente), as características de um fã-clube. Era aclamado nas ruas, na Faculdade, na Academia, nos cafés, nas livrarias, por onde andasse, simpático e bem-humorado, com seus óculos de “fundo de garrafa”.

Foi assíduo frequentador da Livraria Itatiaia Editora, onde pontificavam os famosos irmãos Moreiras (Vivaldi, Édison e Pedro Paulo). Erá ali que nos siderava com suas boas conversas, com seus casos: era um *causeur*, uma fonte do prazer de viver, um professor de vida.

Moço curioso, no viço dos 22 anos de idade, frequentador da Itatiaia, tive o privilégio de escrever as “orelhas” de *Nos Tempos do João Goulart*. Ali, faço um breve “apanhado” da crônica, desde suas origens portuguesas, com Fernão Lopes, Zurara, Rui de Pina, até suas características modernas (via folhetins), com Machado, Alencar, João do Rio, Humberto de Campos, Rubem Braga, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos, Vivaldo Coaracy, Carlos Drummond.

Nesse “prefácio orelhal”, escrevo: “Mas voltemos a Alberto Deodato, o sergipano mais mineiro do Brasil, o mais comentado cronista de Minas e dos mais destacados do país. Neste seu novo livro, cuja tônica é a política, ele faz passar por sua pena satírica e finamente humorística homens e episódios do Governo Goulart, em quadros vivos e pitorescos. Em outras páginas, ora sua saudável veia irônica e sua poderosa imaginação levam-no a cronicar sobre outros temas, arrancando dos leitores risos absolutamente incontroláveis, ora seus sentimentos pessoais o obrigam a confissões e confidências de delicado lirismo – e esta é a faceta do cronista sentimental e humano.”

À pág. 77, o autor estampa a crônica “Estão furtando demais, minha gente!” Referia-se o publicista aos governos dos pessedistas & aliados (a tal base aliada). Começa assim:

“Fui visitar, há poucos dias, ex-aluno meu, e dos melhores de sua turma. Além da aplicação, completavam-lhe as virtudes o caráter bem formado e acendrado amor cívico. Havia saído da Casa de Saúde Santa Clara, estabelecimento para enfermos mentais.

Encontrei-o calmo, numa cadeira de balanço. Calmo demais. Recebeu-me com um sorriso triste. De repente, fechou o sobreceño, arregalou os olhos e bradou rebelado:

– Estão furtando demais, meu professor!

Indaguei do seu médico assistente a moléstia. Não era cousa de gravidade. O pior já passara. Mais uns choques e o rapaz arribaria. E arrematou:

– Psicose de furto...

Disse-me o doutor que essa moléstia não traz mais graves distúrbios. Uma certa melancolia. Mas, de hora em hora, o paciente se levanta, esfrega as mãos e brada:

– Estão furtando demais!

Tenho receio que o mal lavre epidemicamente. Não se passa um dia sem que os jornais não tragam, em manchete, furtos, roubos e desfalques. E de gente graúda.”

Cinquenta anos depois, nada mais atual, nestes nossos tempos de, digamos... pixulecos milionários. Dá vontade de embarcar num trem de ferro e tomar o rumo da Maroim de 1896...



EM LOUVOR DE CARLOS LACERDA*

*Paulo Pinheiro Chagas***

Em sessão da Academia Mineira de Letras, o escritor Paulo Pinheiro Chagas disse as palavras abaixo a respeito de Carlos Lacerda:

A vida é um desencontro. Sempre imaginei esta hora com palavras de saudação a Carlos Lacerda – que aqui viria proferir uma conferência, a convite da Casa – e nunca para o seu elogio fúnebre. Éramos amigos de longa data. Foi nos anos quarenta que nos conhecemos, apresentados por Virgílio de Melo Franco, o grande líder de nossa geração, cujo escritório, na Esplanada do Castelo, frequentávamos assiduamente. Àquela época, o mundo estava mergulhado num mar de sofrimento. A inquietação era geral. Subvertendo a ordem jurídica, mudando sistemas e normas, fascismo triunfante alastrava-se com a inclemência de uma peste bubônica. Vencia na Europa o tacão nazista, subjugando povos e nações, com o passo de carga dos exércitos ensurdecendo a terra. Dir-se-ia que a civilização, derruídos seus padrões éticos e estéticos, houvesse regredido aos tempos barbariscos. Dias de desalento e de desesperança, aqueles. Estávamos em Estado Novo, eufemismo posto em voga para esconder a face cruel da ditadura. Com a proibição de qualquer atividade política organizada – postergados os direitos do cidadão e juguladas as liberdades públicas – atiramo-nos à luta subterrânea, que haveria de revelar ao Brasil um outro Virgílio de Melo Franco, o Virgílinho da emoção nacional, o “maquis”, o chefe legendário da Resistência. Foi aí, nessa dura batalha do “subsolo”, que se arrastaria por alguns anos, com seus sacrifícios trágicos, suas horas de desespero, seus heroísmos anônimos, foi aí que me tornei amigo de Carlos Lacerda. Virgílinho estava destinado a ser o condestável da opinião livre e insubmissa. Era o grande inspirador de quantas pelepas se travaram contra a ditadura. O *Manifesto dos Mineiros*, a UDN, a candidatura de Eduardo Gomes e sua campanha, a entrevista de José Américo de Almeida por Carlos La-

* Publicado in *Estado de Minas*, 4ª página, em 25 de junho de 1977.

** Nasceu em Oliveira no dia 1º de setembro de 1906, faleceu em Belo Horizonte no dia 12 de abril de 1983. Foi eleito para a AML em 1º de agosto de 1957, onde ocupou a cadeira nº 25.

cerda, furando a censura, meu livro *O Brigadeiro da Libertação*, tudo isso teve origem no escritório de Virgílio, transformado em quartel da democracia.

Dentre tantos outros que tiveram uma posterior projeção nacional, e que lutaram naquela trincheira, Carlos Lacerda já era figura de primeira grandeza. Distingua-se pela intrepidez, a palavra cáustica, a pena irreverente. Éramos então todos moços, inconformados com a impostura que dominava o cenário nacional. Constituíamos a "geração proscrita", de que falava Otávio Mangabeira, à qual se recusou a honra, o direito e o dever de servir o Brasil; geração atormentada pelos conflitos ideológicos de uma era de transição; geração forte no seu abandono e grande no seu infortúnio, enrijando-se no atrito de seus próprios revezes; geração que só pôde sobreviver politicamente porque era intransponível sua fé nos destinos da democracia.

Os anos do futuro iriam mostrar Carlos Lacerda de corpo inteiro, influenciando, orientando e agitando a opinião nacional. Em meu recente livro de memórias, falando dos mais sugestivos nomes da inteligência e da cultura que, ao longo do tempo, me aguçaram a admiração, dele escrevi, entre outras coisas: "Carlos Lacerda foi o maior tribuno que passou pela Câmara dos Deputados. A meu ver, ninguém o excedeu desde o Império. Não tinha decerto o saber de um Rui Barbosa, a tradição de um Joaquim Nabuco, a legenda de um Teófilo Ottoni, a estatura de um Bernardo de Vasconcelos. Mas possuía qualquer coisa de cada um deles. Era desses oradores que empolgam e dominam o auditório com sua eloquência feita de cultura, tocada pela chispa faiscante da beleza e da coragem. Falava com a espontaneidade da água corrente e, como esta, não raro transbordava em turbilhões, ao jeito das catadupas. Tudo contribuía nele para caracterizar o orador: a voz, a dicção, o físico, o lirismo, a erudição, a ironia, o sarcasmo, o revide pronto e acutilante.

A amizade não o tolhia em sua luta. Sem embargo do apreço recíproco que nos aproximava, em mim mesmo, mais de uma vez, lançou seus dardos. De uma feita, fazendo eu a defesa e o elogio do presidente da República, chamei-lhe "Juscelino, esse contemporâneo da República". Pois no dia imediato, a *Tribuna da Imprensa* trazia em sua primeira página, à maneira de anúncio, o texto em negrito, num cercado que Carlos Lacerda me confidenciou ser de seu próprio punho, estas palavras mordazes: "Panfletos a favor, panegíricos, apologias. Fazem-se, corrigem-se, reformam-se em 24 horas. Transcrição garantida em todos os jornais, mediante combinações. Paulo Pinheiro Chagas, orador, carteira profissional 004559. Florilégios e perfis históricos. Autor da biografia de Eduardo Gomes (fora do mercado), de Teófilo Ottoni (esgotada) e de Juscelino Kubitschek (agitada). No prelo: Jânio Quadros, o futuro dos contemporâneos. Aceitam-se encomendas com antecedência. Para assuntos econômicos, dados e algarismos por conta do cliente. Adjetivos, oferecemos como bonificação. Veros a combinar".

Em Carlos Lacerda incidiam atributos de vária ordem. Escritor e jornalista de oceano largo, tribuno coruscante, revolucionário no mais nobre sentido da palavra, administrador testado por sua notável obra no governo da Guanabara, era o homem da demasia. Tudo nele se mostrava excessivo, imoderado: o talento, a coragem, a oratória, a literatura, a generosidade, o ímpeto. No fundo, esse eterno rebelado não passava de um romântico, o que está na lógica das coisas. Não foi o Romantismo uma revolução, um movimento de rebeldia contra as fórmulas e os preconceitos do Classicismo? Era um temperamental, não há negar. Mas suas reações se processavam, invariavelmente, contra os poderosos, sempre do lado menos cômodo, sempre a favor dos oprimidos. Em mais de um sentido lembrava os cavaleiros andantes, os espadachins dos tempos heroicos. Assemelhava-se a um personagem saído dos romances de capa e espada. Tinha um pouco de Pardaillan, de Dom Quixote, de D'Artagnan. Na defesa do que lhe parecesse a verdade não ficava nas meias medidas, ia aos últimos resultados, com uma veemência que oscilava entre a intolerância e o patético. Não obstante o pundonor, que era a marca do seu gênio indócil e indomável, não obscurecia a visão do estadista. Quando julgou chegada a oportunidade natural, esqueceu divergências e ressentimentos, e foi procurar Juscelino e Goulart, seus antigos adversários, para a organização da Frente Ampla, que seria uma sorte de união sagrada em defesa das instituições livres.

A verdade é que, com Carlos Lacerda, acaba uma era fecunda da democracia, tem epílogo um alto momento da República. Dele se poderia mesmo dizer o que de Teófilo Ottoni escreveu Lafayette: "Foi o mais alto, o mais completo, o mais constante representante que a democracia já teve nesta terra. A natureza parece que o destinara para tão grande tarefa. Ele tinha o gênio, a eloquência, o sentimento, o instinto, a energia, a atividade e até as cóleras da democracia". De resto, nada mais difícil que definir Carlos Lacerda, tão difícil quanto fixar o vento, o raio, o relâmpago. Era, às vezes, a imprudência da liberdade, mas era a política da liberdade. Trêfego, tumultuário, turbulento, tudo conspirava em sua formação para torná-lo uma força da natureza, poderosa e incontrolável. Por isso mesmo, não conseguiu realizar-se. Foi um grande homem traído pelo destino. Com esse ar e aqueles modos do século XVIII, se vivesse na França de 1789, teria sido um Mirabeau, menos a improbidade, um Danton, mais o senso moral.

Das grandes recordações que guardo de Florença, cidade que mais parece um sonho do Renascimento, é uma pequena praça, desataviada e modesta, em franco contraste com aquele esplendor e aquela grandeza que são assim como que a fisionomia do burgo ilustre, onde, a cada momento, esperamos esbarrar com Dante, Miguel ngelo, Galileu, Maquiavel, Alfieri, Foscolo entre tantos outros. Esse logradouro, sem maiores pretensões, é a "Piazza dell'Unita. Um singelo obelisco emerge do seu centro, em honra à memória dos heróis das guerras da independência e da unificação da Itália, de Garibaldi a Cavour. Numa de suas

faces, reverenciando os que tombaram na luta, a posteridade escreveu este dístico de uma beleza antiga: "Moriendo, dettero vida all'Italia". Pois estas palavras me evocam Carlos Lacerda que foi, para o Brasil, um exemplo e uma lição. E me trazem de volta a sua figura impávida, lutando contra tudo e contra todos, para manter bem alto o "panache" democrático; e imolando sua vida por um ideal de liberdade e um pensamento de fidelidade aos destinos nacionais; e honrando até o fim de seus dias os cânones e os princípios em que forjara o caráter. E então me ocorre obsessiva aquela legenda florentina, porque o símile se impõe: morrendo, Carlos Lacerda deu vida ao Brasil, legando-lhe uma influência e um destino, uma filosofia e um itinerário, uma ideia e um ideal.

A morte de Carlos Lacerda lembra a de Teófilo Ottoni, o Patriarca da Democracia, com o qual tinha, de resto, o parentesco da altivez, da insubmissão, da predestinação histórica. De tal ordem foram as consequências e a repercussão dos funerais do velho "luzia" que Barata Ribeiro, seu amigo e discípulo, deles discorrendo, fez esta observação paradoxalmente verdadeira: "Gratias, Caesar, Teófilo Ottoni acaba de morrer". É que do seu sepulcro advinha o claro ensinamento onde a primeira geração republicana foi beber as razões de sua fé. Como ontem, ainda há muito que fazer. Outra vez vivemos "uma época sem cor e sem fisionomia, sem emoções e sem crenças", repetindo as palavras de Tórres Homem, escritas mais de um século atrás. A República aí está, um tanto tímida, um quanto esqualida. Recém-proclamada, os fundadores diziam que ela não era a República dos seus sonhos. Sê-lo-á agora para nós outros, tanto tempo depois? Decerto que não. A República há que ser um todo único e indivisível. A liberdade, a Federação, a democracia, os direitos humanos são a sua própria substância íntima e generosa. Esvaziada desse conteúdo, já não passará de simples ficção. O Brasil está fora do ritmo. É mister que voltem os velhos dias de sua afirmação política; os conselhos de sua antiga prudência; os altares de sua fé liberal; as vozes de sua tradição humanista. E neste momento histórico, quando buscamos novas inspirações e outros estímulos para o retorno de uma democracia sem artificios, vale a pena repetir, ao jeito dos primeiros republicanos: "Gratias, Caesar, Carlos Lacerda acaba de morrer".



UM ESPETÁCULO CHAMADO ROMA

*José Maria Couto Moreira**

Módulo terceiro

No "pallazo" romano, denominação local de uma construção majestosa e que servia de residência ou sede a instituições públicas, privadas e religiosas, se encontram variados estilos arquitetônicos praticados ao correr de séculos, e a exigência do repetido requinte na fachada distinguia a nobreza da velha urbe.

Das fontes, como manifestações generosas do espírito romano, traduzidas naquele espetáculo abundante de águas dançantes, apreciemos agora as construções igualmente elegantes, amplas, espaçosas e provocativas do traço romano que orientaram seus palácios. Estes, quase avançam na linha de frente, arrojando seus frontões e seus ornatos à observação dos passantes, que os veem, os observam e os compreendem em seus diálogos arquiteturais com aqueles transeuntes. São provas concretas de que os romanos não abandonaram as concepções imperiais, e nem representam estas belíssimas edificações um esforço para redecorar também a belíssima Roma. Tudo é resultante da plasticidade a que o romano sempre foi afeito, é harmonia que conheceram com a civilização grega, nela introduzindo o fausto e a impressão da abundância e da harmonia que rodeia o espírito romano.

Com as nossas homenagens à valorosa república romana, que adquiriu este caráter constitucional por meio de lutas por vezes fratricidas travadas pelo povo itálico, apreciemos o Palácio Quirinal, que, desde 1946, destina-se à residência oficial do presidente. Esta bela edificação ergueu-se a partir de 1574, arrastando-se os trabalhos até 1728, quando passou a hospedar os pontífices como moradia de verão até 1870, então a seguir ocupada como residência real em face da unificação do país. Seu primeiro morador foi Vitor Emanuel II, da Casa de Savoia. O rei alcançou o cetro como filho de Carlos Alberto de Savoia, que renunciou em favor do filho, bravo combatente pela unificação.

Pela majestade da construção, e como orgulhosa presença brasileira na Cidade Eterna, aproximemo-nos, novamente, da encantadora e igualmente sedutora Piazza Navona e nos curvemos de agradecidos e maravilhados diante do Palazzo Pamphili, sede de nossa representação diplomática na Itália desde 1961,

*Advogado, ex-procurador do estado. jmcadv@gmail.com

construção das mais significativas pela beleza, pelo requinte, pelo volume e pela sua história.

O projeto é do respeitável Gerolamo Rainaldi, arquiteto também responsável por outras grandes obras na cidade como aqueles dois belíssimos exemplares eclesiais que repousam edificados na Piazza del Popolo, como a abençoar a entrada dos visitantes que antigamente atingiam Roma pelo Porta del Popolo. A execução dos trabalhos foi rápida, durando de 1644 a 1650, a mando de Inocêncio X Pamphili. O local, anteriormente, era ocupado por imóveis da poderosa família Pamphili, cuja crescente influência exigia a construção de um novo palácio. Uma coleção valiosíssima de obras de arte decora as dependências do palácio, onde a grande galeria foi entregue à inspiração de Pietro da Cortona. Um detalhe burlesco e caricato da vida deste imóvel não pode ser sonegado. A cunhada de Inocêncio Pamphili, Olimpia Maidalchini, já viúva, tida por confidente e conselheira permanente do pontífice, foi alcunhada pelo povo como "a pimpaccia de Piazza Navona" ou, entre nós, a siri-gaita da Praça Navona, presumidamente pelas intervenções nos destinos da política vaticana tanto quanto nas diretrizes urbanas de Roma.

Só em 1964 é que a propriedade foi adquirida pelo governo brasileiro, processo implementado pelo embaixador Hugo Gouthier.

Após esta visita fantástica, e que nossa retina guardará para sempre, cruzemos a Piazza Navona em direção ao Palazzo Madama, situado no Corso del Rinascimento, imóvel de destaque na cidade pela sua importância institucional, pois é lá que se reúne o Senado Romano desde 1871. O projeto é do célebre Rafael, e a construção correu às expensas da família Medici. Ali habitaram o cardeal Medici, futuro Leão X e seu primo Clemente VII. Este precioso e monumental palácio foi um importante centro irradiador da cultura humanista. Após a derrocada da família Medici, o palácio foi propriedade de Benedito XIV, que transferiu para lá a sede pontifícia. O nome é emprestado pela respeitável senhora romana, Madama Margherita di Parma, filha ilegítima de Carlos V, casada em primeiras núpcias com um membro da família Medici e em segundas núpcias com Ottavio Farnese, o que causou a divisão do riquíssimo acervo artístico dos Medici.

Exemplar arquitetural imponente e majestoso é o Palazzo Margherita, erguido pelos Ludovisi entre 1886 e 1890 para a residência da família. Localizado em ponto nobilíssimo da cidade, na sempre atraente Via Veneto, hoje abriga os serviços diplomáticos dos Estados Unidos da América. Os custos elevados da construção, obrigaram a família a transferir a propriedade para a família Savoia, e nela residiu a rainha mãe Margherita após o assassinato de seu marido Umberto I, e lá permaneceu ela até sua morte, em 1926. Durante a primeira guerra mundial, o imóvel, em gesto de fraternidade e simpatia, foi cedido pela rainha para receber os combatentes feridos.

Outra edificação que merece ser nomeada, pelo valor histórico, arquitetural e institucional, pois lá encontra-se instalada desde 1870 a Câmara dos Deputados,

mais uma realização de Inocêncio X Pamphili, que retomou a obra após o falecimento do cardeal Ludovisi, que a iniciou, e que durou de 1650 a 1694, a cujo término o pontífice destinou-a como sede da Cúria Apostólica, órgão equivalente ao tribunal de justiça papal. No período fascista foi ocupado como governadoria de Roma e, mais tarde, como quartel-general da polícia. Detalhe pitoresco da história deste imóvel é que lá, de uma de suas sacadas, o sempre delirante aventureiro Giacomo Casanova procedeu à extração de sua primeira loteria, acompanhado do iluminista e sábio Voltaire.

Outra construção destacável da cidade, localizada na movimentada e colorida Piazza Venezia é o palácio de igual nome, iniciada em 1482 pelo cardeal Pietro Barbo, depois papa Paulo II e terminado por seu sobrinho cardeal Marco. Muito do material que lhe serviu foi retirado do Coliseu e do Fórum Romano, que lhe são próximos, o que, à época, era prática comum. A propriedade serviu como residência papal e embaixada de Veneza, mais tarde transferida ao governo, quando então anexaram-lhe o balcão central, de onde Mussolini arengava para o povo. Hoje, como museu, abriga artesanato de cerâmica e prata, armas e tapeçaria. Os apartamentos pontifícios e a sala do mapa mundi, então utilizadas pelo ditador como escritório, foram restaurados no original.

Igualmente de expressiva significação histórica e arquitetural é o Palazzo Senatorio, erguido na Piazza del Campidoglio, no cume da colina do mesmo nome, compondo com mais dois edifícios instalados no mesmo plano o que se denomina museus capitolinos. Atualmente é ocupado pela prefeitura da cidade, abrigando uma coleção riquíssima de mármore antigos e esculturas de guerreiros gregos e romanos. Por setecentos anos serviu como sede do senado romano. O imponente Palácio da Câmara, de Ouro Preto, inspirou-se neste edifício de Roma, aplicando à sua fachada os mesmos elementos.

Uma edificação que merece registro, menos pela arquitetura e mais pela história dramática que encerra é o Palazzo Cenci Bolognetti, construído no início do séc. XVI, localizado no Vicolo dei Cenci, quase junto ao Tibre. Neste imóvel morou a influente e poderosa família Cenci, cujo chefe, Francesco, era temido em toda a Roma por sua crueldade e completa falta de escrúpulos. Na amarga e sombria narrativa desta casa, figura sua filha, a jovem e bela Beatriz Cenci. Esta moça, com a idade de 16 anos, após um tumultuado e escabroso julgamento, foi condenada pelo papa Clemente VIII Aldobrandini ao cadafalso pelo assassinato de seu pai, em derradeiro protesto pelas desumanidades por ele praticadas contra a família, acumpliciada com o irmão Giacomo e a madrastra Lucrezia Petroni, igualmente decapitados em 12 de setembro de 1599, na Ponte de Santo Angelo. O rumoroso acontecimento rendeu textos teatrais e poéticos a escritores de nomeada, como Stendhal, Prosper Mérimée e Shelley, e até ao brasileiro Gonçalves Dias, que no início de sua vida literária publicou, em Coimbra, peça de teatro com o nome da infeliz Beatriz.

Para fechar esta tão agradável visitação aos palácios da velha Roma, estivessemos nós em Roma, seria hora de merecido recreio espiritual e físico numa daquelas casas da noite que acolhem o viajante com prazer e alegria, que nos atraem em toda a cidade, especialmente no Trastevere, naquele bairro romântico e que tanto nos inspira por tudo que contém, de pedras milenares e de gentes que construíram aquele território, hoje um bairro de sonhos do que foi a riqueza e alegria do império. Porque ali, pela sua geografia urbana, pela contemplação das edificações quinhentistas e admiráveis que se sucedem, nos sentimos fora do alcance da canseira, da perplexidade e das surpresas, que se transmudam no contentamento de poucos mundanos, ainda muito poucos, daquele território que a todo instante nos instiga pelo mistério, pela história e pelo indescritível prazer que é desfrutar de uma noite em Roma.

O momento de mais um convívio com os romanos e com seus hóspedes de todo o mundo é dádiva que se concede a quem participa do espetáculo que se chama Roma.



GUIMARÃES ROSA, POETA ANAGRAMÁTICO*

Adriano Espínola**

Desde o surgimento de *Sagarana* (1946), livro de estreia, até o póstumo, *Estas estórias* (1969), leitores e críticos com frequência têm destacado a alta voltagem poética da obra de Guimarães Rosa, mercê dos recursos empregados pelo autor, quer no plano vocabular, quer no plano sintático-semântico da língua, revitalizada com maestria na criação de imagens, cenas e falas carregadas de sugestões e sentidos, que transfiguram e animam artisticamente a realidade expressa nas narrativas.

Entretanto, a manifestação poética da sua obra será vista aqui circunscrita apenas ao espaço do poema, residência verbal da poesia, onde de preferência “se recolhe e se revela plenamente” (Octavio Paz, 1982:17), por meio de versos e estrofes, com suas imagens, ritmos, afetividade e sentidos interligados. Essa produção ocorre nos dois extremos do percurso literário do escritor mineiro: no início, com o livro *Magma*; no fim, com *Ave, palavra*.

Deste modo, ao falar aqui da poesia de Guimarães Rosa, limito-me aos poemas líricos ou lírico-descritivos reunidos nessas duas coleções; não às passagens nas quais a função poética da linguagem sobressai em relação às demais, na dinâmica da narrativa ficcional.

Dito isso, lembro o fato de que tais livros o autor não os viu publicados. Quanto ao primeiro, porque não quis editá-lo, como todos sabem, apesar de premiado e louvado pela Academia Brasileira de Letras, em 1936; quanto ao segundo, porque, embora o tivesse preparado, outros o publicaram por ele, pois já se encontrava “encantado”. Os dois, portanto, são póstumos: *Ave, palavra* surge em 1969; *Magma*, em 1997. Há, como se nota aí, uma inversão temporal: o primeiro sai por último; o segundo, por primeiro. (A propósito, Rosa gostava dessas circularidades temporais e verbais, a roçar as veredas do mito e do mistério, vale dizer: da poesia).

Importa, porém, destacar que, enquanto *Magma* é composto na totalidade por 63 poemas – ou 88, caso consideremos as subdivisões de algumas peças –, *Ave, palavra* consiste em uma miscelânea de textos, muitos deles publicados em

* Palestra proferida no Projeto Autor na Academia no dia 12 de agosto de 2015.

** Poeta, professor. Reside no Rio de Janeiro. adrespino@gmail.com

revistas e periódicos, entre 1947 e 1967, contendo 27 poemas ou 53, se considerarmos os 26 micropoemas do longo “O burro e o boi no presépio” e o “Grande louvação pastoril”, dedicado à Lygia Maria, filha do crítico Franklin de Oliveira.

O conjunto de tais textos – com exceção destes dois últimos – se apresenta com uma singularidade: são assinados por autores fictícios, “poetas de bolso”, como diz Guimarães Rosa; figuras anagramáticas, que deixam em estado de semiocultação o nome do autor. O lance da adivinhação, mais ou menos cabalístico, que tanto prezava, já começa por aí: pelo próprio nome reinventado, próximo das cifradas “coisas de poesia”, como veremos adiante.

De pronto, me vem a pergunta: por que, nos dois casos, o celebrado artista de *Grande sertão: veredas* nunca desejou assumir-se como poeta, embora fizesse da poesia a base de questões e/ou proposições metafísicas e espirituais da sua ficção?

Vale lembrar aqui a confidência que fez ao tradutor italiano de *Corpo de baile*, Edoardo Bizzarri, segundo a qual, no balanço dos elementos da sua narrativa, atribuía um ponto à “realidade sertaneja”, dois ao enredo, três à poesia e, no topo, com quatro pontos, aos sentidos metafísico e religioso da existência (*apud* Nunes: 1988, 71). Vale recordar, também, no final do conto “Cara-de-bronze”, a sibilina resposta do vaqueiro Adino a José Proeza, quando este fala em “buscar palavras-cantiga”: “– Aí, Zé, opa!” – que significa “a poezia” lida ao contrário, isto é, formando um palíndromo, como notou Benedito Nunes (op. cit.:75).

Não sei ao certo por que o escritor recusou desde o início a posição de poeta. No caso de *Magma*, posso pensar em três hipóteses, não necessariamente excludentes uma da outra.

A primeira, estaria ligada às circunstâncias que o levaram a escrever os textos. Na época, conta-nos o tio do escritor, Vicente Guimarães (1972), o futuro criador de *Tutaméia*, cônsul de terceira classe, passava por grandes dificuldades financeiras e vislumbrou no prêmio do concurso da ABL uma saída. Aconselhou-se com o tio, “poeta oficial da família”, a respeito de algumas técnicas do verso, sobretudo metrificação e rima. Não gostou de tais recursos, confessaria dias depois (“davam muito trabalho e tolhiam, às vezes, o pensamento”), preferindo poemas soltos de verso livre, aparentemente mais fáceis.

A motivação para escrever ou finalizar *Magma* teria sido, assim, de ordem mais pragmática que artística. Interessava mesmo era o resultado material do prêmio. Foi o que aconteceu.

A segunda tem a ver com a alta consciência literária do autor. Homem de gênio, logo perceberia que aquele livro pouco ou quase nada acrescentaria à poesia brasileira, por sabê-lo técnica, expressiva e tematicamente limitado. Tampouco queria se lançar conscientemente como poeta “profissional”. Importante frisar que, naquele momento, na década de 30, a poesia modernista se consolidava através com as obras de Manuel Bandeira (*Libertinagem*, 1930; *Estrela da*

manhã, 1936), Raul Bopp (*Cobra Norato*, 1931), Mário de Andrade (*Remate de males*, 1930), Carlos Drummond de Andrade (*Alguma poesia*, 1930; *Brejo das almas*, 1934); Jorge de Lima (*Poemas escolhidos*, 1932), Murilo Mendes (*Poemas*, 1930; *História do Brasil*, 1932; *Tempo e eternidade*), entre outros. Se editado, *Magma* talvez não tivesse alcançado, na época, grande reconhecimento.

A terceira hipótese decorreria de uma concepção própria do fenômeno poético. Ao agradecer o Prêmio de Poesia da ABL de 1936, confessaria seu “desamor” ao livro, que se fez “criatura autônoma, com quem talvez eu já não esteja de acordo”. Logo depois escreveria ao tio Vicente, informando-lhe que havia terminado os contos de *Sagarana*.

Ao que parece, não demorou ao escritor perceber que a poesia não era bem a sua praia. A sua praia, como todos sabem, era mesmo o sertão; o sertão – contado e não cantado. O sertão do centro-norte de Minas ou o sertão metafísico, inventado. Dele extrairia “a matéria vertente”, no dizer de Riobaldo – pensamentos, sentimentos, atos e fenômenos que vertem no seu contrário (amor x ódio, medo x coragem, bondade x maldade etc.) –, com a qual (com a matéria vertente) comporia as narrativas e personagens, principalmente as de *Grande sertão: veredas*, em que se empenhou a “decifrar as coisas que são importantes” da vida do sertanejo, jagunço que fosse, do “homem humano”, ao mesmo tempo local e universal.

Na famosa entrevista ao jornalista e estudioso da literatura latino-americana, Günter Lorenz, em Gênova, em 1965, Rosa diria que os seus exercícios líricos lhe pareciam então pouco “convincentes”, referindo-se a *Magma*. Por isso teria retornado “à saga, à lenda, ao conto simples”, acrescentando: “Quem escreve estes assuntos é a vida e não a lei das regras chamadas poéticas”. E a literatura, para ele, só pode nascer da vida. Da vida narrada, bem entendido. Tendo nascido e vivido no sertão, seria um “fabulista por natureza”. Convince-se, a partir daí, de que teria uma “receita para fazer verdadeira poesia”, ao unir a ficção poética e a realidade, na elaboração de contos, “escritos em um idioma próprio” (Cf. Lorenz: 1994, 35).

Não podemos deixar de lhe dar razão. O resultado dessa operação alquímica foi estupendo. (Uso de propósito o termo “alquimia”, pois para Rosa “o escritor deve ser um alquimista”, que “precisa de sangue do coração”, para poder ser “feiticeiro da palavra” [Idem: p. 49]). Não é por acaso que subintitula os textos de *Corpo de baile* de “poemas”. Ali se encontravam, para o autor, no fluxo daquelas narrativas, a verdadeira poesia, tendo por cenário o sertão infinito, e como personagens, homens, crianças e bichos, recriados e entrelaçados pelo dinamismo de uma linguagem que busca as suas origens entranhadas na alma, fresca de vida e livre da temporalidade histórica e das regras do gênero.

Arrisco dizer que, nesse sentido, a narrativa “poética” de Guimarães Rosa teria alcançado os três gêneros: predominantemente lírica, nos contos de *Sagarana* (pelo que tem de recordação de cenas e tipos); dramática, em *Corpo de baile* (pela tensão das vozes em conflito, projetando-se no desfecho das sete novelas). (Em *Estas estórias* [1969], livro póstumo, penso particularmente no conto “Meu tio Iauaretê”, levado ao teatro, em 1986, num belo monólogo-espetáculo conduzido pelo ator-diretor Cacá de Carvalho, no papel do meio-bugre Beró/onça); por último, a narrativa rosiana se mostraria manifestamente épica, em *Grande sertão: veredas* (pela apresentação plástica das cenas, extensão do texto, ação heroica dos personagens: chefes de bandos guerreiros, com suas astúcias e coragem, determinação e inteligência, fraquezas e paixões, a lembrar personagens e cenas da *Iliada*, de Homero, entre outros aspectos).

Creio que o conjunto dessas três hipóteses explicariam, nos primeiros tempos, o desinteresse do autor “pelos suas poesias e pelas dos outros”, como chegou a confessar a Günter Lorenz (idem, 34).

*

É fato conhecido que muitos grandes romancistas e contistas começaram como poetas ou cultivaram a poesia paralelamente à produção ficcional. Machado de Assis, com *Crisálidas* (1864), por exemplo; Raul Pompéia, com *Canções sem metro*, em folhetim, em 1881; o criador de *Macunaíma* (1928), Mário de Andrade, com *Há uma gota de sangue em cada poema* (1917) e *Pauliceia desvairada* (1922); Oswald de Andrade, com *Poesia Pau-Brasil* (1925), José Saramago, com *Os poemas possíveis* (1981) e Jorge Luís Borges, com *Fervor de Buenos Aires* (1923) e outros tantos livros de poemas, que o argentino escreveria ao lado da sua ficção.

A diferença, talvez, entre tais autores e Guimarães Rosa, em relação à poesia, estaria no fato de que, enquanto aqueles a cultivaram como gênero autônomo, este tratou de fundi-la ou incorporá-la na própria dinâmica da narrativa, a partir de uma linguagem constantemente recriada, que evoca e transfigura personagens, bichos e seres do sertão dos Gerais e de dentro do homem – em estado primitivo ou transistórico.

*

Mas voltemos a *Magma*. O que nele encontramos? Poemas de temática variada, é certo, destacando-se os que celebram a natureza em torno, com forte viés regionalista e/ou que tratam de aspectos étnico-culturais do país. Esse ponto teria particularmente sensibilizado Guilherme de Almeida, o poeta modernista autor de *Raça*, que escreveu: “Há aí, vivo de beleza, todo o Brasil: a sua terra, a

sua gente, a sua alma...”. Parecerista da comissão do Prêmio de Poesia da ABL, pôs nas alturas a coletânea, chegando a propor que não fosse dado o segundo lugar a ninguém mais, pois nenhum dos livros concorrentes poderia se aproximar de *Magma*.

Tal entusiasmo do acadêmico não encontrou, porém, acolhida junto aos leitores e críticos, quando o livro veio a lume, em 1997. Quem sabe, por ter perdido o momento histórico ou por já surgir à sombra gigantesca da criação ficcional do autor. O fato objetivo, porém, é que não havia ali nada de muito original, não obstante o esforço encomiástico de Guilherme de Almeida, estampado pela editora à guisa de prefácio, seguido do texto de agradecimento do escritor. São peças curiosas, importantes, mas datadas. Faltou por certo, ao se editar o livro, um estudo introdutório que pudesse dimensionar histórica e literariamente a eventual importância da coletânea, no percurso da poesia brasileira e sobretudo na própria criação do autor de *Grande sertão: veredas*.

Quem o fez e de maneira superlativa foi a professora Maria Célia Leonel, autora de *Guimarães Rosa: “Magma” e gênese da obra* (2000), sua tese de doutorado, na qual aborda múltiplos aspectos da obra, destacando-se a análise dos temas e da expressão de vários textos, bem como os desdobramentos de autointer textualidade entre os poemas de *Magma* e os contos de *Sagarana*.

Sendo obra de estreia, *Magma* não teria como deixar de apresentar altos e baixos, desequilíbrios e oscilações entre os planos da expressão e do conteúdo. Ademais, devemos considerar a coletânea um exercício, estágio inicial de uma produção ficcional, que saberia alcançar o máximo de rentabilidade artística, até hoje insuperada, no quadro da moderna ficção luso-brasileira.

Tais desequilíbrios ou deficiências da coletânea consistem, de um modo geral, no predomínio do tom prosaico sobre o poético, como se lê em “Reportagem”:

*O trem estacou, na manhã fria
num lugar deserto, sem casa de estação:
a parada do Leprosário...”* (p. 68),

O abuso de reticências, herança talvez do simbolismo (segundo a pesquisadora Hygia Ferreira, citada por Maria Célia Leonel, há no volume 455 ocorrências, o que sugere, a nosso ver, alto grau de hesitação na formulação do pensamento poético), metáforas não muito surpreendentes, predomínio de orações subordinadas, tom lamuriento e pesado de alguns poemas, sobretudo de extração meditativa, e afrouxamento da corda lírica, nos poemas amorosos, dedicados à mulher inalcançável; estes, sem dúvida, os mais fracos do volume, a exemplo de:

*Tudo calado
no jardim fechado...
Beija-me, querida, nesta noite fria,
toda de alegria...
Não queres beijar-me?...
Queres ir embora?
Perdoa... Eu pensava
que gostasses de mim..."* (pp. 84-5).

Há, contudo, poemas de grande acerto, em que as camadas material e conceitual das palavras se harmonizam, trazendo, pelo ritmo obtido, sugestão plena de movimentação de animais e pessoas. Tais os casos de "Boiada":

– *Boiada boa!...
Ancas cavadas
costelas à mostra,
chifre pontudos de curraleiros,
tinir de argolas de bois carreiros,
sol de fornalha... poeira vermelha...* (p. 28)

– ou do poema "Batuque":

*A negrada dança,
e nunca descansa,
no chão do terreiro,
de pés no chão..."* (p.104).

Também há de se destacar a precisão de algumas metáforas visuais, marca, aliás, do autor, ao longo da sua obra. Em *Magma*, algumas delas se apresentam logo no começo ("Bem abaixo das colinas de ondas verdes,/onde o sol se refrata em agulhas frias") e também no final ("O monte agachado e cinzento,/é um elefante de pedra."); ou, ainda: "Floresce, na orilha da campina,/esguio ipê/ de copa metálica e esterlina").

Do ponto de vista formal, todas as composições se encontram vazadas em versos livres, ocasionalmente rimados. Voltadas para a paisagem em torno, muitas são descritivas; outras, narrativas, com o emprego até de diálogos entre personagens, como podemos verificar nos poemas "Boiada", mencionado acima, e "Maleita", que se tornaria embrião do conto "Sarapalha", em *Sagarana*.

Quanto à extensão, há textos curtos, de três versos, como a série de nove haicais, que giram em torno de 17 sílabas, ao lado de 15 outros poemas, também

de três versos, de medida variável; alguns de maior extensão, como "Ritmos selvagens", com quase 90 versos. Dois exemplos de haicais e um de poema curto:

Imensidão

*Cheiro salgado
de um cavalo suado.
Quem galopa no mar?...*

Turismo sentimental

*Viajei toda a Ásia
ao alisar o dorso
da minha gata angorá...*

Definição

*O cigarro de fumaça impalpável e brasa colorida
que se fuma a si mesmo num cinzeiro,
será um poeta?...*

Os temas, como já dissemos, são variados, mas há uma clara predominância de assuntos ligados à natureza: seja à paisagem física (cachoeira, gruta, montanhas etc), seja aos animais (bois, aranha, cágado, caranguejo, sapos etc), seja às árvores (ipês, pequiueiro, cajueiro etc), ou à vida no campo. A profa. Leonel lembra, ainda, os grupos temáticos ligados a mitos e credices, nos poemas "A Iara", "O Caboclo d'água", "Meia-Noite" e "Reza Brava", por exemplo, além daqueles que falam da frustração amorosa do autor e das reflexões filosófico-existenciais, com as quais encerra o volume:

*Deixo que o inevitável dance, ao meu redor,
a dança das espadas de todos os momentos.
E deveria rir, se me restasse o riso,
das tormentas que pouparam as furnas da minha alma,
dos desastres que erraram o alvo do meu corpo...* (p. 146)

Sob o aspecto ideológico, embora escrito em uma década de notável efervescência político-partidária, em que grande parte de intelectuais e escritores se voltava para o reexame crítico da realidade social brasileira – basta lembrar, aqui,

os romances de 30 e as interpretações ousadas da formação familiar, histórica e cultural do Brasil, com Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala*, 1933) e Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*, 1935) – os poemas de *Magma* nada revelam nesse sentido; nenhuma tensão social e/ou ideológica ali desponta. Nem mesmo aquela tensão dissonante de que nos fala Hugo Friedrich (v. 1978: 15), caracterizadora da poesia moderna. A não ser no poema “Ritmos selvagens”, em que assinala, em tom de denúncia, no final da composição, “a canção dos [índios] guerreiros/ que vão desaparecer”, no Araguaia...

Compreende-se que o escritor sentia-se muito mais tocado, naquele instante, pelas forças da natureza, pelos mitos e pelo “magma íntimo” da sua sensibilidade do que por qualquer drama social. Quanto ao país, só não queria era ser “desterrado/ porque a minha pátria é a memória...”. Era esse, portanto, o seu compromisso – com a memória. A pátria da criação, bem entendido.

*

Deixemos de lado, porém, o desinteressado autor de *Magma*. Tratemos de outros poetas. Falemos de SOARES GUIAMAR, por exemplo, que surge entre 25 de fevereiro e primeiro de abril de 1961, acreditando que “ser poeta é já estar em experimentada sorte de velhice”. Poeta “despercebido, impresso, inédito, fora de moda”. Curiosamente, seus poemas nada revelam de antigo ou lamurioso; ao contrário. Há um sopro de renovação e certo humor seco nos poucos textos que conseguiu publicar. Também é notável o domínio técnico dos versos com que trabalha a emoção lírica. Reparem no belo “Os três burricos”, poema vazado em tercetos heptassilábicos, com rimas entre os versos ímpares, trazendo no segundo verso de cada estrofe rimas internas (ou leoninas):

*Por estradas de montanha
vou: os três burricos que sou.
Será que alguém me acompanha?*

*Também não sei se é uma ida
ao inverso: se regresso.
Muito é o nada nesta vida.*

*E, dos três, que eram eu mesmo
ora pois, morreram dois;
fiquei só, andando a esmo.*

*Mortos, mas, vindo comigo
a pesar. E carregar
a ambos é o meu castigo?*

*Pois a estrada por onde eu ia
Findou. Agora, onde estou?
Já cheguei, e não sabia?*

*Três vezes terei chegado
eu – o só, que não morreu
e um morto eu de cada lado.*

*Sendo bem isso, ou então
Será: morto o que vivo está.
E os vivos, que longe vão?*

(In: Ficção completa [*Ave, palavra*] p. 964)

Não tenho dúvida de que um outro poeta, o autor de “A máquina do mundo”, teria palmilhado outra vez a estrada pedregosa de Minas e assinado sem vacilar esse poema...

A generosidade de João, escritor famoso a essa altura, dá vez também a um poeta “jovem, sem jeito, em sua primeira fase, provavelmente extinta”; chamava-se MEURISS ARAGÃO; apareceu uma única vez no jornal *O Globo*, em 20 de maio de 1961. Cultivando ainda certos sentimentos românticos, consequência talvez da idade, Meuriss publicou uns cinco poemas, tratando da mulher, do mar, da morte e da saudade; da “saudade, sempre”, como nos diz, de forma contida:

*Sem mim
me agarro a um tanto de mim
não aqui
já existente
sobre tudo e abismo.*

*Horas são outrora
além-de. O
muito em mim me faz:
som de solidão.* (Op. cit.: p.991-2)

Admirável a estrofe final; há nela algo de Pessoa que ressoa. Soube-se que Meuriss acabou se filiando, depois, às hostes concretistas, que tanto furor fizeram na década de 60. Dedicou-se à tradução de alguns “poetas-inventores”, tais como Homero, Dante e Rilke sob pseudônimo...

Amigo e discípulo de Soares Guiamar, foi o poeta SÁ ARAÚJO SEGRIM (“poeta comprido”), autor do livro *O segredo*. Pelas mãos do nosso João, pu-

blicou quatro poemas: "Distância", "Recapítulo", "Contratema" e "Rota", no jornal *O Globo*, em 29 de julho de 1961. O primeiro é bastante interessante pela forma narrativa e o clima algo surrealista. Vale a pena transcrevê-lo:

*Um cavaleiro e um cachorro
viajam para a paisagem.
Conseguiram que esse morro
não lhes barrasse a passagem.
Conseguiram um riacho
com seus goles, com sua margem.
Conseguiram boa sede.
Constatarem:
cai a tarde.*

*Sobre a tarde, cai a noite,
sobre a noite madrugada.
Imagino o cavaleiro
testa orvalhada e estrelada.
O pensar do cavaleiro
talvez o amar, ou nem nada.
Imagino o cachorrinho
imaginário na estrada.
Caía a tarde.*

*Para a tarde o cavaleiro
ia, conforme avistado.
Após, também o cachorro.
Todos – iam, de bom grado,
à tarde do cavaleiro
do cachorro, do outro lado
– que na tarde se perderam,
no morro, no ar, no contado.
Caiu a tarde.*

(Op. cit.: 1015-16)

Notável a simetria formal do poema, constituído, como se vê, por três estrofes de oito versos em redondilha maior, sendo o nono, de três sílabas, os quais formam o eixo semântico da narrativa ("Cai a tarde"; "Caía a tarde"; "Caiu a tarde"). Já o terceiro, "Contratema", destaca-se pelo inusitado das metáforas, pela sábia distribuição rítmica dos versos no corpo do poema, pela tensão obtida entre os estratos fônico e semântico, como podemos constatar abaixo nas duas estrofes iniciais:

*A lua luz em veludo
barba longa
respingada de violetas.*

*Perdidos todos os verdes
– cor que dorme –
desconforme
se escoo o mundo em abandono.*

*Eis que belos animais,
quente resplendor nos olhos,
quente a vida com maldade,
vêm das sombras.*

*Assim o sol
seu rio alto,
novos ouros, novas horas,
revolve agudas lembranças.*

*Fria, a noite fecha as asas
– mundo erguido, céu profundo –
sol a sol
ou sono a sono? (Op. cit.: p 1016)*

Sá Araújo ainda entregaria ao escritor mais quatro textos: "Ária", "Quêrência", "Escólio" e "Tornamento", poemas de "coisas mui sentidas". Não foram publicados no jornal, mas inclusos no imaginário livro *O segredo*.

Também cedeu seus poemas ao mestre João, na esperança de vê-los estampados no jornal *O Globo*, o poeta ROMAGUARI SÂES, o mais diferente deles todos. Depois de examinar atentamente os textos, o próprio Guimarães admitiu que Romaguaritinha "outra música (...) um amor mais leve, originário, avançado". Obteve dele a confissão de que a poesia "devia ser um meio de restituir o mundo ao seu estado de fluidez, anterior, exempta". É o que podemos constatar ao lermos "Marjolinha (9ª)", uma bela composição, em versos polimétricos e rimados:

*Correi, meninas, que o prado
pede o vosso bailado.*

*Bilalai, meninas,
eis, sim, que o prado
sempre é um chamado*

por vós outras – flores,
pés multicores:

– o amor desejado
o alado.

Ide.

Voai, meninas,
o amor vos pede.

Sabei que os verdes do prado
só estão fugindo.

Sabei, oh flores, meninas.
Correi.

Se as cores do prado só estão fingindo,
é o amor esperado que já vem vindo.

Bailai, meninas.

(Op. cit.: p. 1131).

Pois bem. Soares Guiamar, Meuriss Aragão, Romaguari Sães e Sá Araújo Segrin, são os poetas que bailam secreta e anagramaticamente em torno do nome JOÃO GUIMARÃES ROSA.

Se os textos de *Magma* foram deixados à sombra pelo próprio escritor, por sabê-los inconvincentes, os poemas acima vieram à luz plenos de convencimento, tanto por parte do criador quanto do leitor. Só que desta vez o autor verdadeiro ficou à margem. Ou melhor: ficou na terceira margem do próprio nome, aproximando-se e distanciando-se, incessantemente.

Deste modo, ao se desdobrar em vários poetas anagramáticos, dá continuidade à tradição do mascaramento dos poetas modernos, pródigos no jogo de alteridade e identidade autoral, pelo menos desde Baudelaire, sem falar no jogo heteronímico de Fernando Pessoa.

A travessia poética de JOÃO vai, assim, do desiludido autor de *Magma*, no final da década de 30, até chegar ao vibrante criador de poetas e poemas, em 1961, não sem um certo toque peculiar de humor, capaz de catalisar o não-prosaico. Neles, GUIMARÃES soube ser ele mesmo: ROSA aberta no tempo, “de muitos e matinais pássaros”, matéria, enfim, vertente do próprio ser de nome João Guimarães Rosa: olhando-seoutro, no espelho infinito da *Ave, palavra*.

BIBLIOGRAFIA

FRIEDRICH, Hugo (1978). *Estrutura da lírica moderna*. Tradução: Marise M. Curioni. São Paulo: Duas cidades.

GUIMARÃES, Vicente (1972). *Joãozinho: infância de João Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio/INL.

LEONEL, Maria Célia (1996). “A poesia em Magma”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo: IEB, no. 41.

_____. (2000). *Guimarães Rosa: Magma e gênese da obra*. São Paulo: UNESP.

LORENZ, Günter (1994). In: ROSA, João Guimarães. *Ficção completa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 2vols.

NUNES, Benedito (1998). “De Sagarana a Grande sertão: veredas”. In: *Revista Range Rede*. Rio de Janeiro, no. 3.

PAZ, Octavio (1982). *O arco e a lira*. Tradução: Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

ROSA, João Guimarães (1994). Op. cit.

_____. (1997). *Magma*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.





Portal da Inconfidência

No Portal da Inconfidência, lançado quando das solenidades da Semana da Inconfidência Mineira em 2015, podem ser lidos todos os Autos de Devassa, processo de julgamento dos envolvidos na Conjuração Mineira. Nele, um aprimorado sistema de busca permite encontrar informações publicadas em cada um dos 11 volumes - editados pela Imprensa Oficial de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 - somando mais de 5.500 páginas.

Com este Portal o Governo de Minas Gerais, por meio da Imprensa Oficial, leva a todo o planeta uma das mais importantes páginas da História do Brasil.

portaldainconfidencia.iof.mg.gov.br



Contatos:



Av. Augusto de Lima, 270 - Centro
Belo Horizonte - MG - 30190-001
(31) 3237-3475 e-mail: orcamento@iof.mg.gov.br
(31) 3237-3573 www.iof.mg.gov.br

Imprensa Oficial

Excelência em impressões gráficas

Livros, revistas, jornais e outras peças promocionais são produzidas em modernas impressoras digitais (xerox igens) ou por meio do sistema de impressão offset.

Ampla leque de opções: capa dura ou flexível, brochura, fresa, costura, encadernação, laminação fosca ou brilhante.





CIDADANIA

Vale a pena visitar a
exposição de arte da Iomg.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



CIDADANIA

Já viu de perto uma máquina de linotipo?
Conheça no Memorial da Iomg.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



CIDADANIA

Imprensa Musical. Acordes de cidadania
em parceria com a PMMG.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



CIDADANIA

Conhece um mimeógrafo?
Visite o Memorial da Iomg.

Imprensa Oficial: há mais de 120 anos registrando a história e perpetuando a legalidade do Estado, sempre na vanguarda intelectual e modernidade tecnológica de Minas Gerais.



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUE MEU CORAÇÃO SABE DA SEMENTE

Lina Tâmega Peixoto*

A obra de Bernardette Capelo é composta de sessenta e um haicais, sem títulos, que não se prendem a rígidas regras de estrofes de dezessete sílabas, sem rima, em três versos encadeados em 5,7 e 5 sílabas. Modernamente, este gênero poético tem-se libertado destas amarras, sem prejuízo da qualidade da poesia. Assim se comportam os haicais da Autora, onde os encadeamentos rítmicos dos versos revelam, qualitativamente, um tecido lírico que se move em significados de tensão, formando uma combinação harmoniosa de rastro estelar.

Poeta portuguesa, radicada em Lisboa, a Autora nos informa, em *Terceiro espaço*, que os haicais se ergueram das palavras pela língua francesa e que só, posteriormente, foram reescritos em português, exercício que se impôs à imaginação criadora pela força da origem primeira e interna de seu pensar e sentir. Em nenhum momento a poeta refere-se à tarefa de traduzir, pois não houve a composição de dois espaços poéticos, mas apenas as mesmas imagens, refletidas em outro espelho.

No primeiro haicai (numerados de 1 a 61) já se prenuncia o processo criativo de Bernardette Capelo. Transcreve-se:

“O ritual do jasmim: / revelação de um segredo / perfume do silêncio.” (nº 1).

Na leitura do poema, percebe-se a linha que vai interligar as diversas significações que representam o estado anímico da poeta. E relacionamos “perfume” a “jasmim”, ambos subordinados a “silêncio”. Uma imagem de expressão transfiguradora, autorreflexiva, se estabelece pelo desvio sintagmático ao atribuir a “silêncio” uma qualidade, “perfume”, que se identifica, naturalmente, a “jasmim”. O fluir das sensações, esta metamorfose de conteúdo amoroso, percorre o universo poético da Autora até o momento não desvelado, secreto, em que a pluralidade encontra, em delicados movimentos, sua unidade interior.

Vejam como isto se manifesta na visão de outros haicais que se prendem a esta mesma configuração de transcendência:

*Poeta mineira, professora universitária, reside em Brasília.

“A chave secreta / conhece todas as portas: / prodígio da semente.” (nº 6);

“O silêncio semeado / de signos – fulgura / a luz do a vir.” (nº 12);

“Meu jasmim exala / o que meu coração sabe / da semente.” (nº 19)

Os deslocamentos das imagens, como por exemplo: “meu jasmim”, “silêncio”, “semente”, tomadas como núcleos formadores e fundamentais da memória poética, repetidas em luminosidade e em claro-escuro, estabelecem, nesta obra admirável, as infinitas possibilidades na apreensão do espírito da Autora pela elaboração técnica, consciente e emocional de seu Eu interior que conduz à estruturação do aspecto formal dos poemas. O pronome possessivo “meu” em jasmim, enfatiza a imagem de si mesma, de certo modo, ainda sem contorno definido.

Atente-se para “perfume do silêncio” (nº 1) e “Meu jasmim exala” (nº 19). O que se desprende dos nomes é percebido pelo olfato, considerado, desde os tempos remotos, como o mais nobre dos sentidos. A santidade, o intuitivo conhecimento da revelação do outro marcam sua presença, no mundo visível, pelo perfume. Antes de se dar aos olhos, o objeto é pressentido e impregnado pelo que evoca de mistério e de estonteantes e perturbadoras sensações. Relevante a construção de um espaço mágico que a poeta propõe em “O ritual do jasmim”, onde busca vivenciar, neste rito de iniciação, a experiência mística dos instantes e, por consequência, participar da liturgia secreta do “silêncio.”

E acompanhamos o encadeamento das metáforas existenciais como: “meu jasmim” (persona poética) que provoca o aparecimento do “perfume do silêncio” (o tecido do Absoluto) capaz de abrir “todas as portas” (processos intuitivos dos espaços míticos), pela “semente” (construção do imaginário), que, semeada, germina os “signos” (conteúdos simbólicos). O coração, este lado afetivo de plenitude no relacionamento com a vida onírica, sabe do silêncio primordial que se encontra dentro da semente à espera do vir a ser. Deste modo se desenvolve a experiência sensória e intelectual da poeta, em distintas imagens que, ao estabelecerem um elo, um encadeamento metafórico, são capazes de trazer a realidade interior para o plano estético. E chegamos, na última leitura, à compreensão de que o silêncio é a semente que guarda as constelações do existir de Bernadette, como poeta.

Penso que a interpretação destes haicais belíssimos permite vislumbrar a maneira harmoniosa e o conhecimento estilístico que abrangem todos os haicais da Autora, assim como a intensidade lírica da linguagem que os estruturam e os descerram a cada leitura que fazemos de seus significados. Esses poemas referem-se, de modo amplo, a vozes e circunstâncias que se opõem, na perspectiva e circunstância de ruído e silêncio, efêmero e eterno, velado e revelado. Como exemplo, citamos o haicai (nº 24): “O sol vermelho mergulha / na linha do horizonte – / revela-se o seu mundo oculto” Ao se extinguir, o sol ressurgue na completude de sua força, de sua intensidade, na exuberância do paradoxo. Na compreensão de que o brilho (“vermelho”) se associa à escuridão (“mundo

oculto”) ele reencontra, nesta dualidade, a perfeita unidade do dinamismo que o imobiliza para sempre, como objeto poético.

Cabe neste espaço final deixar algumas linhas vazias para nelas caber um texto do poeta e pesquisador francês, Michel Collot, citado pela professora Márcia Helena Saldanha Barbosa no ensaio que redigiu sobre a poesia de Sophia de M B Andersen. Diz ele: “A linguagem não tem o poder de dizer tudo. O poema ao final de seu percurso reencontra sua origem silenciosa: seu horizonte último é o silêncio.”

E, não mais palavras.



VIDA DE ÍNDIO. OU “DE COMO VIVER” DIANTE DAS AMEAÇAS À CULTURA NACIONAL.

*José Renato de Castro Cesar**

“Vida de índio, vida de gado. Povo marcado, êh! Será que feliz?” Roubo do poeta Zé Ramalho as rimas para questionar fatos graves, cujos significados socioculturais e político-econômicos marcam a História e configuram a nova Geografia do Brasil.

Muitos são os filósofos que afirmam haver uma degeneração contínua do Humanismo Latino no país, desde Augusto Comte. Esta degeneração não passa de um atentado contra a Ética Social e a Moral Cristã, derivado do marxismo cultural que se busca implantar no Brasil, inclusive, com incentivo de instituições norte-americanas e europeias de apoio financeiro ao desenvolvimento.

Eis a razão da vida dos indígenas no Brasil estar tão ameaçada (39). Reconhecer-se membro de uma etnia e lutar pelo direito de ser e estabelecer-se índio (*al di là* do indigenismo apologético de Papa Diop, 2003; e do lúmpen indigenismo brasileiro de Jorge Pozzobon, 1999) é um risco grande, cheio de preconceitos e atentados à vida.

Hoje, escolher o melhor para a aldeia (Constituição Federal de 1988; Lei 6.001/73; Convenção 169 da OIT; Decreto Lei 1.775/96 etc.), sendo índio ou indigenista, é uma perigosa emboscada. A violência aumentou assustadoramente e as arestas políticas e ideológicas não deixam margem para erros, enganos e dúvidas.

O Congresso Nacional, o Poder Executivo e certas castas da sociedade manipulam ideologicamente os conceitos e os princípios legais de autonomia e de autodeterminação dos povos. O propalado protagonismo dos jovens brasileiros, indígenas ou não, é um jogo sórdido e mortal. Propagam nocivas utopias e difundem a anomia através de leis e emendas estapafúrdias, defendendo para si e seus pares as benesses do Estado, aproveitando-se, historicamente, de conchavos políticos que lhes sustentam favores.

* Administrador, professor, e escritor. Indigenista da FUNAI/MJ. Presidente do Comitê Permanente do Indigenismo Brasileiro do Instituto Histórico e Geográfico/MG. jrenato.cesar@hotmail.com

³⁹ Ver: Inês Rosa Bueno. *O fim do indigenismo estatal no Brasil*. 2014.
<http://www.alainet.org/fr/node/166341>. Consulta feita em 17/6/2015.

O povo jaz violentado diante dos interesses das bancadas: evangélica, ruralista, mineralógico-energética, industrial-automotiva, da construção civil, comercial urbana e por aí afora. São facções que não se cansam de seus *lobbies* antipatrióticos, cuja finalidade é manietar o Estado em conchavos imorais para lhes satisfazer as vontades.

Certas lideranças indígenas cooptam desde 1500, ora para não serem massacradas, ora para se locupletarem. Quantos caciques e líderes indígenas se aliam a bandidos e a piratas, que se dizem senhores de terras, intelectuais de ONGs, empresários e políticos, mas que usurpam dos brasileiros seus direitos legais e naturais?

Os atentados contra a cidadania e a soberania são flagrantes. As manifestações públicas (afora o vandalismo suspeito) são legítimas e confirmam a insatisfação de toda a nação com todo tipo de serviço público e privado e com a atual carga tributária, com os desmandos políticos e com tanta corrupção e despreparo técnico e político.

Por isso, é preciso lembrar certos equívocos. O jornal O Tempo, de Belo Horizonte/MG, em 25 de março de 2013, publicou o artigo "Os índios do Brasil", cujo colunista, Luís Tito, prestou um desserviço à nação, ao colocar sua visão do indigenismo, afirmando que os índios brasileiros são inimputáveis. Desconhece a lei e os fatos. "Os descompromissos e as vantagens", por ele mencionados, não são, de forma alguma, favoráveis aos índios brasileiros. Pelo contrário. Os ganhos econômicos, políticos e sociais, derivados da desordem social, ficam com os partidos políticos e grupos financeiros, que agem como camarilhas roubando o futuro do Brasil. Muitos destes grupos dominam a imprensa, a mídia televisiva e os partidos políticos, manipulando informações e fabricando estórias.

Alguns meses depois do artigo de Luís Tito, o deputado federal, Sr Valdir Colatto publicou artigo em Chapecó/SC, no jornal diário do Iguaçu, achincalhando a FUNAI, dizendo inverdades, para tentar manipular produtores rurais (colonos gaúchos, paranaenses e catarinenses) contra o indigenismo brasileiro. O *Diário do Iguaçu* não publicou a réplica que lhes remeti, para desmenti-lo e para situar, sociologicamente, a questão, dentro da correta práxis e poiésis política, econômica e jurídica.

É, portanto, diante de tais fatos, possível afirmar que os partidos políticos se aliaram a certas mídias, tentando convencer essa casta da sociedade urbana e rural (que é a mais covarde, maniqueísta, machista, burguesa, sórdida e alienada), e que se julga letrada, que o melhor da vida é gigolar vacas e bois no pasto e fazer dívida rural junto ao governo federal, para os pobres da cidade e do campo pagarem.

Estes "pais- d'égua" que se dizem "fazendeiros", empresários do agronegócio, se enriquecem às custas da degradação ambiental dos rios e das florestas e da escravização de peões famélicos, ignorantes e brutos, acostumados a caçar na

bala o que seus patrões chamam de "bugres". A mando de coroneizinhos covardes e de janotas, *playboys* da cocaína, estes "jagunços de chinelo" matam índios, padres e doutores, e ganham casa e carro na periferia de uma cidade qualquer. Fatos já estatísticos na História do Brasil.

Os artigos dos jornais O Tempo e Diário do Iguaçu causam infâmia, afirmando que os índios do Brasil são identificados com dificuldade e que seus direitos e o compromisso do Estado são questões complicadas e mal resolvidas.

Ora, complicados e mal resolvidos são os casos destes líderes mentirosos que rapinam a Nação, roubando para si o dinheiro da educação, saúde, cultura, transporte público, segurança, lazer, ecologia, pesquisa científica etc.

E quanto às pesquisas históricas, antropológicas e geográficas que nunca são patrocinadas pelo poder público, que assim (não) fazendo, deixa o patrimônio cultural da Nação nas mãos de gente que não se importa com seus valores mais raros?

Complicados e mal resolvidos são os casos destes que não honram suas funções nas lides políticas e econômicas do Brasil. E quanto a certos processos criminais que continuam engavetados e não são julgados como deveriam? E quanto a certas pessoas falarem do que não sabem, defendendo interesses de gente que se diz poderosa e que insiste em dar ordens absurdas, como se fossem os donos do Planeta?

Não são estas questões mal resolvidas?

Os conflitos são inerentes à vida humana, mas insuflar guerra civil é crime de lesa-pátria. E é o que fazem empresas norte-americanas, inglesas, russas e europeias mundo afora, com ajuda de "idiotas úteis" que se dizem políticos e empresários. Quantos não são os grupos estrangeiros querendo controlar as riquezas minerais de países "pobres" como o Brasil? Veja-se a obra de Anton Zischka (1936), o quanto ainda é atual. E que o nacionalismo aqui expresso não seja visto como fascismo ou xenofobia.

Observem que a PEC 215 quer tirar do Poder Executivo (Ministério da Justiça/Fundação Nacional do Índio) e transferir para o Congresso Nacional a execução da gestão ambiental e territorial indígena (a cargo da FUNAI). Em especial, as tarefas, técnicas e tecnologias de identificação, reconhecimento e delimitação das terras de ocupação tradicional e histórica. Um atentado contra a autonomia dos poderes que sustentam o Estado e, portanto, um atentado fraudulento contra a democracia e a soberania nacional.

Alguns políticos e governantes estão agindo para acelerar a aprovação da PEC 215, como se fossem os donos do direito público e privado e como se fossem os donos da Constituição Federal. E, pior de tudo, fazem conchavos para sequestrar os recursos da nação brasileira e subordinar a cidadania aos seus próprios interesses, na medida em que manipulam a Constituição Federal ao seu bel-prazer.

A sociedade brasileira precisa se manifestar contra a PEC 215, pois caso ela seja implantada será o fim do indigenismo brasileiro, reconhecidamente o melhor (e mais castigado) do mundo, e único capaz de manter viva a memória de mais de 200 povos de línguas e culturas diferentes.

Que a nação brasileira possa acordar para este grave atentado de "lesa pátria", e possa castigar todos aqueles que se fizerem inimigos dos direitos inalienáveis dos povos indígenas brasileiros. Afinal, as terras indígenas são um patrimônio sagrado da nação e não podem ser utilizadas como motivo de manobra política; nem para servir aos interesses alienígenas de empresas transnacionais e estrangeiras que as querem dissociadas do Estado brasileiro (formando pequenos feudos independentes); nem, tampouco, para servir à ganância de grupos privados nacionais que exigem que o Estado brasileiro e seu patrimônio trabalhem, exclusivamente, sob suas ordens, para satisfazer apenas aos seus interesses.

Desestruturar a FUNAI é entregar as terras indígenas aos interesses particulares. E a PEC 215 é apenas o primeiro passo para isso. Que a Fundação Nacional do Índio deve ser reestruturada e modernizada é um fato. Mas apenas a ciência administrativa é que pode dar conta de uma análise organizacional e propor as mudanças necessárias.

Quanto aos antropólogos e sociólogos, economistas, ambientalistas etc., devem, sim, dar as suas contribuições profissionais, mas de forma a não interferirem no âmago das mudanças técnicas que modernizem a gestão administrativa do órgão.

Concordo com o Sr. Freitas Valle quando, em 1924, discursando diante de Washington Luís, em prol da reforma na Educação Pública executada em Minas Gerais e São Paulo, afirmou que "o governo precisa de informação e não de opinião".

De fato, para o bem da democracia, das liberdades sociais, da cultura e da economia nacional, é preciso informar ao governo do que o país encontra-se à beira de um colapso social e que não convém manipular a opinião pública num momento como este. Também é preciso informar ao governo que existe uma casta comendo churrasco, bebendo cerveja e comprando armas; rezando pelo momento em que irão subjugar o Direito e a Justiça pela força.

Para estes não existe o Brasil, mas apenas os laços de sangue de sua religião.



DOIS GRANDES JORNALISTAS MINEIROS: TEÓFILO OTTONI E JOAQUIM FELÍCIO DOS SANTOS

*Maria de Lourdes Costa Dias Reis**

Dois grandes jornalistas mineiros atuaram no campo cultural, social econômico e político do Império Brasileiro: Teófilo Benedito Ottoni e Joaquim Felício dos Santos. Ambos eram partidários das mesmas ideias e possuíam muitas características em comum. Nascidos na legendária Vila do Príncipe, atual cidade do Serro, foram ambos atuantes no Partido Liberal, partidários da República e adeptos da abolição da escravatura. Foram também ferrenhos defensores de ideias avançadas para o Brasil, como a expansão da Educação, o incremento da comunicação através da navegação fluvial e das ferrovias, bem como da industrialização do Brasil.

Teófilo Benedito Ottoni nasceu em 1807, descendente de família de origem italiana. Muito jovem, entrou para a Escola de Oficiais da Marinha, onde se indispôs por suas ideias liberais e libertárias. Voltou para o Serro e fundou uma tipografia, onde editava o jornal *O Sentinela do Serro*, de caráter liberal. Mobilizou os serranos contra o retrocesso da liberdade, imposta pelo autoritarismo de D. Pedro I e liderou um movimento a favor da abdicação do Imperador, o que acabou acontecendo em 7 de abril de 1831.

Em 1832 seu jornal *O Sentinela do Serro* foi fechado pelo governo do Regente padre Diogo Feijó, por expor ali suas posições liberais. Desiludido com o jornalismo, vendeu o maquinário do periódico para o jurista e jornalista Joaquim Felício dos Santos, seu companheiro de ideias liberais, residente em Diamantina, onde iria fundar o jornal *O Jequitinhonha*, folha semanal de caráter libertário e progressista. Teófilo Ottoni era quem alimentava a publicação com notícias do Rio de Janeiro; grande voz de cunho libertário e liberal que circulava no Rio, no norte de Minas, e no sul da Bahia.

Teófilo Ottoni foi eleito em 1835 deputado à Assembleia Legislativa da Província de Minas, onde defendia a abolição da escravatura e outras reformas liberais, sendo depois eleito deputado geral em cujo cargo mantinha acirrada luta contra os conservadores. Participou ativamente da Revolução Liberal de 1842

* Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, cadeira nº 35, membro da Academia Feminina Mineira de Letras, cadeira nº 39. ludiasreis@gmail.com

contra o governo monárquico, sendo derrotado pelas tropas do general Luiz Alves de Lima e Silva, o Barão de Caxias, no cerco à cidade de Santa Luzia. Foi preso e levado a ferros para Vila Rica, onde editou na prisão sob pseudônimo, o jornal *O Itacolomi*, onde fazia críticas acirradas ao governo imperial e defendia os "luzias", que atuaram revolucionariamente naquela cidade. Posteriormente, foi julgado em Mariana e absolvido, em 1843. Joaquim Felício não atuou da Revolução Liberal de 1842, por ser muito jovem e estar estudando no Seminário de Congonhas do Campo, mas seus irmãos Antônio e José, liberais, participaram, foram também derrotados e presos.

Ambos foram atuantes no empreendedorismo. Teófilo Ottoni, desiludido com a política, em 1843 abriu uma casa comercial no Rio de Janeiro e depois, em 1847, fundou a Cia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri, que procurava fazer a ligação entre o Norte e o Nordeste com Minas, através dos rios, rumo ao mar. Nessa região do nordeste de Minas, iniciou a construção da cidade de Filadélfia (Cidade do Amor Fraternal), sob a influência do político norte-americano Thomas Jefferson. Ali, ao invés do extermínio, fez acordos com os índios botocudos da região, para erguer a cidade. Conseguiu a vinda de cem chineses e, ali, ainda introduziu muitos imigrantes alemães, holandeses, belgas, suíços, portugueses e espanhóis. Em 1857 foi inaugurada ali a primeira estrada de rodagem, com cerca de 180 quilômetros. Abriu também uma escola de Esperanto no local, além de um jornal, uma igreja católica e outra luterana, além de estimular a agricultura, a pecuária e a industrialização.

Joaquim Felício fundou com seu irmão, o bispo de Diamantina, D. João Antônio dos Santos, na Vila do Biribiri, nos arredores da cidade a "Fábrica de Fiação e Tecidos do Biribiri Santos e Cia (uma das primeiras de Minas Gerais) movida totalmente com energia local, proveniente das cachoeiras da região. Ali, adotou o trabalho livre, sendo a maioria dos trabalhadores constituída por mulheres. Os dois irmãos acreditavam que a industrialização era a melhor forma de desenvolvimento para o Brasil.

Teófilo Ottoni retornou à política no Rio de Janeiro, na liderança de ideias liberais, onde, a tribuna, como grande orador, defendia o do Federalismo, da República e a abolição da escravatura.

Alguns anos depois, em 1863, foi eleito Senador pelo Império, sempre lutando por suas ideias liberais e progressistas.

Joaquim Felício foi candidato a Deputado Provincial por várias vezes, sendo preterido por suas ideias liberais e pela forma como atacava a Monarquia e o Imperador nas páginas do jornal *O Jequitinhonha*. Após a proclamação da república, foi eleito senador com grande atuação na política, mas ficou pouco tempo no cargo, tendo se afastado por estar desencantado com os primeiros governos da república, exercidos por dois representantes militares – Deodoro e Floriano.

Teófilo Ottoni faleceu em outubro de 1869, vítima de impaludismo, doença que contraiu nas matas agrestes de Filadélfia, que fundara, e se tornaria mais tarde a progressista cidade de Teófilo Ottoni.

Desencantado com a vida nacional, Joaquim Felício retirou-se da política, indo morar na Vila do Biribiri, onde, já adoentado, morreu a 21 de outubro de 1895.

Ambos, deram como homenagem ao seu trabalho, o nome a cidades mineiras: e Teófilo Ottoni, no Vale do Mucuri, e duas cidades: Joaquim Felício no centro do estado e Felício dos Santos, acima de Diamantina.

Relembrando os 300 anos de fundação da cidade do Serro, recentemente comemorada, com a homenagem aos dois valorosos serranos: Teófilo Ottoni e Joaquim Felício dos Santos – duas vozes libertárias na política e no jornalismo mineiro..



HÁ 226 ANOS, ERA ASSASSINADO CLÁUDIO MANOEL DA COSTA, POETA E INCONFIDENTE

*Roque José de Oliveira Camêllo**

No século XVIII, instalaram-se as primeiras vilas mineiras, evento de grande relevância para a história jurídica nacional. Na mais antiga delas, Vila do Carmo, hoje cidade de Mariana, nasceu o advogado Cláudio Manoel da Costa, em 5 de junho de 1729. É patrono da Cadeira nº 10 da Academia Mineira de Letras, cujo primeiro ocupante foi Brant Horta e, hoje, Fábio Proença Doyle. Seu nome titula também cadeiras no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, na Academia Marianense de Letras e na Arcádia de Minas Gerais.

Minas Gerais, o estado que não teve infância, se apresentou no calendário nacional quase dois séculos após o descobrimento do Brasil. Esta porção territorial veio se mapear adulta a partir das forças e sonhos advindos de terras paulistas, baianas e de outras plagas. Antes, havia apenas o país do Oceano Atlântico. Muitas léguas distanciavam aquelas montanhas e vales das águas salgadas singradas pelos portugueses até que, quase ao findar do século 17, a notícia da existência de metais preciosos arrastasse, em sua direção, o eixo econômico vigente no litoral.

Como é comum em situações semelhantes, fluxos migratórios, numa escala impensável e em brevíssimo tempo, ocuparam o território, na atualidade o Quadrilátero Ferrífero. Assim, o êxito que se lastreara na economia açucareira, do pau-brasil e de outros produtos, tomou outro rumo e provocou o fenômeno social e econômico mais típico e importante do período colonial. Culturas heterogêneas se acomodaram com os embates de grupos étnicos acentuadamente diversos. Formou-se um universo social de natureza complexa e pluralista que se movimentava numa direção surpreendentemente nativista e democrática. Havia algo imponderável permeando aquela composição humana, capaz de nutrir em todos o que é intrínseco ao indivíduo: o desejo de ser livre.

Se, por um lado, o coletivo gera conflitos, por outro produz interesses comuns, não importando o agente catalisador. Um Brasil que ainda não modelara

* Advogado, professor, membro efetivo do IHGMG. É presidente da Academia Marianense de Letras e diretor executivo da Fundação Cultural e Educacional da Arquidiocese de Mariana. Preside a Comissão de Defesa do Patrimônio Histórico da OAB/MG. roque.camello@gmail.com

seu rosto, passaria a fazê-lo a partir das montanhas, vales e rios onde se esconderam, por milhões de anos, o ouro e outras preciosidades universalmente cobiçadas. O passar do tempo provaria esta verdade. Germinava, ali, a semente da liberdade a se transformar na árvore coletiva da independência. É fato que as pessoas, pela força necessária da reciprocidade ou por osmose humana, física e espiritual, constroem desideratos comuns.

Esta visão preliminar nos abre a cortina de um tempo em que o direito da força se sobrepõe à força do direito. As Minas, em suas primeiras décadas, eram um palco da coragem e da volúpia. Os bandeirantes, sedentos do ouro, não se mostravam, em geral, afeitos ao trabalho das minas e das jazidas a que tinham direito explicitado na Carta Régia de 18 de março de 1694. Em grande parte abandonadas, vinham sendo apropriadas por forasteiros, apelidados de emboabas, que dispunham de africanos já experientes em mineração. Formou-se, assim, outro contingente enriquecido pelo ouro que, cada vez mais, ocupava o espaço dos legítimos titulares, os bandeirantes.

Como a força se sobrepunha à titularidade jurídica, deu-se a “Guerra dos Emboabas”, sendo estes vencedores. No caso, o agente catalisador era a contraposição ao acúmulo de funções do Provedor e Administrador das Minas, Borba Gato, exercendo este um poder despótico, extorquindo e humilhando. Por isso se levantaram os indesejáveis, ditos forasteiros, sob a liderança de Manoel Nunes Viana, e tomaram o poder. Embora não contrário à Coroa, nascia um governo bafejado de legitimidade porque oriundo da base popular.

Esses episódios sacramentam, na primeira década do século 18, em Minas, o conceito que Hegel, tempos após, consagraria como “o progresso da consciência da liberdade”. A primeira Guerra Civil das Américas, finda em 1709, inaugura o sentido coletivo de independência. Foi um ano marcante para a História porque se manifestou, pela vez primeira, um traço da identidade nacional.

Ante a nova realidade, Lisboa vislumbra uma solução para atender aos seus interesses e trazer a paz para o território. Designou para a árdua missão Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho. Tornou-se ele o novo Governador da Capitania de São Paulo e Minas do Ouro com a obrigação de se fixar no arraial do Ribeirão do Carmo. Cumprida a tarefa, a imediata decisão do Governador foi instituir, em 1711, as vilas, sendo a primeira a Leal Vila de N. Senhora do Carmo, declarada capital da Capitania. A terra de ninguém e dos conflitos passou a ter um governo metropolitano, reconhecido pelo povo que se fazia representar pelos “homens bons”, os vereadores eleitos em 4 de julho do mesmo ano. Num país vocacionado para a democracia, que, não obstante, já experimentou, até recentemente, momentos lúgubres e tenebrosos, aquela urna, que recolheu os votos da primeira eleição, peça ainda existente em um dos museus de Mariana, é, sem dúvida, um sacrário de exemplo, merecedor de todas as vênias. É a pia batismal da democracia.

Menos de duas décadas após a instalação das Vilas, nasce em Mariana, no sítio da Vargem do Itacolomi, o futuro advogado Cláudio Manoel da Costa. Vindo ao mundo, não conhecera “a terra de ninguém” porque já se vivia sob a égide da lei e da representação política. No entanto, o episódio da Guerra dos Emboabas o marcaria por tê-lo vivido sua mãe Tereza, nascida e residente no arraial de Guarapiranga, atual Piranga, centro dos bandeirantes que fora alvo de ataque dos forasteiros. O pai João Gonçalves da Costa, português e, portanto, emboaba, se fixou no sítio da Vargem no território da Vila do Carmo que, junto da vizinha Vila Rica, se constituía no mais significativo e importante centro urbano e aurífero da Capitania. Por suas terras, passava o Rio Gualaxo do Sul, rico em ouro. Embora de família modesta em Portugal, consegue amealhar um razoável patrimônio, suficiente para dar aos filhos certo grau de instrução, inclusive mantendo-os em Coimbra, oportunidade de que Cláudio usufruiu.

Após preparar-se no Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro, foi admitido, em 1º de outubro de 1749, na Universidade de Coimbra, cursando Cânones, pois pensava em ordenar-se sacerdote, desejo não realizado. Voltando a Minas, em 1754 é nomeado almotacé junto à Câmara de Mariana. Sua carreira pública prossegue, em 1758, com a posse como terceiro vereador da Câmara de Vila Rica, época em que o Senado lhe incumbe confeccionar a carta topográfica da Vila. Cláudio Manoel não se casou formalmente, mas manteve, desde 1759, uma relação permanente com Francisca Arcângela de Souza com a qual teve cinco filhos.

Foi procurador da Coroa e da Fazenda no governo de José Antônio Freire de Andrade, em 1760, além de ter sido secretário de Minas neste e no governo de Gomes Freire. Exerceu a função de juiz ordinário na Câmara de Vila Rica em 1762, juiz mais moço (1781) e juiz mais velho (1786). Sua vida é um rosário de títulos e funções públicas de alta relevância, chegando a juiz das demarcações de sesmarias. O rei lhe concedeu pátria comum e o Hábito de Cristo, premiando-o pelos relevantes serviços prestados ao Reino.

Era, de fato, um cidadão respeitado na Capitania e fora, sendo sua capacidade reverenciada por todos, como escreveu o provedor da Fazenda em 1766, João Caetano Soares Barreto, não só na literatura, mas também nos estudos de direito. “Creio, afirma o provedor, que nesta capitania não há quem o exceda”. Como advogado, registra a historiadora Laura de Mello e Souza reproduzindo o citado provedor, “só aceitava causas justas, consoantes às leis do Reino, rejeitando todas as que só se poderiam defender com sutileza e artimanhas”. Cláudio foi um dos profissionais do Direito mais requisitados, nas Câmaras de Mariana e Vila Rica, havendo, ainda hoje, registro de sua atuação em dezenas de processos. Sua formação jesuítica e escolástica é patenteada no elenco de livros de sua biblioteca, uma das três maiores existentes, à época, em Mariana e Vila Rica. Sua geração de bacharéis é anterior à Lei da Boa Razão, de 1769. Não obstante, segundo a citada Laura de Mello, “sua invocação do costume remete ao uso que a Lei da

Boa Razão fazia do direito natural quando alegava que, na falta de lei específica, a razão natural servia de direito subsidiário.”

Cláudio foi um realizador, tal como se aplica atualmente o termo empreendedorismo na economia. Dividindo-se entre o intelectual da Literatura e do Direito e homem de governo, soube consolidar essas múltiplas atividades e ampliar, em larga escala, o patrimônio oriundo do pai. A década de 1760 foi-lhe afortunada, tanto que pôde recolher, em 1764, à Real Casa de Fundição 40\$000 réis em barras de ouro. Antes, para instruir seu pedido do Hábito de Cristo, havia levado à Casa de Fundição 120 quilos de ouro para demonstrar seu nivelamento aos defensores do Reino, condição *sinequanon* para obter o título.

Além de ter sido procurador da Ordem Terceira de São Francisco, advogava para os contratadores. Tais funções lhe rendiam ótimos honorários. Com tanta renda, proveniente de sua profissão e da atividade mineradora, tornou-se credor de extraordinária clientela de cujo rol fazia parte o Visconde de Barbacena conforme afirmou, em palestra recente na Academia Mineira de Letras, o Cônsul Geral de Portugal em Minas Gerais Dr. André de Mello Bandeira. Barbacena governou Minas ao tempo da Inconfidência.

Feitas essas considerações desde a descoberta, a instalação das primeiras vilas, o estabelecimento do estado de direito, o nascimento e a vida de Cláudio Manoel, é de se perguntar onde se incluirá o tema do seu assassinato. Figura respeitada e reverenciada no século 18, natural seria fosse procurado para integrar o grupo discordante dos métodos abusivos na cobrança dos tributos, em um momento em que as minas se esgotavam visivelmente. Todavia, a questão não se restringia à tributação. Nos anos 70 e 80 do século 18, formava-se uma elite cultural na região aurífera com aqueles egressos do Seminário de Mariana, criado, em 1750, pelo primeiro Bispo Dom Frei Manoel da Cruz, e com diversos jovens mandados por suas famílias a estudarem na Europa, principalmente em Coimbra, Lisboa, Bordeaux, Montpellier, Edimburgo. Portavam ideias novas e muitas informações sobre a realidade política que, a passos largos, ia-se desenhando no Velho Continente e na América do Norte. Intelectual, Cláudio se sentia feliz em ter em sua companhia jovens bacharéis como Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga. Ajuntaram-se ao grupo o Cônego da Sé de Mariana Luís Vieira da Silva, o padre Carlos Correia de Toledo, os doutores José Pereira Ribeiro e Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e o intendente do ouro Francisco Gregório Pires Bandeira, e muitos outros. Mais tarde e já às portas da Conjuração, figuram nomes tidos como importantes no movimento como José Álvares Maciel e José Joaquim da Maia do qual se registra o episódio do encontro com o embaixador norte-americano Thomas Jefferson. Este representava seu país junto à França e a ele Maia, recorrera para apoio ao projeto da independência brasileira. O certo é que, embora nem todos citados, este contingente estava inoculado do desejo de uma pátria livre. Eram pessoas que liam Voltaire, Montesquieu, Raynal

e já conheciam as novas leis vigentes nos Estados Unidos, uma vez libertos da Grã-Bretanha.

Assim, havia outros ingredientes motivadores da sedição, não apenas o tributário. O presente texto não tem por pauta a Inconfidência Mineira, matéria por demais conhecida e lavrada em compêndios, teses e artigos ao longo de mais de dois séculos. Fracassado o movimento, foram presos os conjurados. Um morreu antes de ser sentenciado, com evidências irrefutáveis de assassinato: o mais velho e ilustrado de todos, Cláudio Manoel da Costa. Porque conveniente, a História oficial deu-lhe o fim por suicídio, algo incoerente com a verdade dos fatos, hoje fruto de muitos e aprofundados estudos. Dentre tantos historiadores, severos pesquisadores como Tarquínio José Barbosa de Oliveira e Ivo Porto de Menezes, vê-se uma convergência pelo assassinato. Começa-se pelo desmerecimento ao que Cláudio Manoel depôs, tão logo preso em 25 de junho de 1789. O desembargador Coelho Torres, magistrado coordenador da devassa no Rio de Janeiro, que, contrariando o desejo do Visconde de Barbacena, foi enviado a Vila Rica, deixou expresso que os depoimentos de Cláudio Manoel ficaram ilegítimos pela ausência de tabelião ou testemunhas na forma da lei e de juramento. Percebe-se, no contexto, existir acentuada disputa entre o vice-rei e o governador Barbacena pelos rumos das devassas, havendo, segundo Laura de Mello e Souza, “interesses importantes em jogo, sendo melhor que o poeta linguarudo se calasse de vez”. Há indagações que se respondem por si próprias. Por que o aprisionaram em Vila Rica e não o conduziram para o Rio de Janeiro como os demais? Barbacena o queria por perto para controlar-lhe a fala perigosa quanto a seu governo e à sua simpatia pelo movimento?

A história oral, na região, passando de geração a geração, em matéria a merecer maior aprofundamento, dá conta de que, logo após a prisão de Cláudio, seu sítio do Fundão na Vargem foi invadido, os filhos, genro e escravos mortos e sepultados sob o assoalho, e furtados todos os bens com destaque para suas barras de ouro. Já no século XX, ao ser demolida a velha casa, foram encontrados sete esqueletos humanos sob o dito assoalho.

Teria sido apenas um assalto ou algo sob encomenda de algum interessado? Sem proferir algum julgamento, não se pode desprezar que Barbacena é o mesmo que Cláudio tinha no rol de seus devedores e que interceptara uma valiosa peça, um cacho de bananas em ouro maciço, enviado por Hipólita Jacinta Teixeira de Mello a D. Maria I, pedindo clemência a favor de si e de seu marido, o inconfidente Francisco Antônio de Oliveira Lopes.

Porto de Menezes, analisando os termos da perícia feita no cadáver de Cláudio Manoel, destrói a possibilidade de suicídio com algumas arguições. “Aguentariam as ligas de meia o peso do corpo de um sexagenário? Ficaria o joelho “firme” após sua morte? Como os peritos fizeram constar que “a morte do referido Doutor Cláudio Manoel da Costa só foi procedida daquele mesmo laço

e sufocação enforcando-se voluntariamente por suas mãos”, Porto de Menezes pergunta por que a palavra *só*? Haveria então outra hipótese que não o suicídio? Poderia alguém enforcar-se sem ser “voluntariamente por suas mãos”? Além do mais, o cubículo sob a escada em que ficara preso, não tem altura suficiente para alguém de estatura sabidamente alta fazer o corpo pender em enforcamento.

O historiador Porto de Menezes liquidou qualquer dúvida, deixando clara a tese do assassinato quando compulsou o livro de assentos dos Irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas, aberto em 1741, na Matriz de Nossa Senhora do Pilar. Às fls. 23, consta a inscrição de Cláudio na Irmandade e, à margem do assentamento, “sufragado com 30 Missas e pago tudo a fazenda real ao Tesoureiro Faustino Vieira de Souza”. Já no livro da Irmandade de Santo Antônio, aberto em 1765, à fl. 83, verso, constam também os sufrágios por sua alma. Alguns acadêmicos e eu, em reuniões na Academia Marianense de Letras, ouvimos de Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana, que o Inconfidente marianense, o único nascido na região, fora assassinado. Tais fatos nenhum *valor probandi* teriam não fosse o que se segue.

Ao suicida eram negados os sufrágios bem como a sepultura eclesiástica. Nisto, a Igreja Católica Apostólica Romana era rígida desde o Concilium Bracarense, em 553, o que veio a ser confirmado em 1.140 com o Decretum Gratiani e, muito depois, no Concílio Geral de Florença. À época da morte de Cláudio Manoel da Costa ainda estavam em vigor esses dispositivos, embora anteriores ao Código do Direito Canônico, o que é confirmado pelo canonista, sacerdote e advogado José de Assis Carvalho, segundo o próprio Porto de Menezes. Por sua vez, outro canonista, o então arcebispo de Mariana, Dom Oscar de Oliveira, em palestra na Academia Marianense de Letras, em 14 de julho de 1978, por ocasião da posse do Dr. Tarquínio José Barbosa de Oliveira, defendeu a tese do assassinato de Cláudio Manoel, baseando-se no registro dos sufrágios nos livros das duas Irmandades de Vila Rica.

A celebração dos sufrágios é a prova incontestada de que Cláudio Manoel da Costa foi assassinado. Além do mais, há o reconhecimento oficial pelo poder civil quando se vê documentado que a Fazenda Real arcou com as despesas dos ditos sufrágios. Por que então manter sombreada esta verdade? É oportuno, aliás, um dever de todos os brasileiros e, em especial, dos profissionais do Direito, levantarmos esta cortina rota deixando que a luz da História brilhe sobre a memória de quem foi instrumento da Justiça e ícone da Literatura Brasileira.



PAMPULHA PARA A HUMANIDADE, UM NOVO PARADIGMA DA HISTÓRIA MINEIRA

Mauro Werkema*

Nos seus poucos mais de 300 anos de história atuante, Minas Gerais apresenta um significativo conjunto de pioneirismos, conquistas e contribuições que se tornaram paradigmas na formação da nacionalidade brasileira e que conformam nossa identidade cultural. O conjunto turístico-cultural da Pampulha, com destaque para a obra seminal de Oscar Niemeyer, que agora busca sua inscrição na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco, é um deles. A arquitetura de Niemeyer, inserida na Pampulha, que Juscelino em 1941 imaginou como local para um “complexo de lazer e turismo”, traz elementos de inovação e criatividade inaugurais da arquitetura modernista que será acolhida no Brasil e no exterior. Esta constatação distintiva é que permitiu que a proposta da prefeitura de Belo Horizonte fosse recebida pelo IPHAN e pela UNESCO, para exame e decisão até junho de 2016, em reunião a realizar-se em Istambul, na Turquia. E isto ocorre quando sabemos que a Unesco julga e avalia anualmente dezenas de propostas de sítios e conjuntos históricos, patrimoniais, artísticos e naturais, com renovado rigor analítico. Como exercício histórico, vale a pena relacionar estes marcos a que se inscreve mais um, a Pampulha para a Humanidade.

Será pelo território mineiro, nos anos finais do século XVII, que os portugueses ocuparão as terras interiores do Brasil-Colônia, quase dois séculos após aportarem no litoral. “Civilização carangueja”, porque demorou quase dois séculos para sair da praia, diz o primeiro historiador, frei Vicente Salvador (*História do Brasil*, 1500-1627). É o marco inicial do domínio territorial da Colônia e também a “Minas geratriz”, no dizer de Rosa, significativos na formação brasileira. A épica corrida em busca do ouro e pedras preciosas é capítulo marcante da História do Brasil, muda a política portuguesa para a Colônia, traz a capital da Bahia para o Rio (1763), cria a primeira civilização urbana e, no caldeamento de raças, brancos, negros e índios, na luta pela conquista de território inóspito,

*Jornalista. mauro.werkema@pbh.gov.br

a difícil sobrevivência em meio agreste, surgem as condições para o esplendor artístico e cultural que distinguirá o século XVIII mineiro na História do Brasil. E que criará rede de cidades históricas, exemplares preservados da arquitetura colonial setecentista luso-brasileira, formará mestres como Aleijadinho (Patrono das Artes Plásticas do Brasil), Athayde, Vieira Servas, Xavier de Brito e muitos outros. E dará feição própria ao Barroco Português (arte da Contra reforma) e o rococó, expressos em acervos artísticos integrados em conjuntos urbanos que, como Ouro Preto, Diamantina e Congonhas (conjunto escultórico da Basílica de Bom Jesus do Matosinhos), já estão inscritos pela Unesco como Patrimônios Culturais da Humanidade.

Fruto da resistência à cobrança do quinto do ouro, imposto pelo Conde de Assumar, a Capitania “Minas do Ouro”, criada em 1720, sempre foi irredentista e libertária, traço herdado da irrequieta sociedade surgida na conquista do território pela mineração desordenada. E um marco civilizatório na formação brasileira. Incorporou “os dizeres iluministas” e os “ideais enciclopedistas”, ao gosto da Ilustração, dominante na segunda metade do século XVIII. Germain Bazin, conservador-chefe do Louvre, apaixonado pela arte de Aleijadinho, dirá que “a descoberta das minas enriquece Portugal mas traz o fermento que o levará a perder a Colônia”. O surto cultural setecentista mineiro é fenômeno sociológico singular na História do Brasil. As cidades históricas mineiras sediarão a “terceira onda civilizatória-cultural das Américas”, na expressão da historiadora Janete Leigmann (Universidade da Califórnia), que pesquisou o fenômeno mineiro. A primeira ocorreu, segundo a pesquisadora, na *Península do Yucatan*, no México, pelos astecas, criadores da cidade de Tenochtitlan (1325), destruída e refundada por Hernán Cortés em 1524. A segunda ocorre em Lima, no Peru, e Quito, no Equador, heranças do império inca. Lima, “cidade dos Reis”, fundada por Francisco Pizarro (1534), sediou o vice-reinado espanhol (1543) na América até a Independência. Ambas já inscritas na lista da Unesco como Patrimônios Culturais da Humanidade.

O “iluminismo” mineiro, expresso no ideário dos inconfidentes, é outro marco na História do Brasil. No dia 14 de julho de 1789 os parisienses insurretos tomavam a Bastilha e iniciava-se a Revolução Francesa. Em Minas, menos de um mês antes, na noite de 22 para 23 de junho, em Vila Rica, eram presos os primeiros inconfidentes sob a acusação de conjuração por autonomia perante o governo colonial português e de pregarem a República. A inspiração ideológica dos inconfidentes era a mesma dos franceses, contrários ao absolutismo e favoráveis à ideologia iluminista, que chegara a Minas e alimentava o pensamento conspiratório. Os mineiros demonstravam uma incrível contemporaneidade com o mais avançado pensamento político republicano e anticolonialista. Rouanet (*Razões do Iluminismo, Tempo e História*, 1992) define bem o iluminismo, de origem franco/americana: “Era a batalha da luz contra as trevas”. E, pela razão e

observação da natureza, “queria iluminar o mundo”. Pregava o Direito Natural, a autonomia e a universalidade da razão, a disseminação da educação, a fé na dignidade e perfectibilidade do homem, o anticolonialismo e o antidespotismo, o anticlericalismo e as primeiras ideias sociais. O rude e bronco jugo colonial português enfrentou opiniões rebeldes, que viriam marcar a formação mineira com o traço libertário e irredentista. O conteúdo ideológico dos inconfidentes, muito mais do que os fatos insurrecionais, foi o grande temor dos portugueses, assustados com a Revolução Francesa. Eis um novo paradigma dos mineiros, inscrito na História do Brasil, do qual emerge a figura de Tiradentes, Protomártir da Independência, que ocorrerá 30 anos após seu enforcamento, a 21 de abril de 1792, no Rio. Dom Pedro I, já sob pressão das Cortes Gerais Portuguesas, vem a Minas em 1822 e será na viagem a São Paulo que proclama a Independência. Obteve dos mineiros, da Vila Rica sempre libertária, o apoio para o Grito do Ypiranga, a 7 de setembro. Volta a Minas em 1831, enfraquecido, vem pedir apoio aos mineiros, é mal recebido e reforça sua decisão de abdicar em favor do filho.

A fértil produção literária mineira setecentista, fenômeno que decorre deste “caldo cultural”, é outro marco distintivo da civilização local. Laura de Melo e Souza diz (*Civilização em Minas*) que será em Minas que “pode-se falar que existia, pela primeira vez na América Portuguesa, um verdadeiro sistema cultural”. Varnhagen (*História Geral do Brasil*) diz que o século XVIII na História do Brasil é o século de Minas. Artur Ferreira Reis destaca que “as Minas Gerais iam compor uma área diferente do quadro de vida que os portugueses estavam montando no Brasil. Dela iriam emergir, como força estranha, as expressões telúricas do urbanismo, da arquitetura, da imaginária, da música sacra, das letras arcádicas mas, também, rebeldes”. Fábio Lucas (*Luzes e Trevas*) cita Antônio Torres da “fermentação sociológica” mineira no Século XVIII: em um período de 20 anos, num raio de menos de 20 léguas, nasceram os quatro melhores poetas do Século XVIII – José de Santa Rita Durão (Inficionado, Mariana, 1722), Manoel Inácio da Silva Alvarenga (Vila Rica, 1749), *Cláudio Manoel da Costa* (Mariana, 1729), José Basílio da Gama (Tiradentes, 1741). São do mesmo período e conviveram na mesma região Tomás Antônio Gonzaga, ouvidor de Vila Rica, Inácio José de Alvarenga Peixoto, residente em São João del-Rei, e Francisco de Melo Franco, de Paracatu, também poetas e escritores, todos inconfidentes. E muitos outros em diversos ramos do conhecimento e da criatividade. Há quem veja na produção literária mineira do período modernista uma transcendência do arcadismo, como mostram Drummond e Guimarães Rosa, entre muitos outros.

A partir do Manifesto Republicano de 1870 surgem os clubes republicanos e o movimento de resistência à Monarquia toma vulto e expressão e será no exemplo dos inconfidentes e de Tiradentes, num país de poucos heróis, que seus líderes

buscam inspiração. Nos *Autos da Devassa* da Inconfidência fala-se em República e se condena a monarquia absolutista. Tiradentes, seu exemplo de revolucionário, a conduta pessoal (“não traiu jamais”), seu ideal de liberdade, são lembrados e difundidos. Na campanha republicana ressurgem a história entre trágica e heroica dos inconfidentes: a figura do poeta apaixonado Gonzaga e seu drama pessoal, expresso nas Liras de Marília, como também os versos de Alvarenga Peixoto por Bárbara Heliodora, ambos degredados para a África. E o suicídio/assassinato de Cláudio Manoel, preso na Casa dos Contos, poeta maior da língua portuguesa, autor de Vila Rica e tantos textos. Deste “complexo sentimental” da Inconfidência se alimenta o movimento republicano na busca da adesão sentimental dos brasileiros. A República “faz de Tiradentes um mito”, a que confere os títulos de Mártir da Liberdade e Patrono da Nação Brasileira, simbolizando a vontade da afirmação nacional, com estátua e efígie, entre revolucionário e beato, santificado, vestido como Cristo, a caminho da força e do esquartejamento, resignado, de branco e com a corda no pescoço. Os inconfidentes “entram para a história” e revelam mais um paradigma de Minas na formação da nacionalidade brasileira.

Proclamada a República, em 1889, sob o lema positivista da Ordem e Progresso, os mineiros decidem por construir uma nova capital, inaugurada em 1897. Ouro Preto, a gloriosa Vila Rica, “escondida entre montanhas, histórica, artística e cívica”, no dizer do modernista Mário de Andrade, que a viu pela primeira vez em 1919 e retornou em 1924, não podia suportar o progresso que a República demandava. Fruto da mineração desordenada, com inadequada topografia, geologicamente instável, sem espaço, Ouro Preto não se presta a expansões urbanas. Relicário da nação brasileira, seu destino é a preservação, da sua história, seu patrimônio arquitetônico, seu acervo artístico, a mostrar para a Humanidade a exemplaridade de sua origem e trajetória. A nova capital é ato pioneiro no Brasil, paradigmático, resultante de muitos embates entre os mudancistas e os conservadores, a ponto de a Assembleia Estadual passar a reunir-se em Barbacena, tamanha a hostilidade em Ouro Preto. Nas Américas, apenas dois exemplos: La Plata, na Argentina (1882), e Washington, nos Estados Unidos (1791), também fundadas para serem capitais. O engenheiro Aarão Reis, construtor da nova cidade, traz a formação positivista e da modernidade, que coloca no desenho da cidade, exaltando a liberdade, o sentimento nativista, os valores e símbolos mineiros nas ruas e praças. Eis um novo marco referencial dos mineiros, que Belo Horizonte carrega. Interessante que, de 1955 a 1960, outro mineiro, Juscelino Kubistchek, vai construir Brasília, nova capital do Brasil.

O Movimento Modernista se instala nas discussões culturais e artísticas brasileiras após a Semana de Arte Moderna de 1922 e inspira a criação da política cultural brasileira. E Minas, o século XVIII mineiro, será o paradigma nos conceitos e ações de tombamento, proteção e conservação do patrimônio cultural. Getúlio Vargas, por inspiração do mineiro Gustavo Capanema, ministro da

Educação e Saúde (1934), tendo Carlos Drummond de Andrade como seu chefe de gabinete, criará em 1937 o IPHAN, entregue a outro mineiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade, que reúne no órgão vários mineiros, historiadores, arquitetos, engenheiros, pesquisadores. Mário de Andrade, autor do parecer de que origina o ainda vigente Decreto-Lei 25 e estabelece as bases da política de proteção ao patrimônio cultural brasileiro, realizara em 1924 a famosa viagem da “Caravana dos Modernistas” às cidades históricas mineiras. Publica em 1920, na *Revista do Brasil*, o ensaio “Arte religiosa no Brasil em Minas Gerais”. Em 1928, escreverá sobre Aleijadinho e sua obra, dando-lhe dimensão artística excepcional e realizando a grande difusão do seu nome.

O pensamento modernista identifica em Minas uma “autonomia cultural”, nas Artes Plásticas, na arquitetura, no conjunto da “arte barroca mineira”, um excepcional surto de criatividade dos mestres e artesãos, sob influência do espírito de época e os meios e condições materiais regionais. E proclama ter encontrado manifestação e fundamentos de uma autêntica identidade cultural brasileira, fora dos cânones importados da cultura europeia, objetivo ideológico básico do pensamento modernista. Desperta-se a consciência preservacionista brasileira com relação ao seu patrimônio histórico e artístico. O IPHAN realiza intensas pesquisas e estudos em todo o Brasil, mas será em Minas, especialmente Ouro Preto, que fundamentará critérios e soluções para intervenções preservacionistas e de restauração, nos elementos artísticos e estruturais. Descobre-se o imenso acervo artístico e patrimonial mineiro, no esplendor artístico do barroco e do rococó, revelam-se artistas, artesãos, em surto de excepcional criatividade em todos os ramos. Serro, Mariana, Ouro Preto, Tiradentes, Diamantina, Congonhas e São João del-Rei são as primeiras cidades a serem tombadas.

Em 1934, o jovem arquiteto Oscar Niemeyer, sob a direção de Lúcio Costa e orientação de Le Corbusier, construiu no Rio a sede do Ministério da Educação e Saúde. Convidado por Juscelino e por indicação de Rodrigo Melo Franco de Andrade, vem a Belo Horizonte e visita a Pampulha. Ouvindo de Juscelino sua intenção de implantar “um complexo de lazer e turismo”. E imagina construir um cassino, clube, restaurante, igreja e hotel. Niemeyer dirá (*As curvas do tempo*, 1998) que “a Pampulha foi o começo de minha vida de arquiteto”. E via na Pampulha a “oportunidade de contestar a monotonia que cercava a arquitetura contemporânea, a onda de um funcionalismo mal compreendido que a castrava, dos dogmas de forma e função que surgiam, contrariando a liberdade plástica que o concreto armado permitia”. Niemeyer faz “incessantes experimentações” com o concreto, com a abertura de grandes vãos, preenchidos com o vidro transparente, sustentado por esquadrias metálicas, com o uso da curva que sugere o movimento articulado nas massas edificadas: “A curva, livre e sensual que a nova técnica sugeria e as velhas igrejas barrocas lembravam”.

Na Pampulha, “o arquiteto alia as inovações técnicas às inovações formais, expressando a plasticidade do concreto armado” (Lauro Cavalcanti, 2016). Na Igrejinha, no Cassino hoje Museu, na Casa do Baile, no desenho original do barco do Iate Clube, na Casa de JK e outras edificações, no desenho do hotel não construído, vários elementos construtivos desenharam a arquitetura moderna, a arquitetura escultórica, pilotis, os vãos livres e o uso do vidro transparente, estruturas em balanço que o concreto permite, a curva preferencial e a articulação com o entorno, com o paisagismo, de que a Pampulha é exemplo marcante pela integração das projeções arquitetônicas com o espelho d’água. Um excepcional conjunto de artistas, a convite de Niemeyer, qualifica e eleva a Pampulha como sítio excepcional pela reunião de intervenções e obras modernistas, além do patrimônio edificado: Portinari faz, na Igrejinha, os azulejos externos, o mural do altar, os 14 quadros da Via-Sacra e os grandes painéis externos sobre os azulejos. Burle Max desenha os jardins. Ceschiatti faz o baixo-relevo do batistério, em bronze fundido sobre a alvenaria. Paulo Werneck, os mosaicos e painéis das paredes externas da nave. No Museu, José Pedrosa e August Zamoyski criaram as obras do jardim.

Já na década de 40, a Pampulha foi um marco na fixação de um traço de modernidade na jovem capital mineira. Nos nossos dias, torna-se elemento marcante a reforçar uma nova identidade, de cidade que se renova, sobretudo se incluída na lista da Unesco. É o paradigma de uma Belo Horizonte que se transforma, cidade da “Economia Criativa”, centro de serviços, de eventos de cultura e turismo, capaz de exaltar um novo sentimento de amorização e pertencimento do belo-horizontino, ainda alcançado pelo retraimento das gerações de 30 e 40 do século passado, escritores, artistas, jornalistas, da cidade provinciana, de ruas largas e vazias, sem vida social, obrigados a emigrar para o Rio e São Paulo em busca de expressão e espaço. “Minas exportava minérios e mineiros”. Juscelino, futurista e ousado, Niemeyer, inovador, e tantos outros artistas, compõem um singular acervo urbanístico, cercado de simbolismos. O movimento modernista, como se vê na literatura de Drummond, Cyro dos Anjos e Nava, que estiveram perdidos na ambivalência entre a racionalidade modernista e o sentimento de perda de raízes e de identidade. Tinham a “nostalgia da velha Minas”, das cidades históricas, da província. Eram “modernos nostálgicos” (*A Belo Horizonte dos modernistas*, Luciana Andrade/2004). Falavam em “cidade interior”. Viam a nova capital como uma necessidade da modernidade, mas sentiam a falta de passado, de histórica, sem ter o que evocar, a não ser o mundo interiorano da infância e adolescência. “Tristes e pessimistas estes modernistas mineiros”, que acabaram desterrados mas sem tirar Minas da alma. “Espírito de Minas me visita. Conserva em Minas ao menos a metade do que fui de nascença e a vida esgarçada” (Drummond, “Espírito de Minas”).

Se, na década de 40, com Juscelino e Niemeyer, a Pampulha foi marco do modernismo da nova capital, agora, em 2015, é fator de amorização à cidade, reforçando, em meio às transformações de hoje, um novo sentimento de encontro da cidade e seus habitantes, sem a dubiedade do pensamento dos modernistas e agora em direção a uma nova impregnação afetiva, de elevação dos sentimentos de pertencimento. A Pampulha, como complexo turístico e cultural, preservada e equipada para os novos tempos e para uma fruição internacional, será o marco deste novo tempo. Eis o novo paradigma para a contemporaneidade.



EM LOUVOR A NÉLIDA*

*Eugênio Ferraz***

Preliminarmente, cabe aqui registrar que este evento, nesta nova formatação, que já se inicia revestido do merecido sucesso, somente foi possível graças aos apoios e articulações havidas entre o prefeito José Neto e o nosso caro amigo, Dr. Rogério Tavares, jornalista de escol, que integra o Conselho da ABI em Minas Gerais, e é membro, nosso colega, no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais onde tem atuação marcante no resgate da memória histórica mineira e nacional. Graças a ele, nosso Comendador Rogério Tavares, a Comenda Ambiental recebe anualmente importante apoio logístico e de divulgação Brasil afora.

O caro amigo Olavo Romano, envia a todos, em especial a Nélida Pinõn, seu abraço fraterno, uma vez que não conseguiu alterar compromissos para aqui estar presente

Hoje é um dia muito especial para São Lourenço. Há alguns anos, por força do apoio e visão de futuro do prefeito José Sacido Barcia Neto e dos ilustres vereadores, legítimos representantes da sociedade local, foram criados, respectivamente, a homenagem a um são-lourenciano ausente e a Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço, idealizada pela minha querida Ivanise Junqueira.

O primeiro evento, bem mais íntimo, anualmente congrega familiares de um personagem destacado como pessoa que honra a cidade, por ela trabalhando e divulgando-a no estado, país e mesmo mundo afora.

A formatação deste ano, homenageando o nosso caro amigo de infância, o Dr. Carlos Cosenza Arruda, marca o início de uma nova cerimônia, expandida, mais solene, mais bem divulgada. Além disso, conjuga, a partir de agora, em uma escolha pela municipalidade em conjunto com a chancelaria, a entrega da Comenda Ambiental Estância Hidromineral de São Lourenço a uma personalidade de destaque nacional, que tenha relação com nossa cidade, e que, justificadamente, não pôde receber a honraria, na época apropriada, em março.

* Discurso pronunciado em São Lourenço, em agosto de 2015.

** Diretor-geral da Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. eugenio.ferraz@iof.mg.gov.br

Neste ano, a oportuníssima escolha foi de Nélida Pinõn, a grande escritora e imortal, que mantém estreitos laços com São Lourenço desde sua infância.

Esta introdução entendemos necessária para justificar o novo evento, contextualizando os objetivos e os ilustres homenageados.

Dr. Carlos Cosenza Arruda, o são-lourenciano ausente, hoje homenageado, é daqueles amigos dos quais quanto mais a distância nos deixa longe, mais deles nos aproxima.

As voltas da vida propiciam e fazem reencontros.

Há anos, encontramos-nos em Belo Horizonte, Carlos Cosenza como Delegado do Ministério do Trabalho e eu então Superintendente do Ministério da Fazenda, ambos representando em Minas as projeções estaduais de dois dos mais importantes órgãos federais do país. Um cuidando das pessoas trabalhadoras e outro da organização fazendária em prol da sociedade.

Agora, profissionalmente, e coincidentemente, atuamos de modo direto no governo de Minas Gerais, na direção jurídica da COHAB-Minas e na Direção-Geral da Imprensa Oficial de Minas Gerais.

Você, Carlos, que ao longo de sua trajetória de trabalho, ocupou tantos cargos e funções, neste momento é homenageado de maneira simples, simpática, afetuosa e generosa em sua terra natal, em nossa terra querida, esta São Lourenço tão destacada e cantada em verso e prosa que enaltece sempre sua principal riqueza, nossas especiais e singulares águas, o bem maior da humanidade e que a todos nós cabe defender, preservar e conservar.

Compromisso que a todos nós é dado exigir de cada um, em especial dos reconhecidos pela municipalidade, no sentido de que tenhamos todos, sempre e incondicionalmente, o dever de exaltar e defender nossa terra.

É isto, caro Carlos, o que lhe é pedido aqui, nesta quase prosa informal e à frente da acadêmica e imortal Nélida Pinõn.

Nélida Pinõn não foi por acaso a primeira mulher a presidir a centenária Academia Brasileira de Letras, a casa de Machado de Assis. Ela é a personificação do pioneirismo, do pensamento independente, do verso livre e da ação. De forma transparente e competente, presidiu a Academia Brasileira de Letras exatamente no ano de seu centenário, sendo a responsável pela organização das celebrações e comemorações daquele sodalício que se espalharam Brasil afora e ganharam o mundo, a exemplo de sua obra.

Vale lembrar que sua formação em jornalismo se deu em um tempo em que as mulheres brasileiras tinham atuação mínima na área. Foi por aí, pelos caminhos das letras e das primeiras publicações nos canais universitários, que as linhas do destino se abriram ao seu talento, chegando à sua primeira publicação em prosa – contos – que tanta curiosidade despertou.

Como bem frisou várias vezes, a imortal, nascida e criada em Vila Isabel, no Rio de Janeiro, sentia o cheiro das ruas e tinha o coração do mundo, com ex-

periências vividas na Europa, e em especial na Galízia, na mais tenra idade, tal e qual suas referências a São Lourenço.

Imagino que a sua infância tenha sido mesmo um conto, que sua inteligência e sensibilidade souberam traduzir em sentimentos e palavras para sua obra, o que nos tem fascinado há tantos e tantos anos, dentro e fora do Brasil. Sua literatura fala ao coração das pessoas, por isso é lida e traduzida em várias línguas do planeta.

Estamos aqui para recebê-la, caríssima Nélida Piñon, para saudá-la, e para revivermos a São Lourenço dos aquáticos, depois veranistas, e agora turistas, que foi palco de suas viagens, em tão inspirados textos sobre esta terra de magnesianas, fluoretadas, gasosas, sulfurosas e milagrosas águas guardadas em suas minas pelas montanhas do sul destas Gerais.

É com esse calor sul-mineiro, são-lourenciano, que a recebemos nesta tarde, quase início de noite que ficará guardado em nossos corações como as suas mais belas histórias, fazendo nossas vidas mais inspiradas e suaves, com um doce e novo sabor de poesia.

Seja, mais uma vez, bem-vinda entre nós, como sempre foi e será.

Finalizando, ressalto que ficamos extremamente felizes com a confirmação da próxima instalação do Instituto Histórico e Geográfico de São Lourenço. E quando se fala em direito e literatura, por que não ousar mais e pensarmos também na Academia de Letras de São Lourenço? Fica mais este desafio.



ADVOGADO É DOUTOR

*Petrônio Braz**

Desde a mais tenra infância, e muito antes da instituição dos cursos de pós-graduação, eu sabia que os advogados recebiam o tratamento respeitoso de “doutores”. Em defesa desse direito, Denis Clebson da Cruz transcreve o argumento apresentado pelo jurista Júlio Cardella, publicado na *Tribuna do Advogado* de outubro de 1986:5.

Honraria legítima e originária dos Advogados ou Juristas, e não de qualquer outra profissão. Os próprios Juízes, uns duzentos anos mais tarde, protestaram (eles também recebiam o título de Doutor tanto das Faculdades Jurídicas como das de Teologia) contra os médicos que na época se apoderavam do título, reservado aos homens que preservam as ciências do espírito, à frente das quais cintila a do Direito! Não é sem razão que a Bíblia – livro de Sabedoria – se refere aos DOUTORES DA LEI, referindo-se aos jurisconsultos que interpretavam a Lei de Moisés, e PHYSICUS aos curandeiros e médicos, antes de usucapido o nosso título!

Denis Clebson da Cruz esclarece, sem necessidade de outros argumentos:

Antes de tudo, cumpre anotar que, atualmente, o título de Doutor é conferido pelas universidades aos estudiosos que, após concluírem curso de graduação, ingressam em curso de pós-graduação (doutorado) e, mediante defesa de uma tese, adquirem o título em questão, passando ou não pelo mestrado ou outro curso de especialização. Academicamente falando, esta é a forma de se conseguir o título de “Doutor”. Sendo essa honraria autêntica, por tradição, dos Advogados e Juristas, entendemos que a mesma só poderia ser estendida aos diplomados por Escola Superior, após a defesa da tese doutoral. Agora, o bacharel em Direito, que efetivamente milita e exerce a profissão de Advogado, por direito lhe é atribuída a qualidade de Doutor.

E Denis Clebson da Cruz prossegue:

* Jurisconsulto. Ex-prefeito e ex-presidente da Câmara Municipal de São Francisco (MG). petroniobraz25@gmail.com

Ocorre que, em se tratando de advogado, ainda está em vigência a LEI DO IMPÉRIO DE 11 DE AGOSTO DE 1827, que cria dois cursos de Ciências Jurídicas e Sociais, introduz regulamento, estatuto para o curso jurídico, e em seu artigo 9º dispõe sobre o Título (grau) de doutor para o Advogado. Eis o texto: “Art.9.º – Os que frequentarem os cinco anos de qualquer dos Cursos, com aprovação, conseguirão o grau de Bachareis formados. Haverá também o grau de Doutor, que será conferido àquelles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos Estatutos, que devem formar-se, e só os que o obtiverem, poderão ser escolhidos para Lentes.

Interpretando a lei, verifica-se que o título de Doutor é destinado ao bacharel em direito que se habilitar ao exercício da advocacia conforme os requisitos exigidos.

Assim, o título de Doutor é direito dos habilitados ao exercício da advocacia, hoje, aos bacharéis em Ciências Jurídicas que obtiveram aprovação nos Exames de Ordem promovidos pela Ordem dos Advogados do Brasil. Haverá também o grau de Doutor, que será conferido àqueles que se habilitarem com os requisitos que se especificarem nos Estatutos.

O Estatuto da OAB determina que o bacharel em direito somente pode ser considerado advogado após a sua aprovação em Exame de Ordem, pelo que se conclui que o advogado habilitado pela OAB para o exercício da profissão é “Doutor”.

Denis Clebson da Cruz complementa:

“Porém, não fiquei muito à vontade em justificar o título de Doutor de minha classe profissional unicamente por uma lei sancionada em 1827. Aprofundei, então, o estudo sobre o tema e descobri que não se trata de uma mera questão de lei, mas de tradição. E referida tradição não é da história contemporânea ou exclusiva de nosso país, mas tem seu nascedouro em tempos antigos. Antes de tudo, cumpre esclarecer que a tradição é também fonte legítima de Direito. Segundo a História, somente se outorgou pela primeira vez o título aos filósofos, chamados de “doctores sapientiae”. Os que promoviam conferências públicas sobre temas filosóficos também eram chamados doutores. Aos advogados e juristas era atribuído “jus respondendi”, ou seja, o direito de responder. Pelas Universidades o título foi outorgado pela primeira vez a um advogado, que passou a ostentar o título de “doctor legum”, em Bolonha. Existia também o título denominado “doctores es loix”, que só era conferido àqueles versados na ciência do Direito. Depois disso, a Universidade de Paris passou a conceder a honraria somente aos diplomados em Direito, chamando-os de “doctores canonum et decretalium”. Após a fusão do Direito com o Direito Canônico, os diplomados eram chamados de “doctores utriusque juris”.

O uso do “doutor” pelo advogado nos veio de Portugal e segue legítimo e referendado na lei e na tradição. Por um alvará régio D. Maria de Portugal, outor-

gou o título de “doutor” aos advogados, referendado por decreto imperial de Dom Pedro I, de 1827 (não revogado expressamente) quando da criação dos primeiros cursos de Ciências Jurídicas e Sociais no Brasil.

Em relação a este papel orientador da tradição e dos costumes como fontes interpretativas do Direito, cabe remissão ao art. 4º do Decreto-Lei de nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que, conforme a redação dada pela Lei de nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010, à sua ementa, institui a “Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro”.

Denis Clebson da Cruz conclui:

Demais disso, se para ser Doutor há a necessidade de defesa de “tese”, é justamente este o trabalho diário de todo advogado perante os Juízos das Comarcas e Tribunais. Todo operador do Direito tem como tarefa diária a defesa de teses: o Advogado propõe teses para oferecer uma ação, para defender um cliente, para contrariar o conteúdo de uma decisão judicial (recursos), etc. Referidas teses são constantemente avaliadas pelos Juízes e, em alguns casos, apreciadas pelo Ministério Público. Vale lembrar que os Juízes constroem suas teses nas decisões que proferem, decisões estas que são avaliadas e às vezes contrariadas pelos Advogados que interpõem recursos (...) Não apenas pelo Direito, mas pela Tradição, o título de Doutor pertence aos Advogados. Apenas para reflexão, vale anotar que não basta o legítimo direito de sermos chamados de Doutor, mas há a necessidade de que cada Advogado entenda qual o verdadeiro significado de tal título. Mas isto seria um tema para uma outra discussão. Definitivamente, o Advogado é doutor. Advogado e não bacharel em direito.

E por fim, insta-nos remeter ao *Manual de Redação da Presidência da República*, cuja origem está ligada ao Decreto de nº 100.000, de 11 de janeiro de 1991, da lavra do presidente Fernando Collor de Mello, que autorizou a criação de uma Comissão para rever, atualizar, uniformizar e simplificar as normas de redação de atos e comunicações oficiais; sendo, da mesma data, a Portaria de nº 1, da Secretaria-Geral da Presidência da República, que em seu art. 8º veio dizer que:

“Normas específicas de elaboração de atos e comunicações oficiais serão consolidadas em Manual de Redação da Presidência da República a ser preparado por uma Comissão designada para essa finalidade”;

Portaria seguida pela de nº 2, ainda de 11/1/1991, também da Secretaria-Geral da Presidência da República, que nomeou a Comissão encarregada de elaborar a primeira edição do Manual, que foi presidida por Gilmar Mendes (que depois viria a se tornar Ministro-Presidente do STF), e com revisão do professor, gramático e dicionarista Celso Pedro Luft. O trabalho da Comissão foi publicado em um livro de 320 páginas pela Imprensa Nacional no mesmo ano de 1991. Sua segunda edição viria por meio da Portaria de nº 91, de 4 de dezembro de 2002, da lavra do Ministro-Chefe da Casa Civil, Pedro Parente.

O *Manual de Redação da Presidência da República* é uma diretriz, de cunho oficial, que norteia as regras e técnicas da língua portuguesa utilizada na construção da literatura redacional dos atos oficiais e do processo legislativo da presidência da República Federativa do Brasil. Sendo, em suma, verdadeira “Normatização da literatura dos atos oficiais e do processo legislativo”. E dispõe o *Manual*:

Acrescente-se que doutor não é forma de tratamento, e sim título acadêmico. Evite usá-lo indiscriminadamente. Como regra geral, empregue-o apenas em comunicações dirigidas a pessoas que tenham tal grau por terem concluído curso universitário de doutorado. É costume designar por doutor os bacharéis, especialmente os bacharéis em Direito (...) Nos demais casos, o tratamento Senhor confere a desejada formalidade às comunicações.

Para ser juiz não se exige a comprovação de conclusão do curso de “doutorado”, mas todo juiz é “doutor”, assim considerado e respeitado pela tradição, porque é Bacharel em Ciências Jurídicas.

Eis os argumentos a *fortiori ratione* pelos quais o Advogado é Doutor.



AINDA O DIREITO À PRÓPRIA IMAGEM

José Raimundo Gomes da Cruz*

“Rápido percurso da jurisprudência confirma que o direito à imagem é sempre invocado em apoio ou em proteção da tranquilidade ou da dignidade.”

(B. BEIGNIER, *Le Droit de la Personnalité*. Paris : P. U. F., 1992. p. 62)

“As imagens são prova e *show*: atestam a realidade do rumor e nos transformam em audiência da intimidade alheia. Felizmente, há usos mais nobres da imagem no universo noticioso. Sensibilizo-me com os fotojornalistas cuja arte tanto admiro. Embrenham-se em frentes de guerra para nos provar a miséria humana, percorrem o planeta-mundo para nos mostrar a beleza que jamais veremos.” (Debora Diniz. “Depois daquele beijo” – “O gesto maldito não é a ‘traição’, mas as fotos de um espreitador que vive da intimidade alheia”. (*O Estado de S. Paulo*, 16/11/2014)

“A vida particular é aquela esfera de cada existência na qual ninguém pode se intrometer sem ser convidado.” (RIVERO, citado por BEIGNIER, p. 55)

* Procurador de Justiça de São Paulo aposentado. jracruz@uol.com.br

Em artigo sobre “Biografias e Privacidade” (*Revista da Academia Mineira de Letras*, v. LXVIII, pp. 89/97), lembrei o rigor canadense contra qualquer quebra de sigilo sobre doentes internados nos hospitais, ao ponto de haver estrita proibição de ingresso de visitantes com máquinas fotográficas.

Não incluí, fora do âmbito sanitário, outra providência destinada à preservação da imagem de cada qual, ou, segundo o critério de Beignier, da tranquilidade ou da dignidade de todos: os pôsteres espalhados nos postes de Ottawa, divulgando *shows* em cartaz na cidade, quando exibem o artista no palco, incluindo visão dos fregueses em mesas da casa noturna, os rostos destes saem desfocados ou embaçados (*blurred*).

Examinando, em recente ida a Belo Horizonte, exemplar de *Veja BH* 29 de janeiro, 2014, p. 8, percebi o cuidado do periódico em exibir foto de restaurante da Savassi com o rosto da cliente em primeiro plano, sentada a uma das mesas, desfocado, de modo a impedir sua identificação. Quer dizer: de modo a preservar sua tranquilidade ou sua dignidade.

O artigo 20 do atual Código Civil dispõe: “Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade ou se se destinarem a fins comerciais. Parágrafo único. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes.” (Há observações após o *caput* e o § único do dispositivo legal, de que o código anterior era omissivo sobre o assunto).

Não se deve esquecer que a Lei 9.615, de 24/3/98, instituiu “normas gerais sobre desporto” e dava “outras providências”. Por força da Lei n. 10.672, de 15/5/2003, o artigo 28, § 7º daquela prevê: “É vedada a outorga de poderes mediante instrumento procuratório público ou particular relacionados a vínculo desportivo e uso de imagem de atletas profissionais em prazo superior a um ano”.

O artigo 42 daquela traçava os contornos da imagem no setor esportivo: “Art. 42. Às entidades de prática desportiva pertence o direito de negociar, autorizar e proibir a fixação, a transmissão ou retransmissão de imagem de espetáculo ou eventos desportivos de que participem.” O § 1º deste artigo estabelece que, salvo convenção em contrário, vinte por cento do preço total da autorização, como mínimo, serão distribuídos, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo ou evento.

Por força do § 2º do mesmo dispositivo legal, este “não se aplica a flagrantes de espetáculo ou evento desportivo para fins, exclusivamente, jornalísticos ou educativos, cuja duração, no conjunto, não exceda de três por cento do total do tempo previsto para o espetáculo.”

Do conjunto de acórdãos sobre o tema da imagem, enquanto direito da personalidade, sempre se extrairá significativa síntese a seu respeito.

Embora versando caso anterior à vigência do novo Código Civil, houve acórdão do STJ com a seguinte ementa: “Não se pode cometer o delírio de, em nome do direito de privacidade, estabelecer-se uma redoma protetora em torno de uma pessoa para torná-la imune de qualquer veiculação atinente à sua imagem. Se a demandante expõe sua imagem em cenário público, não é ilícita ou indevida sua reprodução pela imprensa, uma vez que a proteção à privacidade encontra limite na própria exposição realizada” ((T. Negrão, J. R. F. Gouvêa, L. G. A. Bondioli e J. F. N. da Fonseca. Código Civil e Legislação Civil em vigor. 30. ed. São Paulo : Saraiva, 2011. nota 1b ao artigo 20 do Cód. Civil).

A síntese de outro caso se mostra mais contundente: “Em se tratando de direito à imagem, a obrigação da reparação decorre do próprio uso indevido do direito personalíssimo, não havendo de cogitar-se da prova da existência de prejuízo ou dano. O dano é a própria utilização indevida da imagem, não sendo necessária a demonstração do prejuízo material ou moral” (T. Negrão *et alii*, ob. cit., nota 1c ao artigo 20 do Cód. Civil. Note-se, aí, a indicação de outro acórdão no mesmo sentido).

O atual Código Civil, no Livro I das Pessoas, Título I das Pessoas Naturais, Capítulo I da Personalidade e da Capacidade, inclui a matéria de que trata este comentário no Capítulo II dos Direitos da Personalidade (artigos 11 a 21). A leitura do artigo 20, referente à divulgação de escritos de alguém, à transmissão da sua palavra, a publicação, a exposição ou a utilização da sua imagem deve ser feita em harmonia com os artigos 11 e 12, do mesmo capítulo (Enunciado 5 do CEJ – Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – cf. Negrão *et alii*, cit., nota n. 2 ao artigo 20 do Cód. Civil).

A Súmula n. 403 do STJ dispõe: “Independente de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.” (T. Negrão *et alii*, cit., nota 3 ao artigo 20 do C. Civil). A mesma nota inclui precedentes de jurisprudência importantes: “O direito à imagem reveste-se de duplo conteúdo: moral, porque direito da personalidade; patrimonial, porque assentado no princípio segundo o qual a ninguém é lícito locupletar-se à custa alheia. Em se tratando de direito à imagem, a obrigação da reparação decorre do próprio uso indevido do direito personalíssimo, não havendo de cogitar-se da prova da existência de prejuízo ou dano, nem a consequência do uso, se ofensivo ou não” (STJ-2ª Seção, ED no REsp 230.268, Min. Sálvio de Figueiredo, j. 11.12.02, três votos vencidos – T. Negrão *et alii*, ob. cit., nota 3 ao artigo 20 do C. Civil).

Outros casos contribuem para a devida conceituação do direito à própria imagem: “Cuidando-se de uso não autorizado de fotografias do autor para fins comerciais ou publicitários, mesmo sendo o fotografado funcionário da primeira

ré, o direito à imagem exsurge como direito autônomo em relação a outros do mesmo jaez, como honra e intimidade, sendo cabível a indenização independentemente de dano moral. Por outro lado, os 'fins comerciais' colimados com a publicação devem ser analisados de forma ampla, descabendo perquirir se o veículo publicitário em si era ou não lucrativo. Desde que a publicação íntegra, direta ou indiretamente, a estratégia comercial ou publicitária da empresa, é de se presumir a existência de vantagem comercial, ainda que indireta, sendo desimportante o fato de a revista ser distribuída de forma graciosa" (STJ- 4ª T, cit. por Negrão *et alii*, ob. cit., nota 3 ao artigo 20 do C. Civil).

Em recente debate de que participaram jornalistas e autores, mas sem especialistas em Direito, além da constante referência à censura, outra expressão lembrada foi a livre manifestação do pensamento (Constituição da República de 1988, artigo 5º, inciso IV). Note-se que tal dispositivo, em seu texto integral, já contém uma limitação: "vedado o anonimato". Segue-se outra restrição: "É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem." Logo, na própria Constituição já se contempla a restrição em favor dos citados direitos da personalidade, pois, além do dano material, condena-se o dano "moral ou à imagem".

E mais adiante, a nossa Constituição vigente dispõe, no mesmo artigo 5º, inciso IX: "É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença". Saliente-se que censura ou licença não constitui atividade de particular, mas do poder público, aspecto que se deve acrescentar, para afastar confusão.

Bastaria o inciso X do mesmo artigo 5º, da atual Constituição da República para salientar o seu apreço pelos direitos da personalidade: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

Haveria mais recente referência à livre manifestação do pensamento como precioso direito, quando preciosos são todos os direitos expressos ou implícitos da personalidade. Não me lembro da autoria da frase: o legislador, constituinte ou ordinário, não levanta nem abaixa a voz com que nos comunica os seus preceitos.

Mas não esqueci a veracidade dessa frase, que consagra a igual preciosidade dos direitos vigentes, em cada esfera hierárquica do ordenamento jurídico atual.



AS 200 FACES

Amanda Lopes*

Pe. Germano Cord Neto SJ**

A Arte é um caminho para a investigação de inquietações. Quando um artista desenha, por exemplo, ele torna visível um pensamento, uma intuição, um sentimento. Enquanto cria, observa a cena em construção, tentando desvendar o que diz para definir os gestos de finalização da composição. A imagem conduz as mãos do artista e aponta a temática do próximo trabalho. Muitas vezes, um único tema é capaz de perturbar tanto um artista que ele precisa representá-lo novamente. É o caso de BAX ao desenhar 200 vezes a face de Cristo. O que o teria incomodado para que o assunto não se esgotasse nos primeiros desenhos, estendendo-se por tantos enquadramentos? Essa é uma pergunta que nos intriga ao contemplarmos a série. Observando a variedade de traços que moldam as feições de Jesus, notamos que BAX não quis representar o Salvador como uma figura única, definida. Ao contrário de outros artistas da chamada Geração Guignard, BAX metamorfoseou os traços de Jesus para deixar em aberto sua nacionalidade, aparência e transcendência. Essa mensagem é muito mais do que artística. É, acima de tudo, o desenho de sua mística cristã, revelando-nos a riqueza de sua fé, que desafia a capacidade de materialização própria da Arte. Por conseguinte, BAX nos revela as limitações do humano diante do plano espiritual.

Nessas variadas faces de Cristo, nota-se algo comum, a marca de BAX. São rostos submersos, como os demais temas representados pelo artista ao longo da vida. Jesus aparece rodeado por peixes e algas. O universo marinho se mistura aos elementos do cosmos como o sol e a lua.

As estrelas do céu e do mar coexistem no espaço. A composição é luminosa, com linhas que permitem ao desenho respirar. BAX nos apresenta um Cristo glorioso e resplandecente, um Cristo ressuscitado. A leveza do traço dilui os cabelos e a barba, misturando-os com as algas, o que enfatiza o meio aquático. Os olhos grandes e expressivos miram a luz que vem do Alto, numa conversa silenciosa com o Pai. Esse diálogo solitário de intimidade com o divino, vivenciado

*Professora de Arte, Curadora e Artista Visual.

** Diretor do Colégio Loyola e professor de Bioética.

também pelo artista em seu processo de criação, convida-nos a uma quietude interior, a uma busca pelo autoconhecimento. Ao observar, pausadamente, cada face de Cristo, saímos por um instante da agitação do mundo exterior e mergulhamo-nos em nós mesmos.

Trazidas ao Colégio, as faces querem levar à contemplação, forma sublime de educação, e mesmo de conformação. Educação, arte, mística e contemplação são dons que recebemos de BAX nesta Páscoa de 2015. É com imenso prazer que o Colégio Loyola apresenta o catálogo da exposição "200 Faces de Jesus de Nazaré", como registro dessa importante obra que integra o cenário das Artes Visuais.



ARISTIDES RABELO E *O HÓSPEDE*

Antônio de Paiva Moura*

Aristides Rabelo nasceu em Diamantina no dia 21 de agosto de 1886. Conforme Soter Couto (1954), aos 12 anos de idade foi para Belo Horizonte com objetivo de estudar nos cursos secundário e superior de medicina. Mas por falta de recursos voltou a Diamantina. Depois seguiu para o Rio de Janeiro, onde se formou em Medicina, em 1913. Foi exercer a profissão em Ribeirão Preto, SP. Fez especialização em Oftalmologia na Europa e transferiu-se para São Paulo, onde faleceu em 1941.

Estranha-se o fato de Aristides Rabelo, além de diversas crônicas, ter publicado dois romances, mas não constar da história literária do país. A crítica literária de Minas Gerais também não faz referência ao autor de *O hóspede* e *Sonata ao luar*, que tiveram como cenário a cidade de Diamantina. Aristides Rabelo e Autran Dourado, que viveram em épocas diferentes, na distância temporal de um século, atuaram na mesma lavra temática da família mineira. A vida reservada intramuros, sempre sistemática e solene como no romance *Sinos da agonia*, de Autran Dourado. Ambos souberam, muito bem, aplicar a forma romanesca de transpor para o plano literário a vida cotidiana das cidades de Diamantina e Ouro Preto.

A primeira edição de *O hóspede* é de 1921 e a segunda na década de 1980. A personagem principal é uma jovem de família abastada de Diamantina (Amália). Levava vida absolutamente rotineira até que seu pai, coronel Américo, resolve hospedar em sua casa um jovem carioca, Arnaldo, filho de um grande amigo do Rio de Janeiro. Nos primeiros dias, de forma sutil, Arnaldo tentou ridicularizar os costumes da família do Coronel Américo. Mas, pouco a pouco, vai se interessando pela jovem Amália, até que tem início um namoro formal. A partir daí, Luiz, seminarista em férias, tem a função de não descolar os olhos de Amália e Arnaldo. O mancebo acabou se acostumando com os saraus em casas de amigos do Coronel Américo. Alguns meses depois, Arnaldo pediu Amália em casamento, mas a rígida vigilância continuou. Um dia, em um instante de trégua, Arnaldo deu um beijo na face de Amália. Sem motivo muito claro, o rapaz vai ao Rio de Janeiro com a promessa de voltar para o casamento, mas desapareceu. O drama de Amália esperando por Arnaldo foi pior do que o de Penélope esperando por Ulis-

*Mestre em História e professor de História da Arte da Escola Guignard - UEMG.

ses. Amália adoce: cai com frequência, perde o apetite e o autocontrole. O beijo que recebera em sua face passou a ser sentido como um ato repugnante. Daí uma tormentosa psicose. Criou a mania de passar a mão no rosto para retirar o beijo até contrair uma ferida. Somente um médico da cidade foi capaz de compreender o drama psicossomático de Amália.

Aristides Rabelo, na data da publicação de *O hóspede*, 1921, encontrava-se sintonizado com os estudos de Freud e Breuer sobre a histeria como consequência da repressão e abstinência sexual na mulher. Pouco depois, Mário de Andrade escreveu *Amar, verbo intransitivo*, com problemática freudiana na educação sexual de um adolescente de família arquivionária de São Paulo.

“O hospede” é um romance de caráter social, onde o autor reforça o ideal de riqueza como fonte de poder e ostentação. Intelectuais e humanistas não tinham lugar na sociedade e eram relegados ao segundo plano. Acredita-se que o autor tenha adquirido essa consciência morando no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas é um grande engano. Aristides Rabelo era filho de Francisco Correa Rabelo e de Gabriela da Mata Machado. O pai foi abolicionista extremado e participante ativo do movimento republicano. Não se dobrava diante dos políticos que se elegiam com votos comprados ou de eleitores coagidos pelos coronéis. Quando o pai faleceu, Aristides tinha apenas cinco anos de idade. Depois que voltou de Belo Horizonte, Aristides passou a atuar nos jornais O Norte e A ideia Nova, com o pseudônimo de João Trancoso. Foi nesse ambiente que se formou a mentalidade combativa e crítica de Aristides Rabelo.

Referências:

COUTO, Soter. *Vultos e fatos de Diamantina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1954.

RABELO, Aristides. *O hóspede*. [1921]. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1980.



BIBLIOTECAS COLONIAIS E LIVROS NO SETECENTISMO MINEIRO

Paulo Roberto Pereira*

I – CIRCULAÇÃO DO LIVRO NA ÉPOCA COLONIAL

A introdução da tipografia em Portugal, implantada nas últimas décadas do século XV pelos tipógrafos judaicos e, logo a seguir, cristãos,⁴⁰ permitiu que o livro chegasse ao Brasil junto com o seu descobridor, pois é de se supor que homens de cultura, como o mestre da balança da cidade do Porto, escrivão Pero Vaz de Caminha, e o bacharel em artes e medicina, mestre João Faras, levassem incunábulo para passar o tempo nas longas travessias marítimas.

O livro foi o principal meio de aquisição do saber na época colonial, em virtude do reduzido número de professores e de raríssimas escolas, tendo sido o objeto mais visado pela censura do Reino nos três séculos de domínio da América Portuguesa. Nos anais da Colônia são inúmeros os registros de censura devida à posse ou leitura de livros, sob a acusação de conterem desvios religiosos, morais e políticos. Muitas obras confiscadas pela censura transformaram-se em divulgadoras das ideias sediciosas de liberdade política para a quebra do pacto colonial com a metrópole, a confirmar que houve grande quantidade de livros circulando no Brasil Colônia, sendo possível comprovar a existência deles nas bibliotecas dos primeiros colonizadores.

Já se disse que não havia o que ler na América Portuguesa, exceto livros de devoção. Após a publicação de tantos estudos sobre livros e bibliotecas no Brasil colonial, a realidade tornou-se bem diferente. A despeito de não se ter permitido a instalação de tipografias no Brasil antes de 1808, sabe-se que, em algumas capitâneas, se formaram, desde o século XVI, importantes bibliotecas, apesar das inúmeras dificuldades, em razão de o livro ser objeto caro e sofrer vigilância

* Professor e ensaísta. Organizou a *Obra completa de Euclides da Cunha*, edição do centenário (2009). Agradecido com a “Medalha de Honra Presidente Juscelino Kubitschek”, em 2010, e com a “Medalha da Inconfidência”, em 2011, concedidas pelo governo do estado de Minas Gerais. paulorobertopereira08@gmail.com
⁴⁰ MARTINS, José V. de Pina. Estudo preliminar. *Tratado de confissom*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973. pp. 11-15; Idem: ———. *O livro e o humanismo em Portugal*. In: *Mare Liberum*. Lisboa (2): 71-79, 1991.

constante. Basta lembrar os sequestros de bibliotecas existentes no território brasileiro que foram carregadas por piratas de diferentes nacionalidades, conforme o ocorrido com a biblioteca dos jesuítas, em Santos, São Paulo, tomada pelos corsários ingleses de Tomás Cavendish.⁴¹ Na maioria das bibliotecas dos colégios dos jesuítas, dos conventos dos franciscanos e dos mosteiros dos beneditinos, os acervos destinavam-se à formação de futuros religiosos, à catequese dos silvícolas e ao ensino das primeiras letras aos filhos dos colonos.

Com o surgimento de tipografias em várias partes da Europa e a maior difusão do livro impresso, Portugal implantou, a partir de 1547, um cordão sanitário para isolar seus domínios metropolitanos e ultramarinos da influência perniciososa de obras questionadoras, tentando suprimir a heresia que se infiltrava no baluarte católico português, conforme se pode observar nas listas de livros proibidos arroladas por I. S. Révah e Artur Moreira de Sá.⁴² No entanto, o primeiro livro impresso nas Américas foi publicado na Cidade do México, em 1539. A seguir os espanhóis divulgaram o invento de João Gutenberg em Lima, no Peru. Nos fins do século XVIII, a tipografia funcionava na maioria das colônias de domínio hispânico da América.⁴³

A introdução da tipografia em países da América espanhola, a partir do século XVI, não significava, necessariamente, autorização para o livro circular sem restrição,⁴⁴ pois as autoridades coloniais eram extremamente ciosas quanto ao perigo que ele representava pelos desvios religiosos ou políticos que propugnava. Das obras escritas no Brasil colonial, quantidade significativa permaneceu inédita, como as de José de Anchieta, no século XVI, as poesias de Gregório de Matos, no século XVII, e as líras de Alvarenga Peixoto, no século XVIII, embora fossem conhecidas, pela circulação em cópias manuscritas. Para Carlos Rizzini, talvez “tolhidos pelo custo e distância das tipografias e pelas licenças da censura, segregados ou esquecidos nos armários oficiais, expiraram os melhores labores artísticos e científicos da Colônia”.⁴⁵

⁴¹ KNIVET, Anthony. *Vária fortuna e estranhos fados de... que foi com Tomás Cavendish, em sua segunda viagem, para o Mar do Sul, no ano de 1591*. Tradução Guiomar de Carvalho Franco. Anotações Francisco de Assis Carvalho Franco. São Paulo: Brasiliense, 1947.

⁴² RÉVAH, I.S. *La censure inquisitoriale portugaise au XVIe siècle*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1960; SÁ, Artur Moreira de. *Índice dos livros proibidos em Portugal no século XVI*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983.

⁴³ TORRE REVELLO, José. *Orígenes de la imprenta en España y su desarrollo en América Española*. Buenos Aires: Institución Cultural Española, 1940.

⁴⁴ GARCÍA ICAZBALCETA, Joaquín. *Bibliografía mexicana del siglo XVI. Nueva edición por Agustín Millares Carlo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

⁴⁵ RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988, p. 225.

O império que cerceava a expansão da arte tipográfica, virando as costas à introdução da modernidade que a ciência náutica lusitana ajudara a implantar, confirmada pelo extraordinário ciclo das descobertas marítimas, atravessou o Atlântico e afetou a formação mental da civilização que os portugueses estavam a criar no trópico sul-americano. O preço pago por pensar diferente se constata pelas visitas do Santo Ofício ao Brasil, que começaram no século XVI, na Bahia e em Pernambuco,⁴⁶ retornando, no século XVII, à mesma “Senhora Dona Bahia, nobre, e opulenta cidade”,⁴⁷ para, em pleno século XVIII, ressurgir no estado do Grão-Pará com o “Livro de Confissões e Denúncias”,⁴⁸ que exemplifica como a ortodoxia católica afetou a mentalidade da elite colonial que, após a independência, manteve intocáveis as estruturas arcaicas da sociedade escravocrata.

No século XVI, a figura paradigmática do nosso primeiro intelectual – José de Anchieta –, em suas cartas, fala sempre com carinho especial dos seus livros, mesmo transitando no meio de uma guerra tribal entre os tupis e os tamoios.⁴⁹ E o país, ainda no seu amanhecer, assistia a uma querela intelectual, como se deu no célebre embate entre os jesuítas, com José de Anchieta à frente e, do outro lado, o famoso companheiro de Villegaignon nas aventuras da França Antártica, o calvinista João Cointha, Senhor de Bolés, doutor pela Sorbonne e autor de dois livros editados em Lisboa, em 1566. O embate de católicos contra luteranos e calvinistas permite vislumbrar a perspectiva cultural em que se encontrava o imaginário quinhentista brasileiro, a partir da vitória da Contrarreforma nos países ibéricos.

Nas Índias Orientais Portuguesas, onde, no século XVI, se destacava a “Goa Dourada”, era comum não só membros das ordens religiosas, mas também soldados e aventureiros terem livros como companheiros de viagem. A tipografia cedo chegou ao Oriente pelas mãos lusitanas, mas esteve sempre sob a supervisão da censura, e muitas publicações saídas nos prelos orientais tiveram trajetória acidentada. Caso típico é o de Garcia de Orta, intelectual judeu português de primeira plana do Renascimento científico europeu, companheiro de Luís de Camões nas aventuras pelo Oriente, que publicou em Goa, em 1563, os *Colóquios dos Simples e Drogas e Coisas Medicinais da Índia*.⁵⁰ O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, instalado naquela cidade asiática, ao condenar *post mortem* o

⁴⁶ *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Confissões da Bahia: 1591-92*. Prefácio de J. Capistrano de Abreu. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1935. Idem: *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Confissões de Pernambuco: 1594-1595*. Edição de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

⁴⁷ MATOS, Gregório de. *Obras completas*. Edição James Amado. Salvador: Janaína, 1968. 7 volumes. p. 429 do II volume.

⁴⁸ *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769)*. Texto inédito e apresentação de José Roberto do Amaral Lapa. Petrópolis: Vozes, 1978.

⁴⁹ ANCHIETA, S.J. Pe. José de. *Cartas: correspondência ativa e passiva*. Edição Pe. Hélio Abranches Viotti, S.J. São Paulo: Loyola, 1984, especialmente pp. 242 e 247.

⁵⁰ ORTA, Garcia d. *Colóquios dos simples e drogas e coisas medicinais da Índia*. Fac-símile da edição de 1891, dirigida e anotada pelo conde de Ficalho. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, 2 volumes.

doutor Garcia de Orta, transformou automaticamente seu livro em herético. Os *Colóquios* contribuíram para revolucionar os conhecimentos farmacológicos e botânicos da Europa, na segunda metade do século XVI, alcançando intensa divulgação, entretanto caíram em completo esquecimento em Portugal. Nos prelos lusitanos, os *Colóquios* só voltaram à luz cerca de três séculos depois, em 1872, pelos esforços do brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen.

Em cada século do Brasil Colônia houve escritores que pagaram com a permanência nos cárceres lisboetas o direito de pensar diferente. Na transição para o século XVII, a figura mais conhecida de letrado colonial que teve sua vida devassada pela censura inquisitorial por possuir e divulgar obras consideradas heréticas foi o professor e poeta Bento Teixeira, autor da *Prosopopeia*, editado em Lisboa, em 1601, que ainda hoje surpreende o leitor quando analisado no contexto histórico-cultural do tempo.⁵¹

As prisões efetuadas pelo longo braço da Inquisição desvendam muitos mistérios, como a verdadeira identidade de Bento Teixeira que, nascido na cidade do Porto, em torno de 1540, veio criança para o Brasil, aqui estudou e se tornou um dos homens mais cultos do seu tempo. Na primeira visita que um representante do Santo Ofício da Inquisição, licenciado Heitor Furtado de Mendonça, fez à capitania da Bahia, em 1591-1592, foi denunciado Bento Teixeira. A seguir, o visitador dirigiu-se a Pernambuco que era, no final do século XVI, a mais próspera capitania do Brasil. Aí também o poeta voltou a ser acusado, por explicar a Bíblia a uma de suas alunas.

A *Prosopopeia*, por ser o primeiro poema brasileiro, escrito em português, publicado,⁵² levou Rodolfo Garcia a considerar Bento Teixeira como “o pai da poesia brasileira”. Esse poema capta a atmosfera local, traduzida num nativismo de fora para dentro, em uma descrição ufanista que se detecta desde a Carta de Pero Vaz de Caminha. No entanto, nem a dedicatória elogiosa da *Prosopopeia* ao governador Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário da capitania de Pernambuco, livrou Bento Teixeira do cárcere inquisitorial lisboeta, onde, tuberculoso, morreu escarrando sangue, em julho de 1600.⁵³

No século XVII, a atividade cultural girava em torno de Salvador, capital política e administrativa da vasta colônia americana, onde se localizava a princi-

⁵¹ Veja especialmente: ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, poesia e inquisição*. São Paulo: Ática, 1973; MELO, José Antônio Gonsalves de. *Gente da nação*. 2 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1996. p. 81-116; PORTELLA, Eduardo. *Renascimento e contra-renascimento no Brasil*. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 48:3-20, 1977; TEIXEIRA, Bento. *Prosopopeia*. Edição de Celso Cunha e Carlos Duval. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1972; VILAR, Gilberto. *O primeiro brasileiro*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

⁵² O primeiro poema brasileiro impresso foi *De Gestis Mendi de Saa*, de José de Anchieta, escrito em latim e publicado em Coimbra em 1563. Confira: ANCHIETA, S.J. Pe. Joseph de. *De gestis Mendi de Saa*. Edição fac-similar do original latino com introdução de Paulo Roberto Pereira e apresentação de Eduardo Portella. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

⁵³ ALVES, Luiz Roberto. *Confissão, poesia e inquisição*. São Paulo: Ática, 1983, p. 102.

pal biblioteca da Companhia de Jesus no Brasil, utilizada pelas principais figuras das nossas letras seiscentistas, Gregório de Matos, Antônio Vieira e Manuel Botelho de Oliveira, cujas obras literárias tiveram diferentes destinos ante os mecanismos de censura da metrópole. Gregório, cuja alcunha “Boca do Inferno” retrata a linha satírica da sua poesia, não chegou a conhecer os prelos antes do século XIX, tornando-se assim o único autor brasileiro cuja obra sobreviveu em diferentes códices apógrafos e aguarda, ainda hoje, uma edição crítica do que escreveu. Vieira, “Imperador da língua portuguesa”, pôde ver boa parte de sua obra impressa no seu tempo, devido ao cuidado com que preparou os volumes para publicação. Botelho cuidou com carinho para que a *Música do Parnaso*, impressa em 1705, adquirisse fama, pois foi ele o primeiro brasileiro a ter um livro de poesia editado.

No século XVIII, o império lusitano teve três momentos da ação do Estado a respeito da circulação de livros: no longo reinado de d. João V, no governo do marquês de Pombal e na chamada “Viradeira”, que foi a tentativa de D. Maria I de conter a modernização do país iniciada no pombalismo. Por isso, atos como a expulsão dos jesuítas dos domínios lusitanos foi mais uma ação política de afirmação da autoridade do Estado sobre a Igreja do que a adesão ao Iluminismo francês ou às teorias deístas e protestantes, pois as obras dos filósofos libertinos eram proibidas de circular no Império Português. A censura às obras que divulgavam heresias ou ideias contestadoras ao poder da nobreza constava das condenações da Real Mesa Censória, organismo repressor do Estado Pombalino, criada em 5 de abril de 1768, que exercia a função política e policial de controlar e fiscalizar, no ramo civil e eclesiástico, a edição e circulação de livros.⁵⁴ Contudo, este dique político-ideológico de censura não conseguiu impedir que o pensamento prenunciador de novos tempos chegasse ao solo americano:

*Al llegar el siglo XVIII, el panorama cambia; ahora los esfuerzos de las autoridades se orientan a impedir la introducción en tierras americanas de los escritos contrarios a la forma política entonces imperante y a la religión católica; pero, sobre todo en las postrimerías de esta centuria, no obstante las medidas gubernamentales y del Santo Oficio, los libros prohibidos y más peligrosos desde el punto de vista ideológico, según el criterio de entonces, circularon y fueron leídos en todo el Nuevo Continente.*⁵⁵

Se os séculos XVI e XVII no Ocidente foram dominados pela polêmica religiosa entre diferentes correntes do Cristianismo, em que Erasmo de Roterdã

⁵⁴ MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A real mesa censória e a cultura nacional. Aspectos da geografia cultural portuguesa no século XVIII*. Coimbra: Coimbra Editora, 1963.

⁵⁵ MILLARES CARLO, Agustín. *Introducción a la historia del libro y de las bibliotecas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1975. p. 269.

foi símbolo da tentativa de conciliar a intolerância política e religiosa com os progressos advindos com a arte tipográfica, o século XVIII representou com o Iluminismo uma nova era para o livro como veículo de difusão do conhecimento e, conseqüentemente, obrigou o Estado a atualizar o seu instrumental de censura.

No século XVIII, a censura oficial aplicou-se, com mais rigor e amplitude do que anteriormente. Não quer dizer que a preocupação pela defesa religiosa tenha sido esquecida, mas a defesa política passou abertamente para primeiro plano. O fato é compreensível se o relacionarmos com a grande transformação social e mental que, nesta época, se preparava, e cujos indícios eram cada vez mais visíveis. Novos e sugestivos conceitos filosóficos e morais vieram influenciar, por sua vez, novos ideais que culminaram com os teóricos franceses e ingleses do século XVIII e com a Revolução Francesa.⁵⁶

A Companhia de Jesus, que controlava parte considerável da instrução no Brasil, confirmava a voz corrente de que “os colégios dos jesuítas no Brasil eram renomados por suas excelentes bibliotecas”⁵⁷ frequentadas pela *intelligentia* brasileira, principalmente a de Salvador, na Bahia, provavelmente a maior biblioteca do país com cerca de quinze mil volumes.⁵⁸ No século XVIII, Tomás Antônio Gonzaga, que disse em lira célebre: “Pintam que os mares sulco da Bahia, / onde passei a flor da minha idade”,⁵⁹ frequentou o acervo bibliográfico soteropolitano antes de seguir para Coimbra. No Rio de Janeiro, nesse mesmo século, não foi diferente, pois utilizaram a biblioteca dos inacianos, entre outros, Cláudio Manuel da Costa, José Basílio da Gama e Inácio José de Alvarenga Peixoto. Mas uma indagação continua sem resposta: por que os jesuítas – que introduziram, em 1556, a tipografia em Goa, na Índia, e em várias colônias hispano-americanas, inclusive nos Sete Povos das Missões da República Guarani⁶⁰ – nunca instalaram prelos no Brasil? Argumentar que isso se deve ao fato de que “as licenças necessárias para a impressão de livros só se podiam dar em Portugal”⁶¹ não encerra a complexa questão do itinerário do livro na América Portuguesa. Talvez por isso a história do livro nos territórios lusitanos de ultramar, entre os séculos XVI e XVIII, esteja relacionada ao controle do *Index Librorum Prohibitorum*. As divergências religiosas ou os interesses políticos eram manipulados como heresias para que o Estado pudesse melhor fiscalizar, dentro da elasticidade da censura, os mecanismos sociais.

⁵⁶ MARQUES, Maria Adelaide Salvador. *A real mesa censória e a cultura nacional*. Op. cit., Coimbra, 1963, pp. 6-7.

⁵⁷ HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985, p. 10.

⁵⁸ RIZZINI, Carlos. Op. cit. 2 ed., 1988, p. 186.

⁵⁹ GONZAGA, Tomás Antônio. *Obras completas*. Edição M. Rodrigues Lapa. Rio de Janeiro: MEC/Instituto Nacional do Livro, 1957, 2 vol., p. 109 do 1o v.

⁶⁰ FURLONG, S. J., Guillermo. *Orígenes del arte tipográfico en América*. Buenos Aires: Huarper, 1947.

⁶¹ FARIA, Francisco Leite de. *Ecos literários e impacto cultural dos descobrimentos portugueses no Atlântico*. In: *Mare Liberum*. Lisboa: (1): 103, 1990. Excelente estudo que põe em evidência essa espinhosa questão, a partir das conclusões de Rubens Borba de Moraes.

II – LIVROS E BIBLIOTECAS EM MINAS GERAIS

No século XVIII, em Minas Gerais, o livro passou a circular com mais frequência, devido à prosperidade das cidades em que a riqueza mineral permitia a alguns de seus filhos formar bibliotecas particulares. Vila Rica, atual Ouro Preto, tornou-se assim um oásis cultural, pela sua pujança econômica e por ser o centro administrativo da capitania. Mas a fama da riqueza que produzia o território mineiro motivou ordem expressa do governo português, proibindo a instalação de ordens religiosas na região. Assim, as afamadas bibliotecas dos conventos coloniais não existiram em Minas Gerais, não impedindo, contudo, que o Seminário de Mariana, fundado em 1750, possuísse valiosa biblioteca.⁶² Lá estudaram o inconfidente Luís Vieira da Silva, que se tornou professor do Seminário Marianense, e o poeta José Basílio da Gama.⁶³ São, portanto, as bibliotecas laicas e religiosas que justificam o aparecimento, nas serras mineiras, de importante movimento ilustrado de profunda ressonância na cultura brasileira. Vila Rica, com a situação singular de cidade abastada, ajuda a delinear esse perfil de centro urbano de cultura.

Vila Rica, a moderna Ouro Preto. Esta ‘pequena Weimar’ (como a chamou Manuel Diégues Jr.) deixou sua arquitetura, sua escultura, as partituras de suas músicas e os escritos de seus poetas (Gonzaga, Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga /sic/) como provas de suas realizações artísticas. Os registros de seu teatro são testemunho da força de seus contatos culturais com a Europa. Mais tarde, sua liderança no movimento de libertação, a Inconfidência Mineira, iria revelar seu grau de maturidade intelectual e política.⁶⁴

Deve-se ressaltar que as proibições que a censura utilizava para coibir o comércio livreiro não eram suficientes para inibir a entrada de livros no Brasil e a sua chegada a Minas Gerais. Mas, “como penetrariam na Colônia os livros e gazetas proibidas? Do mesmo modo que no Reino, de contrabando e na bagagem das pessoas expressamente autorizadas a lê-los.”⁶⁵ Além disso, as instituições eclesiásticas solicitavam diretamente às suas Ordens, na Europa, as obras que lhes interessavam e, certamente, as recebiam na alfândega sem passar por nenhuma vistoria; caso contrário, não se poderia explicar a quantidade de livros proibidos encontrados em bibliotecas religiosas, como a dos oratorianos, no Recife,⁶⁶ e a dos franciscanos, em São Paulo.⁶⁷ Fora isso, o livro fazia parte do intenso co-

⁶² LESSA, Cláudio Ribeiro de. *As bibliotecas brasileiras dos tempos coloniais*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 191:343, abr-jun, 1946.

⁶³ RIZZINI, Carlos. Op. cit. 2 ed., 1988, pp. 210-211.

⁶⁴ HALLEWELL, Laurence. Op. cit., 1985, p. 16.

⁶⁵ Idem. Op. cit., p. 264.

⁶⁶ VEIGA, Gláucio. *A biblioteca dos oratorianos*. Separata do volume 50 da *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*. Recife, 1978. pp. 51-65.

⁶⁷ MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1979, pp. 16-18.

mércio ilegal que floresceu nos domínios americanos, acobertado pelas autoridades reinóis. O próprio governo português muitas vezes oficializou o contrabando, como o praticado no Rio da Prata. Daí ser natural que, não obstante as restrições ao comércio livreiro, boa parcela das obras adquiridas pelos letrados da América Portuguesa viesse contrabandeada.

No século XVIII, em que a heresia deixou de ser religiosa para se tornar política, a literatura filosófica libertina das Luzes foi considerada o grande estigma para os detentores do poder. Os livros sequestrados nas devassas políticas de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro revelaram um mundo insuspeito: de um lado, uma literatura ilustrada que procurava divulgar e integrar-se na corrente moderna do conhecimento filosófico, literário, científico, que não chegava propriamente a amedrontar os governantes da Colônia; de outro, uma literatura revolucionária que pretendia a quebra dos laços coloniais. A trajetória percorrida por esses livros libertinos, a propugnarem mudanças políticas radicais, até às mãos dos mazombos ilustrados da Colônia era sinuosa e cheia de subterfúgios.

Não fica difícil, pelo que revelaram tantas bibliotecas coloniais, traçar o perfil do letrado brasileiro da segunda metade do século XVIII. Pelos livros localizados em diferentes bibliotecas confirma-se que, não obstante a falta de tipografias e os entraves da censura, leram-se profusamente os mais atualizados pensadores europeus. Algumas bibliotecas iluministas, como a do cônego Luís Vieira da Silva, exaustivamente estudada por Eduardo Frieiro, adquiriram justa celebridade.⁶⁸ Não há dúvida de que o inconfidente mineiro Luís Vieira, na condição de típico filho da Ilustração, detinha considerável parcela de livros proibidos. Além disso, pode-se concordar com Luiz Carlos Villalta em que os livros de Luís Vieira continham duplo perigo: a ideia política libertina e a visão do prazer libidinoso, pois “tratava-se de uma livraria de um tempo que sacudia o jugo da Revelação, e que alçava a razão – e a sensualidade – aos píncaros.”⁶⁹

A trajetória pessoal do reverendo de Mariana é obscura: quase nada se sabe da sua vida, além do que consta nos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira. Infelizmente, Luís Vieira da Silva não deixou obra conhecida, salvo alguns sermões, apesar de ser reconhecido como homem de vasta erudição no seu tempo. Por isso, pode-se dizer “que a melhor notícia biográfica que dele nos ficou achase na relação dos livros que lhe foram sequestrados.”⁷⁰

Luís Vieira da Silva não foi uma exceção, pois certamente houve um seleto número de intelectuais, na segunda metade do século XVIII, que se tornou ponta de lança na disseminação de ideias modernas na América Portuguesa. Exemplo

⁶⁸ FRIEIRO, Eduardo. *O diabo na livraria do cônego*. 2 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, pp. 13-62.

⁶⁹ VILLALTA, Luiz Carlos. *O diabo na livraria dos inconfidentes*. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 378.

⁷⁰ FRIEIRO, Eduardo. Op. cit., 1981. p. 53.

típico: o padre Francisco Agostinho Gomes que, na Bahia, “reuniu a melhor e maior livraria particular existente no Brasil na passagem do século XVIII para o XIX”.⁷¹ No Rio de Janeiro, a cultura letrada teve no professor e poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga um dos principais propulsores, quer nas suas aulas de retórica e poética, quer nas reuniões das sociedades científico-literárias de que participava. O catálogo da biblioteca do enamorado cantor de Glaura, editado por Rubens Borba de Moraes, relaciona um número de obras que representa quase o dobro dos livros sequestrados ao cônego inconfidente de Minas Gerais.

Houve época em que se pensou que “um bom método para conhecer o conteúdo de nossas bibliotecas coloniais seria o de examinar a substância das obras escritas por brasileiros, e as citações feitas a outras, e por elas deduzir quais os livros que tiveram à disposição.”⁷² Estudos mais recentes demonstraram os equívocos dessa metodologia: é quase impossível saber as obras que foram realmente consultadas num acervo particular. Não custa lembrar que nem sempre os livros de uma biblioteca são garantia de conhecimento: o cônego Luís Vieira, que nada publicou e, por conseguinte, seu saber restringiu-se ao reino da conjectura, possuía excelente acervo de aproximadamente oitocentos volumes. Immanuel Kant, o sábio de Königsberg, contemporâneo do professor de filosofia de Mariana, dispunha de uma modesta biblioteca, que não ultrapassava trezentos títulos.

O comércio de livros no Brasil Colonial cresceu à medida que as cidades adquiriram melhores condições econômicas, permitindo o cultivo das letras. Vila Rica é um desses casos; em torno de 1750, já contava com alguns mercadores de livros estabelecidos: o capitão Manuel Ribeiro dos Santos, além de “Manuel Peixoto Guimarães, livreiro e negocio junto a ponte de São José, na Freguesia de Ouro Preto, e Domingos José Marques, livreiro, morador e estabelecido na Freguesia de Antonio Dias.”⁷³ Esse comércio florescente de livros se confirma nas várias listas de aquisições do comerciante Manuel Ribeiro, como na carta de 6 de maio de 1751, em que solicita do seu agente comercial em Lisboa obras que vão da *Arte de Amar*, de Ovídio, até a ópera *Guerras do Alecrim e da Mangerona*, de Antônio José da Silva. Recorde-se que cinquenta anos depois o bispo Azeredo Coutinho, fundador do Seminário de Olinda, havido por alguns como um “ilustrado”, denunciou ao Santo Ofício da Inquisição, um professor pernambucano por traduzir a dita *Ars amandi*.⁷⁴ Corrobora-se, dessa forma, a nossa suposição de que algumas cidades mineiras, cosmopolitas e enriquecidas, apressaram sua urbanização e atualizaram-se com o pensamento mais moderno, já em torno de

⁷¹ MORAES, Rubens Borba de. Op. cit., 1979, p. 29.

⁷² LESSA, Cláudio Ribeiro de. Op. cit., 1946, p. 339.

⁷³ DINIZ, Sílvio Gabriel. *Biblioteca setecentista nas Minas Gerais*. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, v. 6. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1959, p. 344.

⁷⁴ ARAÚJO, Jorge de Souza. *Perfil do leitor colonial*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1988. (Tese de Doutorado em Literatura Brasileira - mimeografada). p. 230.

1750; ao contrário de outras regiões do Brasil, presas à estrutura econômica agrícola, de que sobressaíam os senhores de engenho, mentalmente envolvidos pelo mundo rural, acanhado e conservador.

O livreiro Manuel Ribeiro dos Santos, cujo conhecimento se deve às pesquisas de Sílvio Gabriel Diniz,⁷⁵ integra um panorama cultural que ajuda a identificar mais eficazmente como os letrados brasileiros setecentistas puderam adquirir algumas das mais importantes obras que inquietavam os espíritos cultos do Ocidente. Esse livreiro ouropretano oferece, por meio das várias listas de obras solicitadas a seus agentes comerciais em Portugal, uma provável visão do que liam alguns de seus clientes naquela época, em Minas Gerais. Era, sem dúvida, um mercador com requintes de bibliófilo, pois se preocupava não só com a qualidade das encadernações, mas também com a época de impressão das obras, interessando-se, basicamente, por livros publicados no seu século, conforme se nota em sua correspondência.⁷⁶ O mercador de livros de Vila Rica procurava informar-se dos acontecimentos mais recentes, solicitando os periódicos que se vendiam em Portugal: "Na frota mandará v.m. todas as gazetas e seus suplementos de anno".⁷⁷ Detalhe curioso, que não passa despercebido, é o interesse demonstrado pelas obras de frei Benito Jerónimo Feijó y Montenegro, divulgador e entusiasta do Iluminismo em Espanha. Os escritos polêmicos do famoso monge beneditino, que a si próprio considerava "ciudadano libre de la república de las letras", interessava de tal modo a Manuel Ribeiro dos Santos, que ele solicitava não só "toda obra escrita por elle", como o *Teatro Crítico Universal* e as *Cartas Eruditas*, mas também "todas as mais obras q' tiverem sahido do Feijóo ou contra elle,"⁷⁸ o que certamente ajudou a atualizar a elite letrada mineira pelo contato com obras que valorizavam as ciências experimentais e pela perspectiva racionalista do pensamento de Feijóo. Ainda hoje aguarda-se um estudioso para examinar a influência do Iluminismo espanhol na formação de personalidades basilares do Brasil no limiar de sua Independência.

Dentre os vários caminhos de acesso às correntes modernas do pensamento europeu que os letrados brasileiros setecentistas utilizaram estão os estudos em universidades europeias, como Montpellier e Coimbra. Desta, sobretudo após a reforma de 1772, saiu uma excepcional geração de jacobinos precursores da independência política do Brasil. Outra via de contato com o pensamento ilustrado, para os mazombos que não saíram da Colônia americana, foi a frequência a bibliotecas atualizadas. Duas bibliotecas formadas na segunda metade do século XVIII, em São João del-Rei, analisadas por E. Bradford Burns,⁷⁹ exemplificam

⁷⁵ DINIZ, Sílvio Gabriel. *Um livreiro em Vila Rica no meado do século XVIII*. In: *Kriterion*. Revista da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, 47-48: 180-198, jan-jun-, 1959.

⁷⁶ Idem, p. 190.

⁷⁷ Idem, p. 193.

⁷⁸ Idem, p. 194.

⁷⁹ BURNS, E. Bradford. *O iluminismo em duas bibliotecas do Brasil Colônia*. In: *Universitas*. Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia. 8-9:5-15, jan-ago, 1971.

claramente tal situação. Batista Caetano de Almeida estudou na Europa e dessa formação infere-se sua adesão ao Iluminismo. Diferente caso é o da família José Resende Costa, pai e filho, fazendeiros abastados, que só saíram do Brasil após a condenação ao exílio, por terem participado da Inconfidência Mineira. A adesão dos Resende Costa ao pensamento liberal reformador se deu, certamente, por meio dos livros da biblioteca familiar. O acervo pesquisado comprova a presença de algumas das mais representativas obras do Iluminismo europeu, como *L'Esprit de Lois*, de Montesquieu; a *Encyclopédie*, de Diderot e D'Alembert; as *Oeuvres*, de Rousseau; a *Histoire Philosophique et Politique*, de Raynal; *Le Droit Public de L'Europe*, de Mably; *Progrès de L'Esprit Humain*, de Condorcet e, entre outras tantas, aparece a famosa obra de Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*, tanto na edição inglesa, quanto na versão francesa. Ressurge, pois, uma antiga questão a que os historiadores da cultura não têm respondido satisfatoriamente: "Como, vivendo como viveram, isolados no interior do Brasil, foram influenciados pelo pensamento europeu, tão distante?"⁸⁰ A resposta certamente está na história da circulação do livro no Brasil Colônia.

Outra cidade mineira, importante foco de agitação política e cultural, é o antigo Arraial do Tejuco, do Distrito Diamantino da Comarca do Serro do Frio, a atual Diamantina. Nela viveram o inconfidente padre José Rolim e o médico José Vieira Couto, companheiros de diversos conjurados da sedição mineira. Este, em consequência de sua ação pública e pelas obras que escreveu, como a *Memória sobre a Capitania de Minas Gerais*⁸¹, se enquadra no perfil de um iluminista americano. A biblioteca desse importante letrado, estudada por Paulo Gomes Leite,⁸² que também editou o catálogo de seus livros,⁸³ serve para avaliar como as ações da vida pública do médico de Diamantina foram influenciadas pelas obras que integravam sua biblioteca particular. A biblioteca de Vieira Couto despertou interesse não só pelo acervo de obras do pensamento iluminista, mas também pelo papel que ele desempenhou na Inconfidência Mineira, como se infere no estudo de Júnia Ferreira Furtado.⁸⁴ A biblioteca desse naturalista de Diamantina, como da maioria dos ilustrados setecentistas, era composta por obras impressas em francês, a língua de todo homem culto no século XVIII, ao lado de outras,

⁸⁰ Idem, p. 7.

⁸¹ COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania das Minas Gerais; seu território, clima e produções metálicas*. Estudo crítico de Júnia Ferreira Furtado. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

⁸² LEITE, Paulo Gomes. *Uma biblioteca iluminista. A cultura do Tejuco no resgate do iluminismo em Minas*. In: *Revista Minas Gerais*. Belo Horizonte, 14:22-26, fev-mar, 1989.

⁸³ ----. *Contestação e revolução na biblioteca de Vieira Couto*. In: *Revista Minas Gerais*. Belo Horizonte, 27:22-29, jun, 1990.

⁸⁴ Júnia Ferreira Furtado. *Sedição, heresia e rebelião nos trópicos: a biblioteca do naturalista José Vieira Couto*. In: DUTRA Eliana Regina de Freitas e MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição. O lugar dos impressos na construção da vida política: Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006, pp. 69-86.

em português, inglês, latim, espanhol, italiano e alemão. Alguns autores capitais da Ilustração lá se encontravam: Montesquieu, Diderot, Verney, além de Adam Smith, cujo clássico da economia política, *Wealth of Nations*, aparece catalogado apenas como *An Inquiry into the Nature*. Essa obra, justificadamente célebre, é motivo de uma antiga tradição, que a dá como traduzida por Cláudio Manuel da Costa. No entanto, a primeira versão que se conhece, no Brasil, do livro de Smith, é a de Bento da Silva Lisboa, estampada no Rio de Janeiro, em 1811.

A biblioteca do mineralogista e médico Vieira Couto surpreende, também, por reunir as principais obras da teoria literária antiga e moderna. Como típico ilustrado setecentista, Vieira Couto possuía livros de química, física, mineralogia e também os principais mestres da poética: *Les Quatre Poétiques d'Aristote, d'Horace*, de Vida (Girolamo Vida, renascentista italiano da poesia virgiliana cristã, cuja *Da Arte Poética* ressoa o magistério de Horácio); uma preciosa edição das *Oeuvres* de Boileau-Despréaux, em 5 volumes (certamente Nicolas Boileau-Despréaux, cuja *L'Art Poétique* exerceu profunda ressonância no Neoclassicismo); uma *Arte Poética Española* (talvez a clássica de Ignacio de Luzán, editada em 1737 e 1789); um manual *De la Manière d'Enseigner et d'Étudier les Belles Lettres*, em 4 volumes; as célebres *De Institutione Oratoria*, de Quintiliano; a *Arte Poética*, de Horácio, em tradução de Cândido Lusitano; o *Ensaio sobre a Crítica*, de Alexandre Pope, na famosa versão do conde de Aguiar; e *Elementos da Poética Tirados de Aristóteles e Horácio*, de autor anônimo.

A existência de bibliotecas atualizadas na época colonial confirma ser o livro um dos artigos que os mascates transportavam em lombo de burro para negociar nas cidades do interior do Brasil. A hipótese é sedutora porque, aonde chegava o tropeiro com seus baús nas cangalhas dos muars carregando todo tipo de gênero, também poderia estar o livro que, publicado na Europa, era levado nas frotas mercantes que percorriam a vastíssima costa brasileira. Se onde existe riqueza chega qualquer objeto, não é demais pensar dessa mesma forma quando se refere ao livro, que funcionou como um *Janus bifrons* a estimular a sedição através da sedução, pela contribuição que deu ao moldar o imaginário do letrado colonial. Não se trata de simples hipótese o fato de cidades coloniais possuírem obras que demonstram a curiosidade intelectual de suas elites. Isso apenas “diz muito bem dos agentes de livros da época, da capacidade que tinham de reunir obras de todo o continente europeu, e de as vir negociar no interior do Brasil.”⁸⁵ O panorama das bibliotecas e livros em Minas tem oferecido novas vertentes de pesquisa, basta ver os trabalhos de Luiz Carlos Villalta,⁸⁶ Álvaro de Araújo Antunes⁸⁷ e Thábata Araújo de Alvarenga,⁸⁸ entre outros, a demonstrar que a publicação dos catálogos bibliográ-

⁸⁵ BURNS, E. Bradford. Op. cit., p. 9.

⁸⁶ VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH-USP, 1999.

⁸⁷ ANTUNES, Álvaro de Araújo. *Considerações sobre o domínio das letras nas Minas setecentistas*. *Locus: Revista de história*. Juiz de Fora, 6(2): 9-20, 2000.

⁸⁸ ALVARENGA, Thábata Araújo de. *Homens e livros em Vila Rica: 1750-1800*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2003.

ficos dos inconfindentes confirma a influência do Iluminismo na formação dessa elite letrada e revela como se deu o processo de transformação do mundo mental brasileiro na segunda metade do século, em que a circulação do livro teve papel preponderante.

Cabe destacar, ainda, outras bibliotecas importantes do Brasil colonial que não se encontravam em Minas Gerais, como a que pertenceu à Congregação do Oratório de São Felipe Néri, instalada no Convento da Madre de Deus, no Recife, cujo acervo foi estudado por Gláucio Veiga.⁸⁹ O exame do catálogo dos títulos constantes na biblioteca dos oratorianos de Pernambuco comprova a sintonia da Ordem de São Felipe Néri com a pedagogia inovadora que enfrentava a velha escolástica portuguesa, simbolizada nos cartapácios e sebtentas jesuíticas. Recorde-se que os principais intérpretes da revolução pedagógica portuguesa, especialmente Luís Antônio Verney,⁹⁰ frequentaram os bancos escolares dessa Ordem. Certamente que, na Biblioteca da Congregação do Oratório, predominavam livros de teologia, mas os autores que difundiram os valores do estado liberal burguês também lá tinham assento, haja vista a presença de Montesquieu e Rousseau. Pode-se deduzir, por conseguinte, ser uma biblioteca em que “pelo levantamento, patenteia-se o vanguardismo dos oratorianos nos livros de texto, nas matemáticas e na física. Quem tivesse acesso ao Convento estaria atualizado com o pensamento europeu mais antiaristotélico e baconiano.”⁹¹

É claro que, se a censura ultramarina não tivesse sido tão intolerante, os prelos teriam chegado mais cedo ao território brasileiro. Provavelmente tal decisão nunca esteve nos planos da política imperial lisboeta respeitante ao Brasil, pois um dos últimos atos do rei d. João V foi assinar a provisão de 6 de julho de 1747, conhecida como a “ordem régia”, dirigida ao governador do Rio de Janeiro, que, entre outras violências, determinava:

“...e vos ordena que, constando-vos que se acham algumas letras de imprensa nos limites do vosso governo, as mandeis sequestrar, e remeter para este reino por conta e risco de seus donos, a entregar a quem eles quiserem, e mandeis notificar aos donos das mesmas letras e aos oficiais da imprensa que houver, para que não imprimam livros, obras, ou papéis alguns avulsos, sem embargo de quaisquer licenças que tenham para a dita impressão, cominando-lhes a pena de que, fazendo o contrário, serão remetidos presos para este reino à ordem de meu Conselho Ultramarino...”⁹²

⁸⁹ VEIGA, Gláucio. Op. cit., p. 51-65.

⁹⁰ VERNEY, Luís Antônio. *Verdadeiro método de estudar*. Edição de Antônio Salgado Júnior. Lisboa: Sá da Costa, 1949-1952, 5 volumes.

⁹¹ VEIGA, Gláucio. Op. cit., idem, p. 61.

⁹² *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1884. Vol. 47, p. 167.

Com isso, os projetos do patrono da tipografia no Brasil, Antônio Isidoro da Fonseca, terminavam neste ano de 1747,⁹³ pois utilizara as “licenças do Senhor Bispo” para editar a primeira obra no país, *Relação da entrada que fez o excelentíssimo e reverendíssimo senhor D. F. Antônio do Desterro Malheiro*⁹⁴, que a “ordem régia” não mais permitia, impondo severas penas a quem voltasse a imprimir na América Portuguesa. Então, esperou-se mais de meio século para que, por contingência da política internacional, outro João atravessasse o Atlântico transferindo a corte portuguesa para essa mesma cidade do Rio de Janeiro de onde Isidoro da Fonseca fora escorraçado pelos beaguins coloniais e, pelo decreto de 13 de maio de 1808, autorizasse o funcionamento da Impressão Régia e do primeiro jornal, a *Gazeta do Rio de Janeiro*,⁹⁵ instalando definitivamente os prelos no Brasil.

Enquanto a Colônia portuguesa, no limiar do século XIX, dava os primeiros passos com o invento de Gutenberg, as Américas espanhola e inglesa chegaram a essa época com grande concorrência da imprensa periódica, fazendo circular inúmeros jornais, sobretudo nos Estados Unidos.⁹⁶ Mas a dificuldade para a aquisição de conhecimento atualizado por meio de livros não impediu que letrados de vários rincões do nosso país ficassem a par das transformações políticas, econômicas, científicas e artísticas ocorridas no Velho Mundo. A partir da presença de estudantes brasileiros em universidades europeias, notadamente a de Coimbra,⁹⁷ da circulação de livros e do surgimento de bibliotecas confirmava-se que o fermento cultural,⁹⁸ inoculado pelo grande número de obras de cunho modernizador, renovou a mentalidade da elite letrada no amanhecer da autonomia política e intelectual do Brasil.

⁹³ É vasta a bibliografia sobre as primícias da tipografia no Brasil. Veja especialmente: RIZZINI, Carlos. Op. cit. 2 ed., 1988; MORAES, Rubens Borba de. Op. cit., 1979; HALLEWELL, Laurence. Op. cit., 1985; BRAGANÇA, Aníbal. *Antônio Isidoro da Fonseca e frei José Mariano da Conceição Veloso: precursores*. In: *Impresso no Brasil*. BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2010, pp. 25-29.

⁹⁴ CUNHA, Luiz Antonio Rosado da. *Relação da entrada que fez o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. F. Antônio do Desterro Malheiro*. Rio de Janeiro: Na Segunda Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1747. Edição fac-similar. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1973.

⁹⁵ CAMARGO, Ana Maria de Almeida e MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: EDUSP; Kosmos, 1993, 2 volumes.

⁹⁶ JOHNSON, Julie Greer. *The book in the Americas*. Providence, Rhode Island: The John Carter Brown Library, 1988.

⁹⁷ MORAIS, Francisco. *Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil*. In: Brasília. Suplemento ao volume IV. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Brasileiros, 1949.

⁹⁸ CARDOZO, Manoel. *Azaredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época*. Comentário de E. Bradford Burns. In: KEITH, Henry H. e EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1970. pp. 86-133.

Artes Plásticas

PARA QUE SERVE A ARTE?

Carlos Perktold *

Há uma longa e dolorosa estrada que o homem percorreu para chegar ao requinte da criação de um trabalho artístico e este ser reconhecido como tal. Talvez tenham sido de 20 a 40 mil anos. Cavernas no interior da França comprovam que alguns habitantes daquela área tinham talento e nos legaram pinturas nas suas paredes que, durante milhares de anos, ninguém apagou e até hoje nos deixam perplexos pela qualidade artística dos registros. Muitos habitantes daquele lugar, contemporâneo ou não dos artistas, sentiram que havia algo diferente nas figuras e compreenderam que, se não havia ainda a nomenclatura “obra de arte”, *compreenderam* que os registros mexiam com a sensibilidade ainda tão primitiva de cada um. Eram bonitos e, sem se preocuparem com a posteridade, deixaram-nas como foram criadas e, talvez, para que fossem descobertas milhares de anos depois.

Por certo, essas obras deram suas contribuições ao desenvolvimento intelectual de boa parte da humanidade de hoje. Houve sempre uma admiração e um respeito a elas, e, por certo, um desejo recôndito de que elas fossem as mensageiras da posteridade de uma época que ninguém nem pensava nisso. Viajando no tempo, acrescentando de alguma forma uma pitada de sensibilidade a cada espectador, as belas figuras francesas ajudaram a criar o país de Proust.

Se uma obra de arte tem trajetória assim, como é possível ainda existir uma pergunta como a do título acima? Pois ela foi feita e respondida com um sonoro “pra nada” por colecionadores apaixonados pela pintura e até por artistas amigos deste articulista. A pergunta é complexa, exige múltiplas respostas e essa singeleza “pra nada” é simples demais. Além disso, é preciso que esses mesmos apaixonados e colecionadores que responderam dessa forma, expliquem o que é o “nada”.

A arte, no passado e com a ausência da fotografia, serviu para deixar registros históricos de retratos de reis, rainhas, princesas, dos integrantes das monarquias e seus herdeiros, de parte da burguesia e, com raras exceções, de certos per-

* Psicanalista. Integra a ABCA e a AICA. perktold@terra.com.br

sonagens citadinos. O grande público teve pouco contato com ela e vive-versa, porque a boa arte sempre foi cara e privilégio da velha nobreza e de estratificação social privilegiada. Quem viveu no passado histórico vivia cheio de necessidades e não pensava em registros históricos familiares que a fotografia popularizou. A imensa maioria das pessoas que viveu e vive nessa última condição, não teve naquela ocasião e, com frequência, nem tem hoje a oportunidade de desenvolver sua sensibilidade visual. Estavam e estão preocupados em satisfazer as necessidades do dia a dia e a arte é desejo puro. Por certo, nestes últimos cem anos foram criados museus com acervos que facilitam a vida dos interessados e as frequentes exposições e visitas neles atestam que os interessados de hoje têm mais chance de desenvolver seus olhares que nossos antepassados.

Com a chegada do capitalismo, a extinção das monarquias e a popularização da pintura a contar dos meados do século XIX, a arte tornou-se mais frequente entre a burguesia e as pessoas cultas. Ela deixou de ser privilégio dos nobres. As encomendas e vendas avulsas de belos quadros a partir do impressionismo não era mais privilégio. Boa parte do público europeu compreendeu as vantagens de ter uma boa tela em casa. Compravam-nas porque eram bonitas e encantavam os conhecedores. Nenhum comprador pensava em guardá-la por gerações para ser vendida cento e cinquenta anos depois por milhares ou milhões dólares e seus proprietários não se preocupavam com prestígio social por possuí-las. Nem seus autores pensavam ou se preocupavam com a posteridade. Nada surpreenderia mais a Manet, Monet, Gauguin, van Gogh ou seus contemporâneos a informação de que cada uma de suas obras é vendida hoje por milhões de dólares. Imaginem então o que sentiriam os pintores que pintaram pouco, foram descobertos séculos depois de mortos ou que trabalharam a vida inteira para a Igreja Católica, deixando acervo que, de tão belos, nos faz pensar na salvação do homem, mesmo com tanta crueldade contemporânea, se soubessem do quanto elas valeriam intelectual e financeiramente.

Nos nossos dias, a arte serve para várias coisas, até pra ganhar dinheiro, asseguram artistas iniciantes que fixam preços iguais aos de outros colegas consagrados, como se aqueles tivessem certeza do seu sucesso no futuro. O que vemos com frequência são jovens pintores e escultores se imaginando emissores de títulos negociáveis e lucrativos no futuro. Comprar seus trabalhos significa "investimento". Eles acreditam que uma exposição de suas obras é uma espécie de oferta pública de ações, ou uma IPO, como são conhecidos esses lançamentos de ações no mercado financeiro, um investimento lucrativo para o futuro. A maioria das vezes não é. Dos 123 "artistas" da celebrada geração 1980, frequentadores do Parque Lage do Rio de Janeiro, apenas doze ainda estão em evidência, se profissionalizaram e vivem da venda de seus quadros ou esculturas. O restante desapareceu no horizonte. Por certo, a arte serve para garantir o sustento dos seus executores e a realização dupla do desejo daqueles que são os escolhidos dos

deuses e os felizes colecionadores capazes de separarem o bom do ruim e, com isso, cresceram intelectualmente e ganharam dinheiro.

Se uma pintura é produto de um sujeito sem talento e é pendurada na parede de uma sala, em breve, e com um mínimo de sensibilidade do seu proprietário, ela vai ficando "pesada" no ambiente e, ao contrário daquelas figuras nas cavernas francesas, incomoda o espectador de alguma forma que ele não consegue explicar e, somente depois da sua retirada, percebe-se que um pequeno quadro sem arte pode se tornar um meteoro de dezenas de toneladas, piorando a cada dia e aumentando o seu peso. Enquanto isso, uma pintura de um talentoso artista, daqueles que sabem o que é uma composição equilibrada e com ritmo, que criou e foi descobrindo suas próprias cores, que conhece o que é ponto de fuga, número de ouro e sabe aplicar as cores complementares, torna-se na mesma parede um elemento que ajuda na leveza do lugar. Ela é como um bom texto contendo mensagens subjacentes que deixam o leitor ou o espectador encantado com o que lê ou ainda uma sinfonia na qual vamos descobrindo novos acordes a cada audição.

Para este articulista, a arte serve para melhorar as pessoas, frase com a qual Candido Portinari concordava e fazia questão de espalhar pelo Brasil afora. Por "melhorar", não quer dizer que se colocarmos um psicopata para fazer sucessivas visitas a um museu contendo peças importantes, seu diagnóstico será alterado e ele se tornará um ser sensível e tocante. Psicopatas não têm salvação, mesmo se acamparem no Louvre ou no D'Orsay e ali viverem uma vida. Uma casa com paredes nuas e música ruim tem menos chance de fazerem seus habitantes se tornarem mais sensíveis, mais humanos do que aquelas nas quais cada nova visão nas paredes contendo bons trabalhos ou a casa na qual a música rica em belos acordes modifica lentamente o ouvinte ou o espectador, acrescentando em cada nova mirada ou na descoberta de uma canção harmoniosa uma nova e pequena migalha de humanismo que se transformará em um banquete humanístico depois de três ou quatro gerações. A arte melhora as pessoas, sim, a longo prazo. É essa sua principal função.



LENÇOL PERFUMADO

*Yeda Prates Bernis**

O dia já terminou,
realizado o ritual das horas.
A cama me convida
com seu lençol perfumado.
Ao lado, a implacável agenda.
Viro a página de hoje,
antecipo o amanhã.
Há uma densa tristeza, neste gesto.
Cubro-me a mim e a ela
com o lençol perfumado.

* Poetisa, 2ª vice-presidente da Academia Mineira de Letras, ocupa a cadeira N° 6.
yedabh@yahoo.com.br

CARIDADE

*Milton Reis**

Caridade é a virtude das virtudes,
Que neste chão de lágrimas se alteia!
É a mão que ampara alguém nas horas rudes,
É hóstia em pão matando a fome alheia!

É a voz que anima nas vicissitudes,
É o conselho que as dúvidas clareia,
É o sol que brilha até sobre os paludes,
É da bondade a mais sublime veia!

É a maneira de ouvir e de falar,
É o nobre privilégio de servir,
É a suprema ventura de ajudar!

É o bálsamo divino que consola!
É o prenúncio do mundo que há de vir!
– A caridade é bem maior que a esmola!

* Ex-deputado federal, escritor, ocupa a cadeira nº 8 da Academia Mineira de Letras.
miltonreispa@oi.com.br

ESCASSAMENTE

*Gérson Cunha**

Hoje, para os versos que ainda faço,
Bem queria o esplendor da antemanhã,
O abismo noturno de Aldebarã;
Já a resteva é quase só bagaço!

O sequeiro embora seja um ameaço,
Não disponho de nenhum talismã.
Rastreio a inspiração com pés de lã;
Pegá-la, nessa altura, só a laço!

Por outra, o tema banal me contenta;
Seja um regato, uma flor – coisa à toa.
No mais, é manobrar a ferramenta.

Mas, enquanto a verve não se esboroa,
Este soneto, que nada acrescenta,
Espero tê-lo escrito numa boa ...

* Professor, escritor, tem vários livros publicados.

MULHER (I)

*Zanoni Neves **

Em vigília
vigio teu sono
de anjo mestiço
avesso ao vício

tu ressonas suavemente
e mais e mais
amo e admiro
teu corpo
sob a seda transparente

sonha, bela
sonha com teus santos
teus cânticos

sonha com a pátria
liberta dos grilhões
da penúria

sonha com nosso rio
de São Francisco
livre da avidez
dos homens

sonha com a vida
sonha, mulher!

* Associado efetivo do IHG MG; mestre em Antropologia Social – UNICAMP.
zanonineves@ig.com.br

VISÕES DO ITACOLOMI

*Anderson Braga Horta**

Dorme Ouro Preto. A noite chegou. Ainda há pouco
o dia em burburinho era um grito, era um canto.
Já o sono se instalou e vai tomando conta
das coisas. Cala o coro de igrejas, a fala

animada dos rábulas, lundus de escravos,
assomos de garimpeiros e mercadores.
Os sussurros e ais das senhorinhas em flor
tornam-se em anseios que flutuam na sombra.

Já carruagem nenhuma arranca ástreas faíscas
da fria pedra nas ruas íngremes. Já nem
o embuçado de áureas conspirações desliza
na treva. Os mendigos e os aleijados sonham.

Funda noite. Já apenas duas sombras se movem.
Vela o poeta: no lábio um silêncio, no peito
um confuso rumor de anjos que se atropelam.
Um músico bêbedo volta para casa.

No braço o sonoro instrumento, abandonado.
Na cabeça, que bruxuleia e se entorpece,
uma vaga canção de lampiões que se apagam.

Na alma uma convulsão de estrelas se levanta.

*Advogado, escritor, poeta, nascido em Carangola, reside em Brasília.

ECLIPSE

*Fernando Armando Ribeiro**

Eclipsados ficaram a pressa, o barulho e o medo
A cidade parou para olhar o céu
E viu a lua banhada
De Terra
De sol
De nós
Ali refletidos mesmo sem notar

Percebemos, um pouco
A imensidão que nos circunda
A infinitude do espaço
A magnitude da luz

Livres por um instante das prisões de nossa rotina
Do queixume e da arrogância
Sentimos que somos poeira estelar

A sombra sobre a lua iluminou nossas faces
Elevou-nos de nossas certezas
Mostrou que o céu
É também nosso lugar

*Magistrado e professor universitário

SOBRE VIVER

*Flávia de Queiroz Lima**

Não basta respirar, estando alheio
a tudo o que se estende e descortina
– enredos desbotando na memória,
cenários mergulhados na neblina
e a vasta sensação de isolamento...

Não basta flutuar na calmaria
sem margens recortadas no horizonte,
paisagens acenando um porto adiante,
os gestos incapazes de outro dia...
de nada adiantaria esse momento.

O olhar impregnado de certezas
distorce a cena viva, o chão mutante.
A dúvida desata e desafia
– apressa na estação o viajante.
Quem rege a sorte e tece os desencontros?
quem torna nosso espaço mais vazio?
quem trava nossos passos, põe desvios
senão as linhas tortas onde andamos?

O inquieto, o casual, o imprevisto,
não há régua possível: improviso
é sempre dedilhar em cordas bambas
nas aulas de bordar sem ver o risco.

Mas todas as lições não se completam
se o sopro que nos move andar ausente:
apenas o desejo nos instiga
e faz mais uma vez sobreviventes.

* Escritora, socióloga. flaviadequeiroz@terra.com.br

REMEDIADOS

*Emanuel Medeiros Vieira**

“Os ricos enriquecem, os pobres empobrecem. E os outros, os remediados, vão ficando sem remédio”

(Mia Couto)

Para os “rapazes” de 1945 (do final da guerra) e para os que vieram depois (ou antes)

Não é viagem, mas clausura.

Não é mar – eis o cerrado.

Não é real – apenas um sonho.

O país dos anos jovens ficou na memória.

Claro: a juventude é um sopro – como a vida.

Há flores sim, e alguma risada.

Não é velhice?

Sim – é velhice.

Os ossos querem falar, gritar.

“Nós fomos, nós andamos, nós rimos, nós sonhamos, nos existimos um dia”.

Ninguém escuta.

Retiro fotos de alguns álbuns já amarelecidos.

Mas elas resistem: nos sonhos (contra o oblivio).

Quando atravessar a ponte – a Terceira Margem do Rio – queria que assim fosse: um sorriso de gratidão – como um abraço apertado entre dois amigos que não se veem há muito tempo.

Dever cumprido?

Nunca saberei.

*Poetisa, escritor, nascido em Santa Catarina, reside em Salvador, BA

NOTURNO

*Maria Lúcia Simões**

Como um rio subterrâneo fluindo de sua fonte, teus passos são águas acordadas na noite adormecida.

Incendiam-se em mim os meus relâmpagos, trombetas e clarins ressoam pelas nuvens.

Girando em meu próprio torvelinho, no instante em que se desvanece o silêncio se tece de linguagem no resplendor do branco e do vazio.

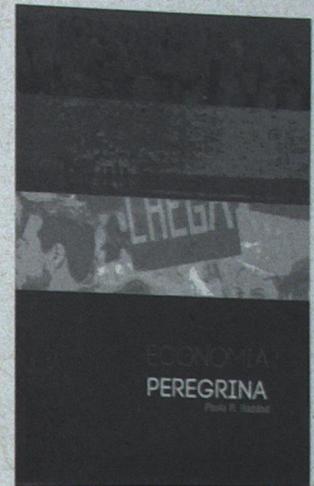
*Poeta, advogada, psicanalista, com vários livros publicados

OBRAS RECEBIDAS



200 Faces de Jesus de Nazaré

SAIX



ECONOMIA
PEREGRINA

Paulo P. Ribeiro



PROJEÇÃO MARIA BORGES
AS PERIPECIAS DA FORTUNA
ATUALIZADA PARA O SÉCULO XXI

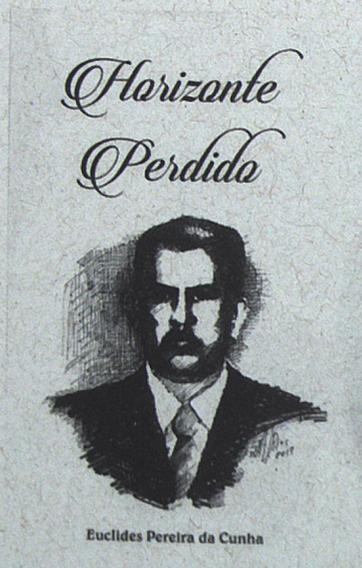
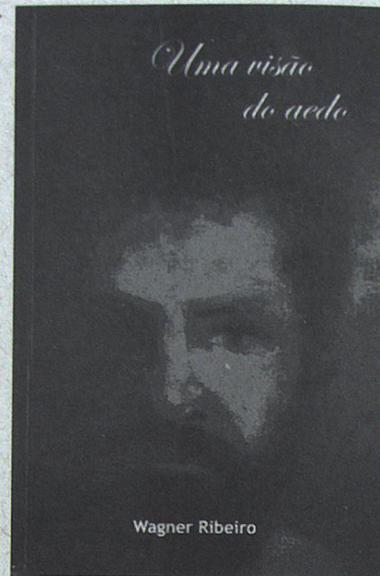
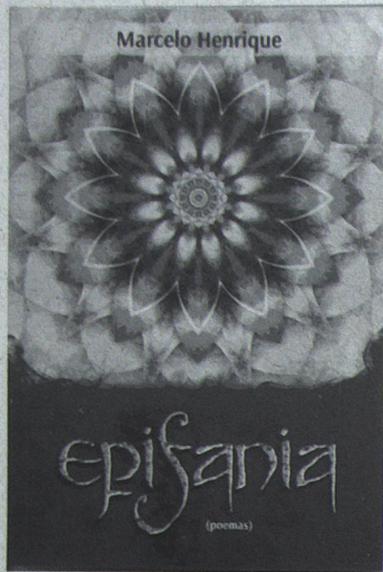
SAIX



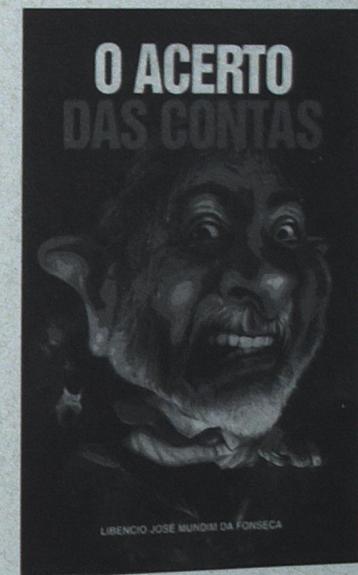
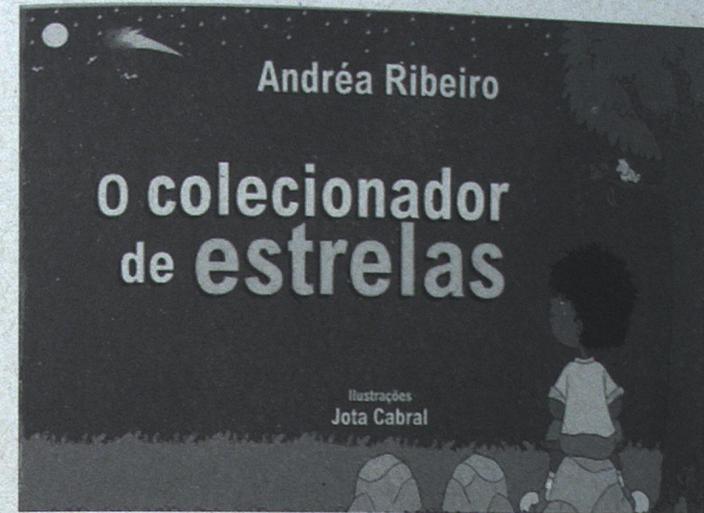
MARLENE PESSOA

SOU EU...

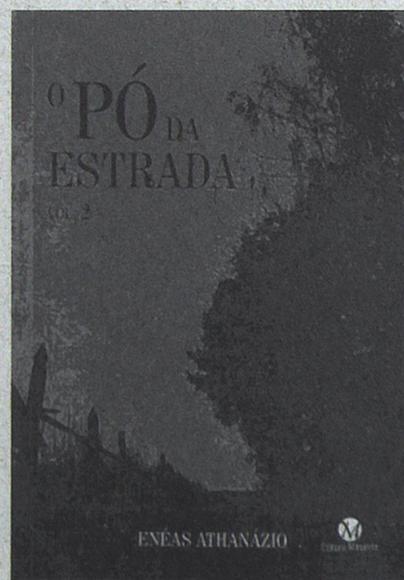
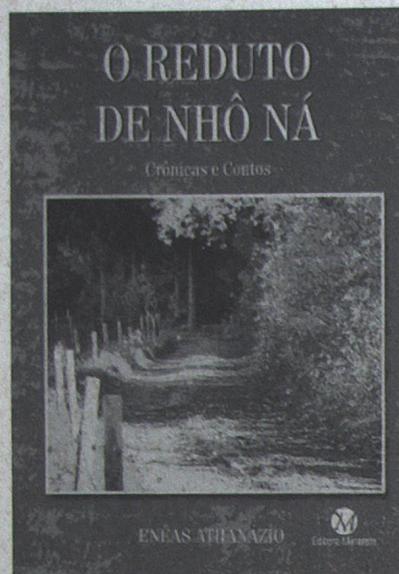
OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



OBRAS RECEBIDAS



Impresso em 2015 na máquina Nipson Varypress 400 nas oficinas da
IMPrensa OFICIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS



Av. Augusto de Lima, 270 – Centro – BH – Fone: (31) 3237-3400
www.imprensaoficial.mg.gov.br

Revisão de texto, projeto gráfico e diagramação de responsabilidade do encomendante